

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO

**MÍDIA E CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS SEGUROS NO RIO DE
JANEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE AS UPPS**

MARIA MANUELA MENDONÇA FERREIRA BRAGA

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MÍDIA E CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS SEGUROS NO RIO DE
JANEIRO: UMA ANÁLISE SOBRE AS UPPS**

MARIA MANUELA MENDONÇA FERREIRA BRAGA

Sob a Orientação da Professora
Nalayne Mendonça Pinto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Seropédica, RJ
Agosto de 2016

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B813m

Braga, Maria Manuela Mendonça Ferreira , 1989-
Mídia e construção de espaços seguros no RJ: uma
análise sobre as UPPs / Maria Manuela Mendonça
Ferreira Braga. - Niterói, 2016.
100 f.

Orientadora: Nalayne Mendonça Pinto.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em
Ciências Sociais , 2016.

1. Sociologia. 2. Segurança Pública. 3. Unidades de
Polícia Pacificadoras. I. Pinto, Nalayne Mendonça, 1975
, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais
III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MARIA MANUELA MENDONÇA FERREIRA BRAGA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de Concentração em sociologia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ____ / ____ / ____.

Prof. Dra. Nalayne Mendonça Pinto. (Orientadora)
(UFRRJ/PPGCS)

Prof. Dr. Edilson Márcio Almeida da Silva.
(UFF/PPGA)

Prof. Dra. Vivian Gilbert Ferreira Paes.
(UFF e UFRRJ/ PPGCS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aquelas que, de certa forma, contribuíram para a realização desta pesquisa.

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais, Regina e José Carlos pelo apoio incondicional e por acreditarem que eu seria capaz.

A minha orientadora, Nalayne M. Pinto, por me direcionar pelos caminhos da pesquisa acadêmica, pelo carinho e dedicação que foram essenciais para a conclusão desta dissertação.

Agradeço aos professores da banca examinadora, Vivian Paes e Edilson Silva, pela disponibilidade, sugestões e apontamentos no meu processo de qualificação.

Aos demais professores do PPGCS, sempre disponíveis e dispostos a ajudar quando precisei.

Aos amigos de jornada, Marlise, Rodrigo Camargo, Élson, que me apoiaram e incentivaram desde o início. A Nathália, Thiago e Walter pelo apoio nos momentos mais difíceis e o incentivo a seguir sempre em frente. Obrigada pela amizade e pela força!

Ninguém vence sozinho... Obrigada!!

RESUMO

BRAGA, Maria Manuela M. F. **Mídia e construção de espaços seguros no Rio de Janeiro: uma análise sobre as UPPs**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

A cidade do Rio de Janeiro é conhecida como uma cidade insegura. A problemática da violência urbana, por sua vez, está além daquilo que é compreendido como crime, mas, sobretudo a mudança de hábitos cotidianos. O crescimento do tráfico de drogas, a partir dos anos 80, na cidade do Rio de Janeiro, levou a uma errada associação, pelo senso comum, de pobreza e criminalidade. O aumento do sentimento de insegurança da população carioca fez as favelas ser palco de diversas experiências de policiamento comunitário, e a mais emblemática delas e com maior alcance é as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Desta maneira, o objetivo deste trabalho foi analisar se os jornais O Globo e O Dia constroem as Unidades de Polícia Pacificadoras como um projeto ideal de segurança pública para a cidade, capaz de promover sentimento de segurança aos cariocas, bem como, produzir segurança comunitária. Para tal, foram analisadas reportagens de ambos os jornais, entre os anos de 2010 e 2013. Ao longo dos capítulos, observamos como os discursos proferidos pelos jornais enfatizam estereótipos e representações sociais de favelas como espaços de violência, crime e medo. Os discursos sobre a chegada das unidades relatam benefícios gerados nas comunidades, e a pesar dos jornais relatarem os problemas que envolvem a UPP, eles pouco criticam, efetivamente, o projeto em seu discurso e tampouco a mídia indicou discursos que pudessem instigar a sociedade e o próprio governo a repensar este modelo de segurança pública.

Palavras-chave: sociologia, segurança pública, Unidades de Polícia Pacificadoras.

ABSTRACT

BRAGA, Maria Manuela M. F. **Media and construction of safe spaces in Rio de Janeiro: an analysis of the UPPs.** Dissertation. Postgraduate Program in Social Sciences.

Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2016.

The city of Rio de Janeiro is known as an insecure city. The issue of urban violence, in turn, is beyond what is understood as a crime, but, above all, changing daily habits. The growth of drug trafficking, from the 1980s, in the city of Rio de Janeiro, led to a wrong association, by common sense, of poverty and crime. The increase in the feeling of insecurity of the population of Rio de Janeiro made the favelas the stage for several experiences of community policing, and the most emblematic of them and with greater reach are the Pacifying Police Units (UPPs). In this way, the objective of this work was to analyze if the newspapers O Globo and O Dia build the Pacifying Police Units as an ideal public safety project for the city, capable of promoting a feeling of security for cariocas, as well as producing security community. To this end, reports from both newspapers were analyzed between the years 2010 and 2013. Throughout the chapters, we observe how the speeches given by the newspapers emphasize stereotypes and social representations of favelas as spaces of violence, crime and fear. The speeches about the arrival of the units report benefits generated in the communities, and although newspapers report the problems involving the UPP, they hardly effectively criticize the project in their speech, and neither the media indicated speeches that could instigate society and the government to rethink this security model public.

Keywords: sociology, public security, Pacifying Police Units.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BOPE	Batalhão de Operações Policiais Especiais
BPChoque	Batalhão de Polícia de Choque
CESeC	Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (UCAM)
GAPE	Grupamento Prático Escolar
GPAE	Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais
ISP	Instituto de Segurança Pública
PM	Polícia Militar
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. POLICIAMENTO NO RJ, PREVENÇÃO E REPRESSÃO: UPP E SUAS ANÁLISES	22
3. DISCUSSÕES ANALÍTICAS DAS REPORTAGENS E REPRESENTAÇÕES SOBRE UPP'S NOS JORNAIS.	38
3.1. Análise de dados:	44
3.1.1. Chegada da polícia e implementação das UPPs	44
3.1.2. Aspectos positivos da implementação e sentimento de segurança pós-implementação.	49
3.1.3. Crimes ocorridos contra as unidades ou que envolvam os policiais e problemas que assolam comunidades contempladas pelo projeto.	53
3.1.4. O Caso Amarildo de Souza	57
4. A IMAGEM COMO EXPRESSÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS IMAGENS JORNALÍSTICAS DAS UPPS	63
4.1. Representações de imagens dos jornais:	64
5. VIOLÊNCIA, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MEDO NO RIO DE JANEIRO.	76
6. CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92
ANEXOS.....	95

INTRODUÇÃO

Não é raro olharmos rapidamente nos grandes jornais de circulação do país, e percebermos a quantidade de notícias atrelada à criminalidade, e a forma de urgência e pânico com que são retratados os casos. Não é difícil também, que em conversas informais com conhecidos, possam surgir assuntos relacionados a algum ato violento ocorrido próximo a nós, ou até mesmo sobre “como a cidade anda violenta”. Porém, quais são os elementos que compõem o imaginário coletivo sobre violência? Como as representações presentes na mídia sobre o ideal de segurança pública e cidade segura influenciam o cotidiano das pessoas?

Segundo Souza (2002), as ciências sociais definem o conceito de violência de forma distinta daqueles utilizados pela sociedade e pela imprensa. Para as ciências sociais esse conceito perpassa tanto a discussão do poder relativo ao Estado, quanto às maneiras mais justas de governo. Para o autor, em uma sociedade democrática uma das concepções de violência pode ser, por exemplo, a violação dos direitos humanos, não se restringindo apenas a transgressão das leis penais, fruto de atos criminosos, como é entendido pelo senso comum. Ou ainda de acordo com Alba Zaluar (1999, p.28):

“Violência vem do latim *violentia* que remete a vis (força, vigor, emprego da força física ou os recursos do corpo para exercer sua força vital). Essa força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam as relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar o ato como violento, percepção essa que varia cultural e historicamente”.

A problemática da violência urbana, por sua vez, está além daquilo que é compreendido como crime. Ela está relacionada principalmente à mudança dos hábitos cotidianos, ou ainda “à exacerbação de conflitos sociais, à adoção de soluções que desafiam o exercício democrático do poder, à demarcação de novas fronteiras sociais, ao esquadramento de novos espaços de realização pessoal e social, ao sentimento de desordem e caos que se espelha na ausência de justiça social” (ADORNO & LAMIM, 2008, p.154).

Enquanto isso, para Porto (2006) é importante compreender os valores e os sentidos que configuram as representações sociais, pois a partir deles, o fenômeno da violência contemporânea pode ser explicado, uma vez que a violência é resultado da percepção que os

indivíduos têm da sociedade, e de como os sujeitos se posicionam e participam dela. Sob essa perspectiva, o estudo das representações, ao invés de analisar dados estatísticos oficiais sobre delitos cometidos, torna-se interessante justamente por interrogar os imaginários sociais sobre violência, ou seja, busca entender como o conceito de violência é desenhado por determinada sociedade.

A partir desse mesmo raciocínio, Adorno e Lamim (2008), mencionam que na França do século XX foram feitas pesquisas de opinião pública através das quais se constatou a existência de duas novas determinações para o sentimento de medo e insegurança: as incivildades e a presença do estrangeiro. Como incivildades foram descritas ações que rompem com os princípios de educação e etiqueta de comportamento e moralidade, tais como o vandalismo, a destruição de patrimônios, os barulhos excessivamente provocados, a existência de pessoas em grupos, especialmente em situações que possam promover atitudes que são moralmente tidas como inadequadas. Já, para o sentimento de medo em relação à presença do estrangeiro, a justificativa é dada pelo fato de que os estrangeiros são indivíduos que não têm lugar próprio naquela sociedade, e, ao mesmo tempo, não possuem identidade definida, razões pelas quais não lhes possa ser concedido valores comuns do novo país. Estas duas novas motivações apresentadas pela opinião pública francesa revelam que as atitudes que geram incertezas quanto ao futuro e estimulam a manifestação do medo, estão muito mais atreladas a ações de moralidade que se entende por correto, justo e íntegro, do que a ações que possam realmente expressar perigo.

Nas últimas três décadas, a construção do imaginário de violência na cidade do Rio de Janeiro, esta diretamente associada às favelas e aos seus moradores, as chamadas “classes perigosas” (COIMBRA, 2001). Na década de 1990, por duas vezes ocorreu a ocupação das favelas cariocas pelo exército. A primeira foi motivada pelo ECO 1992, e a segunda, por solicitação do então governador Marcelo Alencar, que deflagrou a Operação RIO I e II. Tais operações representaram uma forte militarização da segurança pública, e conseqüentemente, um reforço do imaginário de violência e favelas (CERQUEIRA, 1996). Nesse momento já era visível à participação da mídia na formulação da imagem de uma cidade violenta e perigosa, intensificada pelos recentes acontecimentos de arrastões e sequestros.

Nota-se, portanto, que as notícias sobre violência criam uma espécie de fantasia e certa “expectativa” que são responsáveis pelas representações e significações do imaginário coletivo. Conforme Soares (1996), a violência e suas implicações pensadas pelo imaginário coletivo são resultado da construção midiática. A mídia necessitando descrever o fato

ocorrido, e para dar sentido ao leitor, enfatiza no drama e no horror, buscando, sobretudo, seu espaço no mercado jornalístico.

“O volume de horrores acumula-se e, cada novo dia e novo episódio, aumenta a cifra trágica. Deduz o (a) leitor (a): ‘isso não cessa de acontecer!’; ‘isso não termina jamais!’; ‘cada vez mais e mais mortes, crimes e violências: aonde vamos parar?’. A unidimensionalidade dos canais do tempo na estrutura semiológica do ‘noticiário diário’ faz com que cada novo fato se acrescente ao antigo, ampliando a cifra e indicando a deterioração da vida social. A razão é simples, há referência externa; o canal é único e excludente: a realidade é feita de um fato depois do outro, que se soma ao anterior, tornando-o sempre maior”. (SOARES, 1996, p. 167).

E acrescenta:

“Claro: se a mídia é produto diário e tem de ‘redescrever’ a véspera para dar sentido ao presente imediato, situando-o em certas escalas do tempo e do espaço – escalas com que operam as linguagens disponíveis para cada um dos meios de comunicação -, seus objetos serão cenas contingentes, capazes de dramatizar possibilidades extremas ou ordinárias (conforme o veículo e o *ethos* de seu público) da vida humana, especialmente da experiência coletiva: a qual, sempre, enquanto notícia nos ultrapassa; sendo, todavia, trivial – se não for sua negação, seu avesso: o perverso, o extraordinário, o transcendente, o singular” (Op. Cit.).

É interessante observarmos que a mídia constrói narrativas dramáticas da desordem quando discursa a respeito da violência, e que os discursos em outras áreas jornalísticas não tem o mesmo caráter. Portanto, é preciso problematizar que a noção comum que temos de violência, a maneira que posicionamos nosso discurso sobre ela, como lidamos e como a imaginamos, é fruto de construções midiáticas e de possíveis interesses que permeiam o mercado dos meios de comunicação.

“O mesmo veículo que não lida com a hipótese de que os crimes, ainda que sejam tantos, podem apresentar uma frequência decrescente – e não lida com tal hipótese, não apenas por manipulação política grosseira, mas porque a criminalidade, para a mídia, tem sido absorvida unilateralmente pelo discurso cuja característica é buscar mimeticamente confundir-se com fenômenos que se vivem (e que são sempre, por isso, totais, significantes em si mesmos e crescentes segundo escala linear simples)” (SOARES, 1996, p.167).

Assim, ao questionarmos como o imaginário coletivo desenvolve o discurso do medo, nos damos conta de que a percepção da falta de segurança não está diretamente relacionada ao aumento das taxas de criminalidade ou até mesmo aos processos de vitimização. Os

discursos de insegurança são, em sua grande maioria, desenhados pela mídia, e enraizados no consciente coletivo criando uma “lenda” de acontecimentos assombrosos capazes de mudar o cotidiano das pessoas.

Nesse sentido, essa pesquisa buscou analisar as representações que estão presentes na mídia sobre o ideal de segurança pública e cidade segura, tomando como referencial a construção do ideário de que as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) no Rio de Janeiro diminuem a insegurança na cidade e podem produzir mais segurança comunitária.

A definição de um problema para a mídia ocorre quando a questão em si, sai da esfera privada e passa a ser considerado de interesse público, e assim sendo, ganha destaque no meio midiático. Neste sentido, o que define a gravidade de um problema é o modo que este é encarado pela sociedade e suas representações. Assim, a mídia constrói a capacidade de tornar os eventos relevantes, ou não. Um dos temas mais abordados coletivamente, tanto para a mídia de modo geral quanto para pesquisadores brasileiros, é a criminalidade. O discurso do crime organizado está no centro das discussões sobre violência urbana. A partir das décadas de 70 e 80 o Brasil se estabelece como rota de fuga de cocaína pra Europa e Estados Unidos da América, estabelecendo bocas de fumo, além da disputa territorial entre quadrilhas de narcotráfico. Neste sentido, o aumento quantitativo da criminalidade promove uma sensação de insegurança na cidade do RJ, que a faz ser uma típica cidade com problemas urbanos sérios. Por conseguinte, o aumento da violência seria fruto do crescimento das chamadas “classes perigosas” e do aumento do tráfico de drogas.

Sendo assim, a demanda por segurança fez o poder público investir em novas ações de combate/guerra ao tráfico de drogas e suas consequências. Importa considerar que no Rio de Janeiro a partir de 2008 foram implementadas “novas” políticas de segurança direcionadas as favelas cariocas, contudo a cidade do Rio de Janeiro já havia sido eleita sede da Copa do Mundo da FIFA de 2014 e Sede das Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016 e, portanto era necessário o governo do Rio sinalizar aos organismos internacionais que medidas “preventivas” seriam tomadas para redução das inseguranças e “violências” urbanas na cidade. Todavia,

“Implementadas na cidade desde o segundo semestre de 2008, as UPPs tem sido celebradas como uma política pública eficaz no combate ao tráfico de drogas, e conseqüentemente, na produção de um sentimento de segurança da população, cujo sucesso deriva, entre outros fatores, da adesão e legitimação que tal política encontrou junto aos principais veículos de comunicação do Rio de Janeiro” (SILVA, 2011. P. 6).

As Unidades de Polícia Pacificadoras foram implementadas no Rio a partir do final de 2008, e nos primeiros anos de instalação recebeu o rótulo de ser eficaz no combate ao crime, uma vez que os grupos de traficantes estariam sofrendo com o processo de desarticulação com a presença da polícia em seus territórios. A polícia “pacífica” seria a garantia dos direitos de ir e vir dos moradores das favelas, além da ideia de controle e cuidado do território.

Entretanto, foram as UPPs, executadas a partir de 2008, que ganharam recursos federais e interesse político no âmbito federal e estadual para sua execução em maior escala nas favelas do RJ. Nossa hipótese é que muito desse interesse político e articulação dos gestores públicos deveu-se aos grandes eventos que a cidade do Rio estaria sediando nos próximos anos, contudo, não se pode deixar de apontar que algumas mudanças na direção de financiamento público federal ocorreram na SENASP / MJ no sentido de ampliar o financiamento de novos projetos na área de segurança pública preventiva e comunitária a partir do ano de 2003.

A mídia constrói discursos que associam cotidianamente as favelas e seus moradores à atos de violência e do crime, contribuindo para o imaginário de que “as classes perigosas” promovem a desordem urbana (COIMBRA, 2001). Sendo assim, a secretaria de Segurança Pública da cidade do Rio de Janeiro apresentou as Unidades de Polícia Pacificadoras como o projeto que teria a capacidade de por fim a criminalidade nas favelas e aumentar o sentimento de segurança da população. A implementação de o aparato militar de proximidade propõe que a cidade esteja finalmente “pacificada” com o fim do controle dos morros pelos traficantes e agora, com a presença da polícia.

Segundo Silva (2005), os estudos sobre violência ocupam lugares de destaque no que tange aos debates e pesquisas acadêmicas, de modo que se têm produzido, nos últimos anos, muitos trabalhos sobre o tema. Sua pesquisa desdobrou-se em analisar os critérios que um jornal de grande circulação na cidade do Rio de Janeiro utiliza ao selecionar quais notícias sobre a cidade, especialmente as relacionadas à violência, devem ser abordadas, e como este fato acaba por influenciar na maneira que o leitor vai interpretar a situação real. Como as notícias sobre criminalidade e violência tem despertado o interesse de pesquisadores, e estão presentes cada vez mais em espaços de destaque nos noticiários e na primeira capa de jornais de grande circulação, Silva (2005) buscou entender como os jornais e, os profissionais que trabalham nele, compreendem quais matérias devem ser noticiadas. Buscou-se perceber também quais teriam grandes destaques e quais recebem menos atenção tanto dos jornalistas quanto dos leitores. O autor afirma:

“Ao apresentar alguns aspectos do processo de produção de uma reportagem específica (que, sem sombra de dúvida, trata-se de um caso limite), pretendo mostrar como um mesmo fato noticioso é passível de receber tratamentos diversos, que, via de regra, podem ser orientados tanto pela noticiabilidade do fato em si, como pela linha editorial do jornal, pelos interesses político-econômicos em jogo ou, até mesmo, pela preferência temática que determinados funcionários do jornal venham, porventura, a manifestar” (SILVA, 2005, p.126).

O critério para publicar uma notícia, revela o caráter de importância de uma reportagem e o interesse que ela pode gerar nos leitores. O interesse e a visibilidade da notícia por sua vez, está diretamente relacionado ao local onde ela ocorre. Para Silva (2005), a importância que a editoria dá ao local em que a notícia ocorreu, tem a ver diretamente com a distribuição geográfica dos leitores daquele jornal. Isso nos mostra que o modo como uma matéria é noticiada, revela a configuração social em que o jornal está inserido, de modo que,

“o ‘espaço’ no jornal pesquisado (ou, pelo menos, os melhores espaços) parece ser, por razões tanto materiais quanto simbólicas, reservado a temáticas que, supostamente, vão ao encontro dos interesses de segmentos sociais específicos e aos quais o jornal, à sua maneira, procura satisfazer” (SILVA, 2005, p.133).

Neste sentido, Silva (2005) nos atenta para o fato de que o viés que o editorial assume é – leitura teórica ou erudita da violência – como descrito por DaMatta; no qual se defende ou se ataca o governo e o Estado, pondo a culpa em uma suposta ausência de autoridades e justiça, como fatores que ajudam no aumento da violência urbana. A função da imprensa, portanto, é conduzir o leitor sobre um determinado tema. O fato de selecionar as notícias consideradas importantes pode provocar a “personalização da editoria”, de modo que a imprensa diz o que o leitor deve ler, conduzindo-os a um determinado “modo de ler e interpretar o real”.

Sendo assim, é importante pensarmos como os discursos produzidos nas reportagens estão carregados de significados e formas de poder. Falar acerca de uma determinada temática, não é apenas exteriorizar uma ideia ou descrever uma realidade, mas expor modos de dominação, controle, poder e discriminação. Portanto, analisar os discursos em dois jornais de grande circulação sobre as Unidades de Polícia Pacificadora, torna-se relevante na medida em que podemos perceber sobre o que se trata a “fala” da mídia sobre o projeto, e sobre discursos que constroem a imagem de “áreas seguras” na cidade.

Nesse sentido, esse trabalho baseia sua relevância na possibilidade de auxiliar na compreensão das políticas de segurança pública no Rio de Janeiro a partir identificação e análise das formas de expressão das notícias sobre implementação das UPPs no município do RJ. Destacando como relevante a “fala da mídia”, assim como Caldeira (2000) discute a fala do crime em SP, para observar como as notícias locais que antes estavam permeadas da exposição sobre violências e arbitrariedades dos traficantes nos morros cariocas foram sendo paulatinamente associadas à possibilidade de novas configurações de proteção e segurança com a presença da polícia militar de proximidade e retirada do tráfico armado desses locais.

A presente pesquisa de dissertação propõe realizar um estudo sobre as representações e discursos construídos pelos meios de comunicação de massa sobre as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), tendo por objetivo principal analisar e discutir como são representados, através dos jornais escolhidos, as políticas de segurança no Rio de Janeiro a partir da implementação desse projeto em 2008. O objeto central da pesquisa são as notícias veiculadas pelos Jornais O Globo e O Dia entre os anos de 2010 e 2013. Com essa fonte de pesquisa pretende-se compreender as falas e construções discursivas sobre a efetivação de “espaços seguros” no Rio de Janeiro com a implementação deste aparato militar.

Dessa forma, a questão que norteia essa pesquisa volta-se para a problematização da ideia de segurança e pacificação dos espaços públicos a partir do aparato militarizado oferecido pela polícia militar do estado do Rio de Janeiro nas favelas. Assim discutir: que representações esses jornais constroem sobre “segurança” nas favelas cariocas a partir das UPPs? Como a ideia de espaço seguro é veiculada e constituída nesses jornais? Sob que orientações, crenças e valores normativos são debatidos a ideia de proteção, pacificação e segurança nessas reportagens?

A escolha dos Jornais O Globo e o Dia, justifica-se por serem dois meios de comunicação impressos/ eletrônico do Rio de Janeiro de grande circulação e que possuem públicos diferentes, e os critérios definidores foram: ser jornais de grande circulação, atingirem grupos e camadas diferentes da população, ter seus acervos disponíveis na WEB e por estarem presentes e consolidados no mercado jornalístico há tempos, além de pertencerem a grupos empresariais distintos, o que pode, ou não, demarcar discursos diferenciados entre eles. Sendo assim, trata-se de jornais bastante reconhecidos pelo público e que abrange um número considerável de leitores.

No Infoglobo, um mecanismo do próprio jornal O Globo, é possível traçar o perfil dos seus leitores. O jornal possui em média 882 mil leitores, tendo uma tiragem impressa de 278.086 jornais aos domingos. A maior parte dos seus leitores está entre a classe média alta e

média, sendo que 55% são da classe “B” e 28% da “C”. A faixa etária divide-se em 24% com sessenta anos ou mais e 20% entre trinta e trinta e nove anos. Sobre o nível de escolaridade, a maioria apresenta-se com ensino superior representando 49% dos leitores. E em relação ao sexo, ambos estão praticamente equiparados. Já o jornal O dia, caracteriza-se por ser um jornal que alcança, basicamente, as classes “B”, “C” e “D”. Segundo a Associação Latino-Americana de Publicidade, o jornal O Dia era o 27º maior jornal do país em 2014, com circulação de 42.027 exemplares aos domingos.¹

Entretanto, tenho ciência que a seleção desses critérios para escolha dos jornais que serão fonte da pesquisa, limita o trabalho de pesquisa às determinadas formas discursivas e ideológicas que orientam a linha editorial desses jornais, porém foi uma escolha metodológica de limitar o campo de análise a partir da possibilidade de tempo e instrumentalização da pesquisa.

A busca e análises sobre as matérias foram feitas nas versões *online* de ambos os jornais, na área do assinante, que possuem um mecanismo de busca de matérias jornalísticas das mais recentes até as mais antigas. Utilizei para tal, as seguintes palavras-chave: “UPP”; “Unidades de Polícia Pacificadora”; “Pacificação”; “Pacificar”; “Programa UPP”; “Implementação de UPP”; “Segurança Pública” e “Polícia”. A definição destas palavras foi com o propósito de obter reportagens que falassem especificamente sobre as Unidades de Polícia Pacificadoras.

No jornal O Globo, a busca foi feita na área descrita como “acervo”, área restrita a assinantes. As palavras-chave para a busca foram escritas na área “pesquisar no site do acervo do Globo”, depois foi selecionado o *link* “páginas digitalizadas”, que gera uma página do *site* com as diversas reportagens digitalizadas que fazem referência à palavra ou expressão de busca. Existe um mecanismo de busca, dentro da área “acervo” com o campo “pesquisar no acervo de páginas digitalizadas” que delimita a busca da palavra-chave a uma data pretendida. Houve inúmeras tentativas, frustradas, de busca por este mecanismo com o propósito de obter acesso a um grande número de notícias publicado em um determinado ano. Mas, talvez, por algum erro do sistema, o próprio *site* não gera os resultados de acordo como pedido. Desta maneira, a pesquisa limitou-se ao primeiro campo de busca descrito aqui: “pesquisar no site do acervo do Globo”. Através deste mecanismo, as reportagens surgem com datas aleatórias, mas todas relacionadas à palavra-chave pretendida, o que dificulta e torna mais demorado a

¹ Infoglobo: <<http://www.infoglobo.com.br/Anuncie/Home.aspx>>. Acesso em dezembro de 2014.
Associação Latino-Americana de Publicidade: <<http://alap.com.br/>>. Acesso em dezembro de 2014.

busca e seleção das reportagens. Não há certo limite de palavras que podem ser descritas neste campo de busca, porém preferiu-se utilizar cada palavra-chave por vez.

Dentre as diversas notícias apresentadas nesta página, foi necessário fazer uma seleção das que seriam utilizadas para este trabalho, já que é necessário delimitar o universo de pesquisa a ser produzido. Para a seleção, buscou-se, basicamente, a mensagem que o título das matérias passa aos leitores e o conteúdo do texto jornalístico. Sabemos que os títulos são a primeira “conexão” com os leitores, e que pretendem atrair a atenção de imediato, de modo que as palavras utilizadas podem induzir a leitura daquele artigo jornalístico. Portanto, as matérias de um jornal costumam ter títulos atraentes que apelam para o lado “emotivo” e que pretendem revelar sobre o que se trata a notícia, além de ser de fácil compreensão e, sobretudo expor o assunto principal a ser tratado e, instigar a leitura.

No O Dia o processo de pesquisa foi feito no campo “edição digital”, que também é área restrita a assinantes. Neste campo, é aberta uma página com as edições de todo o jornal impresso digitalizado, sendo que as de primeiro acesso são as mais recentes. Para que seja possível ter acesso às notícias mais antigas, foi necessário utilizar a opção “calendário” e escolher o mês e o ano desejado, e após isso, escolher o dia pretendido. Após este passo, a única maneira de se encontrar reportagens sobre a temática pretendida, foi analisar dia por dia de todo o período estabelecido para a pesquisa. Sendo assim, ao se escolher o dia, o mês e o ano para a busca, era necessário abrir a edição e escrever a palavra-chave no campo “pesquisar” para que o site indicasse, ou não, se havia referência àquela palavra naquela edição. Caso positivo, foi necessário fazer *download* de toda a edição e “folhear” o arquivo até se chegar à reportagem. É importante ressaltar que, devido ao sistema de pesquisa do O Dia, é provável que muitas reportagens sobre a temática tenham passado despercebidas durante a busca, uma vez que, era preciso “confiar” quando o mecanismo de pesquisa da palavra-chave não acusava nenhuma referência na edição.

Neste sentido, é relevante descrever que inicialmente a proposta de pesquisa e análise das reportagens era entre os anos de 2009 a 2013. No entanto, o mecanismo de busca *online* do jornal O Dia, durante as primeiras tentativas de pesquisa, não permitiu acesso às edições do ano de 2009. Imaginando ser algum problema do site, foram interrompidas por certo tempo às buscas relativas somente àquele ano, e mais tarde ao retomá-las, constatou-se que o jornal só permitia acesso as edições de 2010 em diante. Como o sistema de pesquisa do O Globo não permite a busca por ordem cronológica, foram encontradas poucas notícias de 2009, e em função ao fato já mencionado sobre o outro jornal, decidimos delimitar as datas para 2010 a 2013. Este fato, não diminuiu ou empobreceu a pesquisa nem a sua análise, pois se trata ainda

de quatro anos de discursos sobre as Unidades de Polícia Pacificadoras a serem abordados e contemplados.

Para a pesquisa, foram utilizadas somente reportagens jornalísticas de ambos os jornais, ficando de fora páginas de comentários, artigos, opiniões e editoriais. Após a seleção, foram analisadas e fichadas um total de 104 notícias, referentes aos quatro anos dos ambos os jornais. As notícias foram encontradas, majoritariamente, no “caderno Rio” dos dois jornais.

Também foi criado um banco de dados que permite discutir as formas classificatórias e temáticas das reportagens. Foi possível classificá-las em:

- “Chegada da polícia e implementação das UPPs”;
- “Aspectos positivos da implementação e sentimento de segurança pós-implementação”;
- “Primeiros momentos de baixa e crimes ocorridos contra as unidades ou que envolvam os policiais”;
- “Problemas que assolam comunidades não contempladas pelo projeto”.
- “Outros” - Tudo o que se fala sobre as unidades e que não está diretamente relacionada às classificações acima.

Outras metodologias abordadas neste trabalho foram: à contínua pesquisa bibliográfica acerca do tema trabalhado e de temáticas relacionadas, verificando o que os demais pesquisadores das áreas das ciências sociais estão discutindo e estudando sobre as UPPs, além da análise de discurso do material coletado dos jornais. Sobre a análise de discurso, alguns autores referentes a este assunto serão aqui abordados, possibilitando pensar quais são os principais objetos de debate pontuados nas falas midiáticas, e se as opiniões proferidas ali contribuem para a manutenção de o projeto militar sobre as favelas da cidade do Rio de Janeiro.

É preciso estar atento como as reportagens abordam as Unidades de Polícia Pacificadoras e os assuntos relativos a ela, a maneira que é apresentada e a importância em que é descrita, para efetuar uma análise de discurso satisfatória. Foucault (1970) em seu trabalho trata acerca da sua inquietação sobre o que é o discurso em sua realidade, e se questiona: “mas o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (FOUCAULT, 1970. P. 4). E acrescenta:

“Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de

procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Op. Cit.).

O que se pretender dizer, é que através de um discurso, o que está em jogo é o desejo e o poder, localizando os pontos onde o poder se apresenta e dos locais onde a dominação é exercida. No entanto, Foucault expõe que o poder está relacionado à produção de discursos, e que as falas produzidas cotidianamente são transitórias se comparadas às falas das instituições, que geralmente permanecem no tempo. Neste sentido, podemos compreender os discursos como práticas sociais que mostram os sistemas de dominação e também, o poder do qual se pretende ter. O discurso é, então, um mecanismo de dominação, de maneira que pode legitimar as formas de poder estabelecidas por uma instituição.

Ressalto Champagne (1996) que em sua obra mostra como cientistas políticos que trabalham com “sondagens de opinião pública” tornam capaz a discussão de questões promovidas pela mídia. A pesquisa destes cientistas baseava-se em perceber os mecanismos de escolha de candidatos políticos pelos seus eleitores, e conseqüentemente, o meio de influência sob estas escolhas. A discussão promovida por Champagne (1996) torna-se interessante para o presente trabalho, pois estabelece questões relacionadas à opinião pública, política, e jornalismo, e, sobretudo a necessidade de se produzir resultados rápidos para serem publicados pela mídia, tendo em vista que “as sondagens que realizam, e cujos resultados são sumariamente fornecidos à imprensa ou analisados confidencialmente mais com o objetivo de manipulação do que de conhecimento, fazem parte, daí em diante, do jogo político” (CHAMPGNE, 1996, p. 94).

Neste sentido, o autor oferece meios para se refletir o que é “opinião pública” e como esta surge em determinados períodos e contextos, e a sua capacidade de se propagar e ganhar força enquanto discurso. Champagne (1996) faz crítica sobre o que seja a opinião pública, declarando que está, na verdade, não passa de uma opinião pessoal do cientista político, transportada em estatísticas, que supostamente representariam as ideias de milhares de pessoas.

“De fato, antes da difusão da prática das sondagens, os políticos e comentaristas já brincavam, de alguma forma, com as palavras ao designarem por ‘opinião pública’ o que, no final de contas, não passava de sua opinião, proclamada publicamente (em particular, na imprensa), sobre o que, supostamente, pensariam seus concidadãos” (CHAMPAGNE, 1996, p.94).

E acrescenta que “um sistema político pode decidir que todas as opiniões sejam equivalentes, que a opinião estatisticamente majoritária deva ser chamada ‘opinião pública’” (Op.Cit.).

Neste sentido, é importante pensarmos que utilizar material jornalístico como técnica de pesquisa científica, é trazer também, o debate sobre a formação da opinião pública, e, sobretudo, a confiabilidade da fonte de pesquisa utilizada. Cellard (2012) apresenta o desafio encontrado pelo pesquisador em definir o documento para sua pesquisa, bem como construir uma análise crítica sobre a confiabilidade do material escolhido para a pesquisa. É necessário que o pesquisador faça uma seleção cuidadosa das fontes a serem usadas, e especialmente, estabeleça escolhas criteriosas das informações obtidas, de maneira que “uma pessoa que deseja empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de construir um corpus satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes” (CELLARD, 2012, p. 298).

Sob este aspecto, é relevante dizer que esta pesquisa não obedeceu a critérios estatísticos de amostragem, e sim a critérios qualitativos. Foram verificadas todas as notícias que apareceram a partir da busca, e foram feitas leituras atentas dos conteúdos buscando as informações. A partir daí, verificou-se a pertinência ou não, das matérias para a compreensão das informações que os jornais pretendem passar como opinião pública. Em seguida, foi iniciada uma análise mais minuciosa do conteúdo selecionado, analisando comparativamente sobre o que as diferentes matérias falavam sobre o tema.

Além de buscar criteriosamente informações nos documentos, Cellard (2012), acredita que é importante saber sobre quem está falando, e de quem se fala.

“Não se pode pensar em interpretar um texto, sem ter previamente uma boa ideia da identidade da pessoa que se expressa, de seus interesses e dos motivos que a levaram a escrever. Esse indivíduo fala em nome próprio, ou em nome de um grupo social, de uma instituição? Parece, efetivamente, bem difícil compreender os interesses (confessos, ou não) de um texto, quando se ignora tudo sobre aquele ou aqueles que se manifestam, suas razões e as daqueles a quem eles se dirigem” (CELLARD, 2012, p.298.)

Portanto, o discurso deve ser analisado criticamente, uma vez que é resultado de práticas sociais que podem influenciar outros elementos, como ideologias e hegemonias de discurso, visto que as sociedades contemporâneas de modo geral, têm sofrido com a expansão do medo da criminalidade, e uma busca incansável pela segurança. Assim, é importante pensarmos como a mídia pode construir um discurso e os significados de um acontecimento e

produzir “verdades” sobre eles. Ou ainda, defender um posicionamento político e um discurso específico capaz de influenciar seus leitores, uma vez que as palavras “veiculam valores ideológicos”.

Neste sentido, é interessante ficarmos atentos aos discursos produzidos pela mídia, já que os jornais carregam interesses políticos e ideológicos em suas falas e assim constituem uma realidade, ou uma forma específica de enxergar a realidade por determinadas lentes que orientam a seleção e os enunciados das notícias. Alguns pesquisadores na área de ciências sociais mostram que nas favelas “pacificadas” pelas UPPs a realidade é, muitas vezes, distinta daquela mencionada pelos jornais. Enquanto os jornais estariam anunciando os possíveis benefícios da implementação da polícia nos morros, e a consequência benéfica deste ato para uma camada específica da população, a outra camada – os moradores das favelas - não teriam voz para expressar as transformações ocorridas em suas vidas (LEITE, 2015; GONÇALVES, 2015).

Além disso, há outra referência teórico metodológico que será utilizada durante o processo de reflexão e construção da pesquisa, o conceito de representações sociais; segundo Porto (2006). De acordo com a autora, é de extrema importância compreender os valores e os sentidos que configuram as representações sociais, pois a partir deles, o fenômeno da violência contemporânea pode ser explicado, uma vez que a violência é resultado da percepção que os indivíduos têm da sociedade, e de como os sujeitos se posicionam e participam dela. Para a autora, o estudo das representações para entender os fenômenos sociais, torna-se interessante uma vez que interroga os imaginários sociais e leva ao entendimento de como o conceito de violência ou segurança é desenhado pela sociedade. Porto faz referência a Max Weber para analisar como as condutas sociais, que são em sua maioria produto de valores, crenças e pensamentos instaurados por atores e instituições sociais, produzem modelos de conduta que configuram a sociedade moderna.

Nesse aspecto, os jornais analisados constroem representações a partir da seleção e definição de como a reportagem sobre segurança e Unidade de Polícia Pacificadora serão representadas, entretanto, a partir do momento que elas são veiculadas perde-se o domínio de como elas serão apropriadas pelos diversos atores e grupos sociais e das diferentes formas de compreensão e interpretações que serão repercutidas e percebidas.

Neste sentido, no primeiro capítulo que tem o título “Policiamento no RJ, Prevenção e Repressão: UPP e suas análises” trata-se de um capítulo teórico, que propõe pensarmos que partir dos anos 80, o crescimento do tráfico de drogas associado à violência, aumentou o sentimento de insegurança na cidade do Rio de Janeiro. Desde então, demandas por segurança

pública se faz presente nos discursos da grande mídia e da sociedade civil. Para o senso comum, as favelas, que são caracterizadas como espaços da violência e criminalidade, são o berço do “banditismo”, e por isso, as favelas foram palco de diversas experiências de policiamento. A mais recente delas, a “pacificação” através das UPPs, seria um projeto que visa controlar o tráfico de drogas, e, sobretudo, desenvolver uma imagem de cidade segura através da presença do Estado nas favelas.

O segundo capítulo denominado “Discussão analítica das reportagens e representações sobre UPP nos jornais”, apresenta as análises que foram desenvolvidas na presente pesquisa. Divididas em eixos teóricos, o capítulo apresenta os discursos proferidos pelos jornais, bem como as palavras que mais apareceram em suas reportagens sobre as Unidades de Polícia Pacificadora.

O terceiro capítulo, “Imagem como expressão: considerações sobre as imagens jornalísticas das UPPs” apresenta ao leitor as imagens mais expressivas e emblemáticas que ajudaram a compor as reportagens sobre as unidades. A fotografia, que pode expressar representações sociais, fala muito por si só, e por isso, torna-se interessante sua análise.

E por fim, o quarto e último capítulo, “Violência, representações sociais e medo no Rio de Janeiro”, propõe discutir acerca da errada relação de causa que se faz entre pobreza e criminalidade. E neste sentido, mostra-se como as reportagens jornalísticas enfatizam estereótipos e representações sociais de favela como espaços da violência, e por consequência, do medo.

1. POLICIAMENTO NO RJ, PREVENÇÃO E REPRESSÃO: UPP E SUAS ANÁLISES

Nas últimas décadas a temática da violência no Rio de Janeiro ganhou destaque nos debates acadêmicos e recebeu atenção especial de vários pesquisadores². Segundo Cerqueira (1999), os centros urbanos têm sofrido cada vez mais com problemas de criminalidade e desordem social, sendo cada vez mais necessárias práticas para o controle da violência. O sistema policial no Brasil sempre esteve preocupado com a manutenção da ordem, o controle social da população e a repressão do crime com o intuito de garantir a “segurança nacional”. Demandas por segurança sempre estiveram presentes nos discursos do Estado. Não é de agora que o poder público acredita que a presença da polícia nas “favelas” da cidade, representa uma maneira eficiente de combater o tráfico de drogas, manter o controle social e expor uma imagem de que o Estado está presente para o controle da cidade.

Para Machado da Silva (2014), o debate sobre a relação entre segurança pública e controle social durante as décadas de 70, baseava-se na disputa em relação à perda de direitos civis e políticos vividos durante a ditadura militar. Já na década de 80, o debate muda de campo e passa a discutir ações para a manutenção da ordem pública que estava em crise devido à quebra de direitos e fragmentação de rotinas, ameaças e perigos à vida cotidiana, definidas pelo autor, como violência urbana. O Estado neste momento era criticado pela sua incapacidade de controlar as áreas da cidade denominadas “perigosas”, bem como a sua população, transformando definitivamente a imagem do que se compreendia por “favela” e do seu lugar na cidade. Este período foi marcado por uma dualidade: ao mesmo tempo em que houve a consolidação da democracia e o fortalecimento da cidadania marcado pela Constituição de 1988, também houve o fortalecimento de formas de violência criminal e práticas policiais violentas em virtude do medo que a cidade tinha da violência gerada pelo tráfico de drogas.

A partir de então, a violência vivida nesta época transformou as favelas em palco de diversas experiências de policiamento com o intuito de controle do crime. Diferentes tentativas de programas foram criados, mas que não tiveram continuidade. O coronel Carlos Magno Narareth Cerqueira, que comandou a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro entre

² Dentre os pesquisadores que concentram esforços em debater o tema da violência, e que foram importantes para o embasamento bibliográfico desta pesquisa, destacamos: Misse (1999 e 2006), Machado da Silva (1993, 2014, 2010 e 2008), Soares (1998, e 2008), Zaluar (1999 e 2004), Silva (2010, 2011 e 2005), entre outros.

1991 e 1994, criou o Grupamento de Aplicação Prático Escolar (GAPE), que mais tarde seria aperfeiçoado no Grupamento de Policiamento em Áreas Específicas (GPAE). (ALBERNAZ, CARUSO e PATRICIO, 2007).

O Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE), implementado no Cantagalo/Pavão/Pavãozinho, foi um projeto de iniciativa de polícia comunitária. De acordo com Blanco (2002), o GPAE foi uma operação especial da PMERJ, criada pela Secretaria do Estado de Segurança Pública em cinco de julho de 2000. O projeto pretendia implementar uma estratégia de policiamento nas favelas através de contínuas ações policiais associadas à entrada e permanência de serviços públicos através de agências estatais, sociedade civil e as próprias lideranças de cada comunidade. O GPAE obteve resultados interessantes no que concerne a diminuição do medo devido à presença da polícia ostensiva, queda da exposição de armamento dentro das comunidades, redução da violência arbitrária e abuso de poder envolvendo policiais. Estas medidas de policiamento comunitário “surge como estratégia capaz de reunir os esforços da polícia e da comunidade para um empreendimento comum na manutenção da ordem e do controle do crime” (CERQUEIRA, 1999, P. 54).

Outros projetos também foram criados, e o mais recente e de maior alcance é a UPP³, que segundo Machado da Silva (2014):

“A hipótese básica que orienta a reflexão é que as UPPs a) não alteram significativamente a linguagem da violência urbana, mas, por outro lado, b) inauguram uma nova conjuntura no debate sobre a relação entre o policiamento ostensivo e a manutenção da ordem pública na cidade, ao

³ A Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), teve sua primeira unidade implementada em 19 de dezembro de 2008 no morro Santa Marta. Até o presente momento de redação desta dissertação, existem 38 UPPs implementadas, com um efetivo de 9.543 policiais, nas seguintes favelas e complexos: **Zona Sul:** Santa Marta – Instalação: 19.12.2008, Babilônia e Chapéu Mangueira – Instalação: 10.06.2009, Pavão-Pavãozinho e Cantagalo – Instalação: 23.12.2009, Tabajaras e Cabritos – Instalação: 14.01.2010, Escondidinho e Prazeres – Instalação: 25.02.2011, Rocinha – Instalação: 20.09.2012, Vidigal – Instalação: 18.01.2012, Cerro-Corá – Instalação: 03.06.2013. **Zona Norte:** Borel – Instalação: 07.06.2010, Formiga – Instalação: 01.07.2010, Andaraí – Instalação: 28.07.2010, Salgueiro – Instalação: 17.09.2010, Turano – Instalação: 30.10.2010, São João, Matriz e Quieto – Instalação: 31.01.2011, Macacos – Instalação: 30.11.2011, Mangueira – Instalação: 03.11.2011, Nova Brasília – Instalação: 18.04.2012, Fazendinha – Instalação: 18.04.2012, Adeus e Baiana – Instalação: 11.05.2012, Alemão – Instalação: 30.05.2012, Chatuba – Instalação: 27.06.2012, Fé e Sereno – Instalação: 27.06.2012, Parque Proletário – Instalação: 28.08.2012, Vila Cruzeiro – Instalação: 28.08.2012, Jacarezinho – Instalação: 16.01.2013, Manguinhos – Instalação: 16.01.2013, Barreira do Vasco e Tuiuti – Instalação: 12.04.2013, Caju – Instalação: 12.04.2013, Arará e Mandela – Instalação: 06.09.2013, Lins - Instalação: 02.12.2013, Camarista Méier - Instalação: 02.12.2013. **Zona Oeste:** Cidade de Deus – Instalação: 16.02.2009, Batan – Instalação: 18.02.2009, Vila Kennedy – Instalação: 23.05.2014. **Centro:** Providência – Instalação: 26.04.2010, Coroa, Fallet e Fogueteiro – Instalação: 25.02.2011, São Carlos – Instalação: 17.05.2011. **Baixada Fluminense:** Complexo da Mangueirinha – Instalação: 07.02.2014. Disponível em: <<http://www.upprj.com/>>. Acesso em: abril de 2016.

ênfatizar, como objetivo central, a redução da letalidade provocada pelos recorrentes confrontos armados” (MACHADO DA SILVA, 2014, p. 32).

A UPP é um programa voltado especificamente para as comunidades, denominadas “favelas” da cidade do Rio de Janeiro. O termo “favela”, que é impregnado de significados, define na geografia da cidade o que é considerado como problema público, de maneira que se hierarquiza e se qualifica todas as regiões da cidade. Constituído como território de problemas conflitivos e que deve ser controlada em favor da coesão social, a favela torna-se espaço de propostas de políticas públicas, como a Unidade de Polícia Pacificadora. A finalidade do programa, descrita oficialmente⁴, é “recuperar” o território dominado pelo tráfico e diminuir o conflito entre polícia e criminosos, que acaba afetando a vida cotidiana na cidade. O histórico sobre a decisão de dar início ao programa, Machado da Silva (2014) ênfatiza que:

“Ele parece ter nascido em seguida a uma viagem à Colômbia do Secretário de Segurança, que coincidiu com as críticas às primeiras medidas do governo eleito em outubro de 2006 e empossado em janeiro de 2007, que endureciam ainda mais a repressão cotidiana ao crime, como resposta a uma ocorrência traumática logo no início da nova administração. Assim, as UPPs costumam ser apresentadas como inspiradas na experiência colombiana (num momento em que, ironicamente, a margem de sucesso desta vinha caindo)” (MACHADO DA SILVA, 2014, p. 34).

Gonçalves (2015) destaca que o imaginário sobre favelas está associado à ilegalidade, e que o contexto dos grandes eventos carioca, fez emergir discursos e práticas para resolver os possíveis problemas que, as favelas, podem trazer à cidade. No entanto, políticas atuais pretendem diminuir o impacto que a imagem das comunidades causa na sociedade. Ao contrário do que se pensa o Estado nunca esteve ausente das favelas. O crescimento das comunidades não é um processo marginalizado e sem conhecimento do poder público como

⁴ De acordo com o Decreto Nº 44.177 de 26 de abril de 2013, que dispõe sobre a implementação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP) o Estado do Rio de Janeiro, e determina outras providências; as UPPs foram criadas para: “Art. 2º - As Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), criadas para a execução de ações especiais concernentes à pacificação e à preservação da ordem pública, destinam-se a aplicar a filosofia de polícia de proximidade nas áreas designadas para sua atuação. § 1º - São áreas potencialmente contempláveis por UPP, consoante critérios estabelecidos pela Secretaria de Estado de Segurança, aquelas compreendidas por comunidades pobres, com baixa institucionalidade e alto grau de informalidade, em que a instalação oportunista de grupos criminosos ostensivamente armados afronta o Estado Democrático de Direito. § 2º - São objetivos das UPP: a) consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada; b) devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico; c) aplicar instrumentos mais céleres, eficazes e plurais à resolução e ao encaminhamento de ocorrências, com ênfase na mediação e na destinação de tratamento diferenciado aos delitos de pequena monta”. Decreto Estadual Nº 44.177. <http://www.ameriodejaneiro.com.br/PDF/decreto_UPPS.pdf>. Acesso em agosto de 2016.

imagina o senso comum, pelo contrário, durante o processo de expansão e crescimento da maioria das favelas, houve o respaldo do Estado que muitas vezes gerenciava os espaços com a “premissa que estes deveriam manter seus aspectos precários e provisórios” (GONÇALVES, 2015, p.107). A partir da década de 80, foram instituídas nas comunidades algumas políticas de regularização e urbanização de seus espaços e por mais que pretendessem garantir alguns direitos mínimos aos moradores, ainda eram predominantes os discursos de precariedade e da marginalização destes espaços, reforçando, assim, ideias que nos lembram dos “discursos higienistas” do princípio do século XX. Alguns projetos mais recentes e conhecidos como “Favela – Bairro”⁵, ocorrido entre 1994 e 2008, tiveram críticas da sociedade civil, pois se acreditava que a urbanização das favelas estimularia o seu crescimento exponencial, favorecendo a violência urbana. Os discursos em favor da remoção, portanto, ganharam força e, sobretudo mais um fator: as favelas eram preocupações político-sociais e, também, ambientais. A sociedade civil, de modo geral, acreditava que era preciso controlar e delimitar os seus espaços, e depois eliminá-los. Estes discursos foram base para no final dos anos 2000 o Estado murar o entorno de algumas favelas com a desculpa de proteger áreas de preservação ambiental sem por em evidência, que seu principal objetivo era controlar o crescimento das comunidades e delimitar o espaço frequentado pelos traficantes. Segundo Gonçalves (2015), outro projeto mais recente, o “Morar Carioca”⁶, propõe que o crescimento horizontal das favelas seja combatido e que se organize o crescimento vertical delimitando as áreas das comunidades.

Em reflexo a esta realidade, desde 2008, as favelas cariocas vem sofrendo com o processo de “pacificação” modificando suas estruturas internas e cotidianas. A primeira favela a ser ocupada pela polícia foi a Dona Marta, que no final de 2008 já contava com Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). O processo de “pacificação” das favelas seria a chave para retomar o sentimento de segurança na cidade do Rio de Janeiro, além de proporcionar a imagem de uma cidade mais segura e controlada pelo poder do estado. As UPPs tornavam-se,

⁵ Também é preciso salientar que o programa “Favela Bairro”, por outro lado, recebeu elogios pelos benefícios que levou a população. O projeto tinha como proposta melhorias em infraestrutura nas favelas, redefinindo espaços públicos, melhorias em serviços sociais, regularizações imobiliárias, criações de creches, implementação de saneamento básico, entre outros. Na primeira parte do projeto, 38 favelas receberam os benefícios. Na segunda fase, ocorrido entre 2000 e 2005, 64 comunidades receberam os investimentos do projeto. Até o ano de 2008, o programa alcançou 168 favelas e loteamentos. Fonte: < <http://rioonwatch.org.br/?p=5042>>. Acesso em agosto de 2016.

⁶ O Morar Carioca foi desenvolvido pela Prefeitura do Rio, em 2010, com o intuito de promover a inclusão social dos moradores das favelas, através da integração urbana e social das comunidades, até 2020. Este é considerado o maior programa de urbanização do país, e tem como foco principal a inclusão social associada à preservação do meio ambiente. Fonte:< <http://www.rio.rj.gov.br/web/smhc/conheca-o-programa>>. Acesso em agosto de 2016.

portanto, um projeto fundamental para garantir que a Cidade do Rio pudesse sediar os grandes eventos internacionais que estavam por vir, como a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Segundo mencionado por Gonçalves (2015), a Secretaria Estadual de Segurança Pública propunha que até a Copa do Mundo em 2014, 40 UPPs já estivessem instauradas na cidade, garantindo a proteção, principalmente, das zonas turísticas. No entanto,

“Além das críticas quanto às arbitrariedades cometidas pela polícia e aos vários casos de corrupção, o projeto, por instante, não conseguiu reduzir substancialmente a presença de grupos fortemente armados em todas as favelas 'pacificadas'. Um dos perigos é que a presença do poder público esteja associada somente a polícia, e, o pior, que esta exerça um rígido controle social interno, transformando-se na nova 'dona' do morro” (GONÇALVES, 2015. P. 157).

Nas favelas, além dos moradores estarem submetidos a serviços públicos escassos e infraestrutura não suficiente, ainda convivem com o tráfico de drogas, que muitas vezes reduz este espaço a lugares de forte confronto e violência. Em razão das disputas por pontos de venda de drogas, a polícia que chega para intervir na situação, acaba por reforçar os confrontos armados e conseqüentemente, cria-se uma situação de violência tal, que muitas vidas se perdem. Com este panorama, pretendia-se desenvolver um projeto estratégico e eficiente de policiamento nas favelas. Neste sentido, a iniciativa de implementação da UPP tornou-se mais forte. A ideia era que a presença da unidade na favela inibiria as atividades dos traficantes, o que causaria o local pouco atrativo para as demais facções em termos de disputa territorial, e com isso diminuiria as disputas pelas “bocas”, além de ser capaz de reduzir os confrontos em consequência da abordagem policial. A polícia “pacificadora”, como pode ser visto nos discursos da grande mídia, através da UPP, levaria a imagem do policial como “a entrada do Estado na favela”. Seria a imagem de esperança e a “retomada” do território, tão enfatizado no discurso do próprio Estado, seria o símbolo da possibilidade de vida nova às comunidades e por consequência, da cidade do Rio de Janeiro.

A incorporação das UPPs a vida na cidade, tem gerado debate e especulação sobre o seu propósito. Um dos debates, no meio acadêmico, é a forma de controle social atribuído ao programa, e a forma em que foi distribuída pela cidade. Embora se saiba que a possibilidade de contemplar todas as favelas com o projeto seja praticamente inviável, e que a implementação em determinadas áreas são para favorecer negócios e as regiões nobres da cidade, isso tem gerado a situação que Machado da Silva (2014) chama de “cobertor curto”, ou seja, a presença das UPPs em áreas estratégicas possibilitaria deslocar o crime para as regiões periféricas e/ou outros municípios do estado. Não seria uma medida que propõe, de

fato, o combate ao crime organizado e é um projeto que não deixa de reproduzir o modelo de políticas públicas, que em geral, pune as populações mais desfavorecidas da cidade. Machado da Silva (2014) menciona que o governo de Sérgio Cabral, iniciado em 1º de janeiro de 2007, foi marcado por discursos de guerra às facções criminosas. As repercussões destas declarações não foram nada positivas e não foram bem vista pela sociedade, e o governo mudou o discurso para a lógica da “retomada” do controle das favelas. Sendo assim, algumas mudanças foram feitas pelo governo como: relações civilizadas envolvendo o mínimo de violência com a população local, “retomar” e “recuperar” o domínio local como condição para que os moradores possam exercer sua cidadania. No entanto, ainda que nenhuma dessas mudanças tenha sido feitas por completo, a UPP pode ser pensada como um projeto que representa uma chance de mudança na gestão policial (MACHADO DA SILVA, 2014), ainda que sejam polícias autoritárias e violentas.

Segundo Rocha (2015), não é de hoje que os jovens moradores das comunidades são os principais “alvos” de políticas que pretendem associar intervenção policial à intervenção social para diminuir a criminalidade e inseri-los no mercado de trabalho formal, e com isso, afastá-los da “sedução” do mundo do crime. As propostas, tanto das décadas passadas quanto as de agora, seriam transformar os jovens que poderiam ser bandidos em trabalhadores capacitados, de modo que se produziu um “repertório centrado na convicção de que os jovens moradores de favelas encontram-se em 'situação de risco social', e que ações pontuais de intervenção nos territórios podem afastá-los desses ricos” (ROCHA, 2015, p. 326). O incentivo de engajar a juventude no mercado de trabalho e de torná-los empreendedores, tornou-se uma estratégia cada vez mais presente em ONGs que atuam nas comunidades, para transformar a imagem das favelas e dos seus moradores.

“Atualmente grandes ONGs cariocas tem conseguido bastante visibilidade para seus trabalhos, inclusive nos principais canais de televisão, Viva Rio, AfroReggae, Central Única de Favelas, Nós do Morro, etc. Possuem grandes financiamentos e projetos bastante bem-sucedidos no Rio de Janeiro e em outros estados. Essas organizações, especialmente as conduzidas por moradores de favelas e espaços periféricos, elencam entre seus objetivos mudar a imagem das favelas e de seus moradores, o que explicaria o investimento em projetos ligados à cultura: audiovisual, música e outras representações artísticas que dão visibilidade a uma 'cultura da favela'. Afirmam que assim ajudam a combater o estigma contra o favelado e o racismo, aumentando a 'autoestima' dessa população, mas também buscam intervir nas dinâmicas locais de violência, com discurso de 'tirar os jovens da criminalidade e do ócio’” (ROCHA, 2015, p. 327).

Sendo assim, para Rocha (2015) participar de projetos é uma forma de o jovem ter seu comportamento “moldado”, além de se submeter a uma “limpeza moral” fornecendo ao indivíduo a possibilidade de diminuir o estigma de “jovem favelado”, e, sobretudo, evidenciar que o jovem participa de outras atividades e não as atividades do crime. Rocha (2015) nos mostra que estes “projetos sociais” caracterizam-se por serem mecanismos disciplinadores do Estado através de agências paraestatais financiadas pelo próprio Estado (ONG), atuando como projetos de limpeza moral. Desta maneira, a autora em sua pesquisa na Cidade de Deus, cujo objetivo era analisar as unidades no processo de sociabilidade juvenil naquela área, os dados apontaram para o fato de a UPP apresentar-se como um mecanismo/aparelho repressor, visto que uma das atitudes promovidas pela Polícia Militar era controlar o fluxo de jovens e os espaços em que eles frequentavam dentro das favelas. Por mais que tenha sido destacado pelos moradores benefícios da presença da polícia nas favelas, como a diminuição significativa dos tiroteios e confrontos com os traficantes, exposição de armas, etc., os jovens queixam-se, sobretudo, da abordagem violenta da polícia.

O que as análises bibliográficas nos mostram é que a UPP, então, controla o espaço público de forma discricioária. A presença da polícia nas favelas não é um fato novo, mas a novidade está em que as Unidades de Polícia Pacificadoras instituem a polícia de forma ininterrupta dentro das comunidades como mecanismos de vigilância e disciplina, tendo como alvo principal os jovens. A “pacificação” trouxe a grande oferta de “projetos sociais” para a localidade. Estes projetos atuam, principalmente, como mecanismos de disciplinarização/pacificação dos corpos ao proibir que frequentem determinados espaços. Também é uma disciplinarização moral, já que ensinam boas maneiras, e transformam aqueles considerados “perigosos” em potencial em pessoas que não apresentam mais perigos a sociedade.

“Também é preciso ressaltar que, quando falamos em favelas 'pacificadas', estamos nos referindo a territórios ocupados militarmente por força que historicamente se relaciona com as populações locais como se estas fossem exércitos inimigos. Ainda que dados de pesquisa apontem para a redução dos índices de letalidade, a relação entre policiais e moradores de favela permanece tensa, desigual e antidemocrática. Neste sentido, convivem lado a lado como dispositivos de disciplinarização e controle os 'projetos sociais' e o exercício da força armada, ambos buscando implementar um modelo 'pacificado' e 'disciplinarizado' de 'estar na cidade', ou de fazer parte do Rio de Janeiro. No exercício dessa disciplina, definem quais formas de estar no território são vistas como problemáticas, arriscadas, perigosas ou ilegais – no caso, aqueles que se encontram fora de espaços de vigilância, que ocupam a rua, que aglomeram pessoas, que são considerados ociosos etc. Outras formas, particularmente aqueles que representam a passagem por um espaço de socialização vigiado, são vistas como adequadas e seguras. Assim, retorno à formulação proposta por Foucault (2005) a respeito do poder

disciplinarizador e sua relação com o biopoder: a disciplina dos sujeitos (realizada pelos 'projetos sociais') e a gestão da população (em curso com as UPPs) estão articuladas na sociedade da norma, sendo assim complementares” (ROCHA, 2015, p. 338).

O histórico de relação entre a polícia e os “favelados” é marcado por tensões e desconfianças. No Rio de Janeiro, durante muitos anos, quase três décadas, a polícia fez ações rotineiras nas comunidades tanto por meio de grupos situados nas entradas e arredores das favelas, quanto por ações duras e repressivas nas comunidades que amedrontavam os moradores. Agora com as UPPs, a polícia tem permanência constante nas áreas e, se antes as ações geravam mortes indiscriminadas, agora a violência policial se caracteriza pela “grosseria” na abordagem e tratamento da população local (ROCHA, 2015). Portanto, ainda que haja boa aceitação do programa por parte dos moradores, a UPP não consegue desfazer, de imediato, a memória que o desempenho da polícia deixou marcado durante anos capaz de gerar desconfiança na relação entre ambas às partes.

O Estado fez promessas, no governo Sérgio Cabral (2007 a 2014), através das UPPs, de integração das favelas à cidade e a inclusão social dos moradores. As favelas caracterizam-se por serem “territórios de margem”, territórios não integrados, onde a “pacificação” seria um dispositivo de disciplinarização através do controle social repressivo e de normalização de suas práticas de vida⁷. As favelas caracterizam um imaginário de, espaços e população, caracterizados pela alteridade delimitando fronteiras sociais, morais e de segregação. Tendo, a mídia e os discursos políticos produzidos um imaginário de territórios da ilegalidade, as margens da sociedade, as favelas são caracterizadas, pelo senso comum e sobretudo pela mídia, como espaços de violência, e também, espaços contrários às normas e valores sociais dominantes. Por esses motivos, foram pensadas políticas governamentais de administração do espaço e das pessoas. Com a expansão da cocaína, a partir dos anos 80, e a consequente militarização dos traficantes, as favelas ficaram caracterizadas como 'territórios da violência'. De acordo com Leite (2015), as primeiras políticas e discursos de erradicação

⁷ Tomo aqui o sentido de margens de Veena Das para pensar: 1) As margens que são apresentadas como periferias onde se encontram pessoas insuficientemente socializadas nos marcos legais, e assim o Estado é chamado para produzir formas de controle e pacificação dessas populações; 2) Analisando as margens como práticas do cotidiano presente - Não é uma questão de estar dentro ou fora da lei, mas estar dentro e fora ao mesmo tempo; 3) Refletir como nas favelas do RJ, o Estado é temido e desejado ao mesmo tempo. O Estado está perto e longe ao mesmo tempo; pois existe o braço policial do Estado, mas não tem as políticas públicas do Estado; dessa forma ele sempre esteve presente nas favelas sob a forma do controle policial. 4) Por isso é importante analisar o Estado e suas margens de forma relacional; o Estado como práticas das margens. (DAS, 2008).

deste espaços começaram no final do século XIX, propondo fim às “classes perigosas”. Sendo assim, políticas para “gerenciar” as favelas e sua população, com episódios como a Chacina do Alemão ocorrida em 2007 com o pretexto de “promover uma cidade segura” para o XV Jogos Pan-Americanos no RJ, mostra que além da dificuldade do Estado em garantir uma cidade segura para que pudesse disputar a sede dos grandes eventos esportivos, levou a cidade a aderir ao Programa Estadual de Pacificação das Favelas.

“Abriu-se assim, em dezembro de 2008, momento da inauguração da primeira UPP na favela Santa Marta, Zona Sul do Rio de Janeiro, um novo contexto no qual o discurso da 'guerra' às favelas e aos favelados cedeu terreno para o da paz e da pacificação dessas localidades. Desde então, as iniciativas estatais voltadas para a redução da violência combinam a implementação de postos de policiamento permanentes (apresentados como tendo sido inspirados diversos dispositivos governamentais e não governamentais de controle social e alternativas de/para sua 'inclusão social' ao lhes proporcionar (e, dessa forma, também ao conjunto da população do Rio) segurança e cidadania” (LEITE, 2015.p. 384).

O projeto das Unidades de Polícia Pacificadoras apresentava-se como inovador e rompia com o modelo vigente de segurança pública. Celebrava-se que as unidades recuperariam o controle territorial dominado pelo tráfico, e que a presença permanente da polícia nas favelas eliminaria o tráfico de drogas forçando os traficantes a saírem da localidade. Para tal, algumas medidas deviam ser tomadas: era necessário mudar as formas da polícia e da comunidade se relacionarem, de maneira que o modelo de policiamento fosse baseado na confiança e respeito de ambas as partes, que seriam adquiridos através do policiamento permanente. No entanto, ainda que haja o discurso de integração social e o “resgate” destes territórios e dos moradores, o Estado continua a tratá-los como “margens da sociedade” rotulando-os como “favelados”. Leite (2015) descreve que o que se observa nas ações da polícia é a “pacificação” dos próprios sujeitos: pretende-se discipliná-los e afastá-los do mundo do crime. O controle social e o processo de normalização seriam as justificativas para afastar de vez os moradores das favelas de qualquer tipo de relação com traficantes. Cabem aqui, casos de uso expressivo da força resultando no extermínio de pessoas, como foi o “Caso Amarildo” ocorrido em julho de 2013.

Segundo Mattos & Palermo (2014), em suas análises de material do jornal O Globo durante o começo do processo de pacificação nos morros Santa Marta e Cidade de Deus – ambos ocorridos no fim de 2008 - o significado do conceito de “paz” está em disputa: pode tratar-se tanto para por fim a vida fechadas nas favelas, já que a entrada da UPP garantiria a livre circulação de moradores e de pessoas distintas; quanto para falar do sossego que, após a

implementação, se fez presente nos bairros do entorno e, sobretudo, para sustentar a necessidade de controle das comunidades e das atividades ilegais praticadas nestes locais. No entanto, a “paz” tão presente nos discursos, tanto do jornal quanto do Estado, não significa que os conflitos tenham acabado. Desde a década de 1950, a política interna das “favelas” e a estrutura de controle social estava sob o comando das associações de moradores de cada comunidade, que se configurava como uma mediadora das demandas da comunidade e a esfera pública. Com tudo, Machado da Silva (2014) destaca que a partir da década de 1980, a associação de moradores perdeu forças para o tráfico e em muitos casos, foi apropriada por ele, perdendo boa parte de sua influência com os moradores. Sendo assim, a presença do tráfico fortemente armado e as constantes disputas entre eles e a polícia, reduziram a sociabilidade das favelas, implementaram o medo e a desconfiança nas relações sociais. O enfraquecimento da associação de moradores, que era porta voz da comunidade, dificultou o diálogo para a implementação da UPP, além da já conhecida relação de desconfiança que a comunidade tem com a polícia. Os conflitos ainda hoje estão presentes nos morros, através de tensões, que muitas vezes ocorrem, com os policiais, além da cautela dos moradores em conversarem em assuntos que tratam da “saída dos traficantes do morro”.

Segundo Brouder apud Leite (2014), a cidade do Rio de Janeiro apresenta-se, ainda, como uma referência positiva na implementação de projetos sobre conflitos e “pacificação” de territórios, proporcionando a desculpa de “guerra às favelas”. Nas últimas décadas a expansão do tráfico de drogas, aumentou a violência na cidade e transformou o crime que acontece nas favelas no “principal problema urbano”. As favelas foram, portanto, configuradas e representadas como territórios do medo e da violência, e por isso, necessitariam receber políticas de segurança pública. A alteridade, que configura as favelas como ameaça, discursa sobre a ausência do Estado no território de maneira que impõe a sua autoridade para controlar os traficantes, e ainda, disciplinar os demais – os moradores – que teriam, supostamente, relação direta com o crime, pois, teriam parentes, amigos, vizinhos e etc., no mundo da criminalidade e que, portanto, afetaria os bairros tradicionais da cidade, ameaçando os moradores do “asfalto” classificados como “pessoas de bem”. Desta forma, “o debate público sobre violência urbana transita assim para um plano moral, em que as favelas são identificadas como um ‘território inimigo’ da ordem pública e seus moradores, às vezes, como vítimas, porém, mais frequentemente como cúmplices do crime violento” (LEITE, 2014, p. 629). Este discurso, segundo Leite (2014), é presente nos jornais do RJ desde a década de 1990 até atualmente, a partir dos anos 2000. Toda vez que ações desencadeadas por bandidos e polícia ameaçam a insegurança da cidade, este debate volta à tona.

Os discursos, de modo geral, associam a precariedade da vida nas favelas e das condições de trabalho e de vida dos moradores, a participação e convivência deles as atividades ilegais, de maneira que “as classes perigosas’ estariam cada vez mais próximas do mundo do crime” (LEITE, 2014), o que configurou, de vez, a forma de administração dos conflitos relativos às favelas, investindo esforços em políticas de segurança pública que visam desviar a atenção dos jovens das atividades ilegais.

“Para o que nos interessa aqui, entretanto, me parece suficiente destacar que, nesse contexto, o Estado praticamente abandonou tanto a perspectiva da integração social dos moradores de favelas pela via da ampliação de seu acesso à cidade em torno da questão habitacional, que durante décadas animou o conflito social entre os dois, quanto às políticas e programas para sua integração ao mercado de trabalho formal e protegido, nos termos da ‘cidadania regulada’ que demarcou a expansão dos direitos sociais e do trabalho em nosso país, optando por gerenciar a vida e os conflitos nas favelas cariocas por meio de dispositivos de ‘policialização das políticas sociais’” (LEITE, 2014, p. 631).

As medidas, então estabelecida nos anos 2000, foram de pouco investimento em políticas públicas e sociais nas comunidades, e ao mesmo tempo manteve, no que se refere à políticas de segurança pública, medidas de controle territorial e de extermínio dos “marginalizados”.

Leite (2014) também menciona que o sentido de "paz" e "pacificação" tão presente nos discursos - tanto dos moradores quanto do Estado - também estão em oposição. Para os moradores, a "paz" foi estabelecida a partir do momento que a presença da polícia no território inibe ações de conflito com traficantes e reduz, sensivelmente, como descrito pela autora, o número de homicídios praticados nos morros. No entanto, também são relatadas pelos moradores as atuações repressivas e autoritárias da polícia, no que tange o controle da vida dos pobres e da sociabilidade da comunidade. Ainda que vivam a relação "dual" no que diz respeito à "paz", esta prática não interfere no discurso midiático de uma cidade "finalmente" pacificada. Sendo assim:

“Dessa angulação, argumento, a ‘guerra’ é atualizada como conflito entre a face do Estado que se apresenta nesses territórios através das UPPs e os moradores dessas localidades. Isso indica que, nas favelas ‘pacificadas’, ainda que as armas dos traficantes e da polícia estejam (quase sempre) recolhidas, as relações de força da segunda em relação à população local subsistem, apoiando-se, em última instância, nos primeiros. E, mais do que isso, no contexto da ‘pacificação’ das favelas, práticas violentas e/ou abusivas não são, como antes, justificadas como eventuais ‘excessos’ ou ‘desvios de conduta’ dos policiais. Desta feita, são assumidas como práticas

estatais legítimas porque configurariam a necessária reação contra aqueles que desejam (e/ou conspiram por) o retorno do domínio dos traficantes de drogas sobre as favelas e/ou a persistência do ‘modo de vida’ consistente com ele, isto é, aquele desenvolvido em torno do ilegal e do ilícito” (MENEZES, 2014, p. 633.).

A política de “pacificação” das favelas, pode ser considerada na realidade, uma política de administração da vida dos moradores das favelas e dos conflitos. Não se trata apenas do fim dos conflitos armados nos morros, e conseqüentemente, da redução da insegurança nos bairros do entorno. Trata-se, sobretudo, da “normalização” dos modos de vida, a partir da coerção e controle daqueles que podem ser considerados perigosos, de modo a enquadrar as favelas, agora pacificadas, como novas áreas que podem ser integradas a cidade.

Segundo Menezes (2014), em seu trabalho de campo feitos no morro Santa Marta e na favela Cidade de Deus, a chegada da polícia com as UPPs geraram, o que a autora chama de, “nuvem de especulação”. Trata-se de rumores ouvidos por ela, que deflagram os medos e preocupações dos moradores durante o período de implementação das unidades, até o seu estabelecimento por completo. O processo de ocupação nestes dois espaços, no fim de 2008, não foi muito diferente de outras invasões armadas feitas pela polícia anos antes. Os moradores pensaram tratar-se de apenas mais uma operação policial como tantas outras, e nem mesmo a polícia compreendia muito bem a situação em que estavam. Sendo assim, os rumores descritos pela pesquisadora, mostra-nos as transformações dos problemas nas favelas que sofreram o processo de “pacificação”, a fim de descrever as preocupações e os medos que estavam presentes na vida dos moradores. Os primeiros rumores descritos tratavam, principalmente, dos esforços da polícia em manter o domínio do território e do controle da vida das pessoas.

“Nesse primeiro ano após a chegada da nova ordem, faziam parte do ‘jogo de eco’ entre noticiais oficiais e não oficiais circulando pela favelas especulações sobre: a) a instalação de câmeras de vigilância no Santa Marta e o rumor de que elas poderiam filmar os moradores até mesmo dentro de suas residências; b) a ocorrência de constantes abordagens policiais e o rumor de que habitantes estariam sendo detidos com frequência pelo simples fato de estarem circulando pela favela sem documentos; c) a proibição dos bailes e a proibição de ouvir funk até mesmo dentro de casa; d) a imposição de um horário limite para os eventos acabarem e a ideia de os policias estarem invadindo festas tanto em espaços públicos como em espaços privados para mandar os moradores desligarem o som. Como resumiu uma moradora do Santa Marta em entrevista: ‘Entre 2009 e 2010 foi o boom dos conflitos, foi o momento da adaptação super difícil. Foram as crises de adaptação mesmo. Foi o período de confronto entre quem vive na favela e tem a sua rotina

alterada e a de quem chega estabelecendo novas regras, entendeu?”
(MENEZES, 2014, p. 671.)

Acrescenta-se aí, as constantes reclamações de moradores sobre a atuação da polícia: as constantes “duras”, as abordagens geralmente rudes, as proibições de festas, entre outras mais. Sendo assim, nos primeiros momentos, a relação entre policiais e moradores era conflituosa, já que os próprios moradores não sabiam muito bem o que esperar da presença da polícia com as UPPs. Com a permanência efetiva das unidades, as tensões passaram a serem outras. Menezes (2014) descreve que nos anos seguintes à “pacificação”, mesmo com a baixa dos índices de homicídios e tiroteios, havia rumores que atos violentos como furto, estupros e brigas estavam ocorrendo constantemente. Isso mostra que a violência no território não cessou com as UPPs, mas sim, se configurou de outra maneira, gerando novos medos e incertezas por parte dos moradores, e principalmente, os fazendo pensar que a presença da polícia não era para garantir segurança, mas sim, para controlar suas vidas.

Menezes (2014) descreveu a configuração dos morros Santa Marta e a favela Cidade de Deus a partir da chegada da UPP. No início, segundo ela, os moradores relatavam não encontrar os traficantes pela localidade, mas com o passar do tempo, a presença dos bandidos era cada vez mais visível e forte. Neste mesmo momento, o projeto de segurança pública começava a sofrer com problemas e quedas de sua imagem que eram divulgadas na mídia, contribuindo cada vez mais, para a ideia de que o projeto não era tão eficiente quanto se pensava.

“A partir de 2011, e principalmente de 2012, especulações começaram a apontar para um novo fortalecimento dos traficantes. Começaram a surgir notícias de que a venda de drogas estava se intensificando novamente e de que bandidos estavam voltando a andar armados, de pistola, pelas favelas com UPP – sobretudo nos bailes. Em 2012, começou a se intensificar também a circulação de boatos sobre a ‘volta da corrupção’ no Santa Marta e na Cidade de Deus. A percepção de que o projeto está ‘começando a entrar em crise’ intensificou-se ainda mais entre 2013 e 2014. Além das inúmeras notícias de violência policial naqueles locais, que vêm multiplicando-se desde o desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo, também cresceram as falas sobre traficantes que estariam voltando a fazer uso da força na favela de modo cada vez menos cauteloso” (MENEZES, 2014, p. 676).

E ainda:

“Consolida-se, progressivamente, a percepção dos moradores de que ‘está tudo voltando a ser como antes’. Algumas das ‘pistas’ para isso são: a) as

trocas de tiro cada vez mais frequentes; b) o aumento do número de pessoas fumando maconha em lugares públicos da favela; c) a presença de sofás no meio da rua, que são usados para dificultar a passagem das viaturas policiais; d) a retomada da utilização de ‘radinhos’ (i. e., olheiros), que permitem aos traficantes mapear a circulação dos agentes da UPP pelo território; e) o retorno de pontos de venda de drogas (‘bocas’) ‘sedentários’ e ‘permanentes’; e f) a sugestão de que alguns traficantes têm circulado pela favela portando não apenas pistolas, mas também fuzis” (MENEZES, 2014, P. 677).

Se no início especulava-se que o projeto seria a operação mais significativa em termos de segurança pública no Rio de Janeiro, nos últimos tempos, já é difícil sustentar tal hipótese. A imagem da UPP atual vai sendo desenhada em um contexto de conflitos, incertezas e inseguranças por parte dos que vivem nas comunidades, mas também de forte apoio do Estado com o discurso de política de “salvação” de áreas assoladas pelo crime. Os rumores que circulam nas comunidades, e foram descritos acima, se intensificaram nos últimos três anos, uma vez que os assuntos que se tornam públicos sobre o projeto são aqueles que mais convém serem publicados pela mídia.

“Nesse momento, os boatos parecem ganhar ainda mais força, já que se articularam cada vez mais a uma percepção coletiva de que o governo só divulga publicamente as informações que interessam para manter uma boa imagem do projeto das UPPs e de que há uma cumplicidade da chamada ‘grande mídia’ nesse processo, que não abre espaço para a apresentação das demandas e reclamações da população de áreas com UPPs nas matérias jornalísticas. Na visão de muitos moradores de favelas com UPPs, essa ‘grande mídia’ não retrata, portanto, o que estaria realmente acontecendo nos territórios ‘pacificados’. Segundo uma moradora do Santa Marta: ‘tudo que há de problema em relação ao governo aqui no Santa Marta, tudo que envolve escândalo, não ganha destaque na mídia, entendeu? (...) É falado muito pouco. Todo mundo sabe, mas fica à boca pequena’. Já segundo um morador da Cidade de Deus, ‘o que sai no jornal sobre as UPPs é uma coisa, mas o que a gente vive aqui é outra, né?’” (MENEZES, 2014, p. 678).

Por outro lado, os meios de comunicação referem-se à UPP como um projeto de melhoria no controle do crime, em especial ao tráfico de drogas, e a grande aprovação da sociedade civil. Segundo Machado da Silva (2014):

“A) as UPPs abrem, de fato, uma conjuntura inovadora no que diz respeito ao policiamento ostensivo no Rio de Janeiro; b) onde estão implantadas, de um modo geral elas tem apresentado bons resultados, medidos por indicadores razoavelmente confiáveis; c) ainda que longe de serem eliminadas, a arbitrariedade e a violência policial, assim como a violência criminal, são menos letais onde as UPPs estão operando; d) a partir da

implementação destas, parece estar diminuindo o clima de insegurança na cidade, não importa se pela influência da mídia sobre a percepção social ou se pela redução real das práticas mais violentas, possibilidades, aliás que se excluem mutuamente”(MACHADO DA SILVA, 2014, p. 52).

Machado da Silva (2014) menciona que estes fatores contribuem para um entusiasmo pelo programa, e que a falta de críticas pela mídia e pelo poder público se dá pela expectativa de uma cidade calma e segura. A mídia descreveu, no início das implementações, com certo entusiasmo o sucesso do programa, até mesmo abafando as críticas e os problemas através de intensas propagandas de suas vitórias e das vantagens de sua implementação para o combate a violência e criminalidade, com o propósito de garantir apoio popular para a implementação do projeto. É de se esperar, como parte de interesses políticos, que haja propaganda maciça para dar convicção dos benefícios do programa e convencer a população que a implementação é importante para a cidade. Com poucas críticas a implementação e ao aprimoramento das unidades, o interesse parece estar mais relacionado as atividades policiais de manutenção da ordem e aos indícios de vítimas de violência policial.

Neste sentido, acerca das estratégias de policiamento na cidade do Rio de Janeiro, e de medidas de prevenção e repressão da violência com a implementação das UPPs, analisamos e reportamos considerações sobre o projeto político do governo de Sérgio Cabral. Ainda que graves problemas de gestão, controle e etc., acometam as unidades como pode ser exemplificado através do caso Amarildo, o secretário de segurança, José Mariano Beltrame defende o projeto e cinco anos após a inauguração da primeira unidade declara: “a reconquista de territórios antes dominados pelo tráfico é uma janela de oportunidades para a transformação destes espaços”.⁸ Sendo assim, fica claro, o discurso feito pelo Estado propõe a permanência e a expansão das UPPs com poucas críticas ao projeto, e associa segurança pública ao policiamento e ao “controle territorial” de determinadas áreas da cidade.

É importante pensarmos que durante o governo de Sérgio Cabral (2007 a 2014) houve tentativas de investimento na imagem do Rio como cidade segura. Em função da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, o mundo virou os olhos e a atenção para o Rio de Janeiro, e seria imprescindível que a cidade mostrasse que sofria transformações e tornava-se mais segura. As Unidades de Polícia Pacificadora configuraram-se como o principal projeto neste aspecto, ganhando grande visibilidade internacional. Associado a isto, a permanência de

⁸ Entrevista do secretário de segurança, José Mariano Beltrame concedida ao jornal O Globo no dia 13 de dezembro de 2013.

José Mariano Beltrame a frente da secretaria de Segurança desde janeiro de 2007, foi importante para a permanência e continuidade do projeto.

Os esforços analíticos desenvolvidos neste capítulo busca expor que a ideia que se tem, de modo geral, de um Estado que oferece boa gestão da cidade, é aquele que promove políticas de segurança pública.

Reconhecemos os benefícios que as Unidades de Polícia Pacificadoras levaram às comunidades, como por exemplo, a redução dos confrontos armados entre polícia e o tráfico, e por consequência a queda do número de tiroteios nas comunidades, a queda de autos de resistência, maior liberdade de acesso às comunidades e o direito do morador de ir e vir, a regularização de serviços privados (Luz, Tv a cabo, internet, entre outros) e de alguns serviços públicos, entre outros benefícios. Não pretendemos, através desta pesquisa, demonizar as Unidades de Polícia Pacificadoras. Pretendemos discutir a mídia como produtora de um discurso sobre o “real”. Discurso este, que muitas vezes valoriza as UPPs como projeta de segurança pública, sem parecer se preocupar com realidade que se vive nas favelas, como foi mencionado por pesquisadores das ciências sociais: repressão da polícia, controle do espaço, entre outros.

2. DISCUSSÕES ANALÍTICAS DAS REPORTAGENS E REPRESENTAÇÕES SOBRE UPP'S NOS JORNAIS.

Bourdieu (1997) analisa fatores que perpassam o noticiário, mais especificamente da televisão, problematizando a construção social da notícia. Sua compreensão teórica nos faz pensar não só a mídia televisiva, mas outras mídias – como veículos ideológicos e produtores de violência simbólica. De acordo com o autor, a televisão sofre com a censura e perda da sua autonomia por ter a necessidade de tratar de assuntos impostos a ela, além de discursos restritos e com limitação do tempo, o que faz a notícia ser passada ao telespectador de forma fragmentada. É importante pensarmos também na censura econômica, que assim como a política, “fazem da televisão um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica” (BOURDIEU, 1997, p. 20).

A televisão exerce uma violência simbólica, e segundo o autor:

“Tomemos o mais fácil: as notícias de variedades, que sempre foram o alimento predileto da imprensa sensacionalista; o sangue o sexo, o drama e o crime sempre fizeram vender, e o reino do índice de audiência devia alçar à primeira página, à abertura dos jornais televisivos, esses ingredientes que a preocupação de respeitabilidade imposta pelo modelo da imprensa escrita séria levava até então a afastar ou a relegar. Mas as variedades são também notícias que distraem. Os presdigitadores tem um princípio elementar que consiste em atrair a atenção para uma coisa diferente daquela que fazem, uma parte da ação simbólica da televisão no plano da informação, por exemplo, consiste em atrair a atenção para fatos que são de natureza a interessar a todo mundo, dos quais se pode dizer que são *omnibus* – isto é, para todo mundo” (BOURDIEU, 1997, P. 23).

A televisão, muitas vezes mostra ocultando, isto é, mostra-se a informação que é preciso mostrar, mas da maneira que interessa a emissora. O que não foi mostrado torna-se insignificante ou parece não pertencer a realidade. Em virtude disso, Bourdieu (1997) diz metaforicamente que o que determina o que vai ou não ser visto, são estruturas invisíveis que organizam categorias, e que são determinados em função do “óculos” que o jornalista traz consigo. A metáfora do óculos quer dizer que o jornalista veem apenas determinadas coisas e outras não, e as veem de modo específico fazendo uma seleção de tudo que passa diante de seus olhos. Sobre a seleção o autor destaca que:

“O princípio de seleção é a busca do sensacional, do espetacular. A televisão convida à dramatização, no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, e o

caráter dramático, trágico. Em relação aos subúrbios, o que interessará são rebeliões. Que palavra grandiloquente...faz-se o mesmo trabalho com as palavras. Palavras comuns, não se ‘faz cair o queixo do burguês’, nem do ‘povo’. É preciso palavras extraordinárias. De fato, paradoxalmente, o mundo da imagem é dominado pelas palavras. A foto não é nada sem a legenda que diz que é preciso ler – legendum- , isto é, com muita frequência, lendas, que fazem ver qualquer coisa” (BOURDIEU, 1996, p. 25).

As escolhas feitas tanto pela televisão quanto pelos jornais sobre os assuntos a serem abordados sobre suas programações e seus efeitos, nos faz questionar: como os jornalistas são informados sobre os assuntos que irão abordar? Obviamente, através de agências, fontes oficiais como a polícia, ministérios, informantes, entre outros.

“Mas a parte mais determinante da informação, isto é, essa informação sobre a informação que permite decidir o que é importante, o que merece ser transmitido, vem em grande parte dos outros informantes. Isso leva a uma espécie de nivelamento, de homogeneização das hierarquias de importância. Lembro-me de ter tido uma entrevista com um diretor de programação; ele vivia evidência total. Eu lhe perguntava: ‘por que coloca isto em primeiro lugar e aquilo em segundo?’ E ele respondia; ‘É evidente’. E é sem dúvida por essa razão que ele ocupava o lugar em que estava, isto é, porque suas categorias de percepção estavam ajustadas às exigências objetivas” (BOURDIEU, 1996, p. 35).

Por esta perspectiva, Bourdieu (1996) menciona que a televisão é um instrumento de comunicação pouco autônomo e que sofre com as restrições dos jornalistas no campo das relações sociais, de concorrência, e até mesmo de conivência e cumplicidade entre os jornalistas. Alguns estudiosos imaginavam que a TV⁹ no início de sua chegada iria massificar o seu processo de informação: acreditava-se que ela nivelaria e homogeneizaria aos poucos os telespectadores. A televisão nos faz ter a impressão de que os atores sociais por terem a imagem da liberdade e autonomia, são marionetes da necessidade de descrever constantemente os fatos que ocorrem, dando luz a tudo o que se classifica como importante.

Bourdieu (1996) lembra que a concorrência econômica entre as emissoras ou entre os jornais e a corrida pela fatia do mercado, ocorre através de concorrência entre os jornalistas, permeados através do “furo”, da informação exclusiva - todas restritas as demandas da empresa. Para se compreender por que um jornalista assume um discurso com regularidade

⁹ Cabe ressaltar os trabalhos da Escola de Frankfurt sobre a Indústria Cultural e a massificação/ alienação produzida pelos meios de comunicação que tiveram enorme repercussão na segunda metade do século XX e produziram inúmeros trabalhos críticos. Podemos citar a principal referência nos trabalhos de Adorno e Horkheimer. Theodor Adorno e Max Horkheimer. *A indústria cultural – o iluminismo como mistificação das massas*. In: Indústria cultural e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

em um jornal, é preciso entender que eles, os jornalistas, precisam fazer prevalecer a posição dos órgãos de onde trabalham, já que eles são os representantes das empresas no espaço jornalístico. O autor menciona como exemplo o fato de que determinadas posições podem ser descritas pelo “Le Monde” enquanto outras sofrem restrições por não estarem de acordo com a “tradição” ética e jornalística de posicionamento do jornal.

O campo jornalístico é muito dependente de fatores externos a ele, mais até que qualquer outro campo. O jornalismo depende da demanda, está sujeito a sanções do mercado, ao posicionamento político e econômico que envolvem a ideologia da empresa. O índice de audiência na televisão ou a venda em grande escala das tiragens impressas do jornal, faz a empresa estar submetida a constante pressão do campo econômico, de modo que as pressões comerciais exercem forte pressão sobre o jornalismo. No interior deste, existem alianças entre os próprios jornais, que contribuem para neutralizar efeitos resultantes da concorrência, a concorrência entre as empresas jornalísticas geram efeitos estruturais ruins, ocasionados pela necessidade de urgência para a publicação, a busca desenfreada pelo “furo” e a necessidade de publicar em “primeira mão”. Este fatores podem fazer o jornal publicar com o propósito de vencer a concorrência sem se dar conta dos efeitos e perigos que isso pode ocasionar.

Observado estes aspectos, Bourdieu (1996) declara que a mídia adora dizer “verdades”. Os jornalistas parecem se preocupar em expor suas visões e valores sobre os acontecimentos e tem a pretensão de se fazer “porta voz” da ‘emoção social’ ou da ‘opinião pública’, orientando por vezes muito fortemente o trabalho dos juízes (...) ocorre que a lógica da demagogia, a do índice de audiência – substitui a lógica crítica interna” (Bourdieu, 1996, p. 82). A necessidade de público, de telespectadores e leitores que contribuam para sucesso da empresa jornalística, faz com que a mídia produza “verdades” sobre reportagens a serem publicadas, visando o seu sucesso comercial e também se estabelecer no mercado. As forças e manipulações midiáticas podem acontecer, e até mesmo de maneira mais útil exercendo imposições nos universos científico, político e literário, por exemplo.

O objetivo aqui, não é expressar o “poder do jornalista” ou o jornalismo em si, mas deixar claro a influência dada pelos mecanismos presentes no campo jornalístico que está cada vez mais submetido às exigências do mercado – leiam-se leitores e anunciantes. Estas exigências ocorrem primeiro lugar sobre os jornalistas e depois sobre os diversos campos: de produção cultural, jurídico, literário, artístico e científico. Sendo assim, a influência que o campo jornalístico e logicamente a influência do mercado exercem nos demais campos, não tem nada de novidade. Bourdieu (1996), que em sua obra fala mais especificamente sobre a televisão, mas nos faz pensar sobre o campo jornalístico de modo geral, anuncia que a TV,

submissa ao índice de audiência acaba exercendo nos consumidores, classificados como livres e esclarecidos, as pressões do mercado que não são nem um pouco democráticas. Portanto, para que possamos compreender como o jornalismo contribui para enfatizar o “lado comercial” em oposição ao “lado puro” - influenciando até mesmo dentro dos demais campos – é preciso perceber que nele o peso comercial se faz mais presente. Bourdieu (1996) exprime tal fato discorrendo que o campo jornalístico, no século XIX, se configurou como tal a partir da oposição entre jornais que expunham preferencialmente notícias sensacionalistas e os que diziam debruçar-se sobre a objetividade das notícias. Nestas duas formas distintas de abordagens, temos: “o reconhecimento pelos pares, concedido aos que reconhecem mais completamente os ‘valores’ ou os princípios internos, e o reconhecimento pela maioria, materializado no número de receitas, de leitores, de ouvintes ou de espectadores, portanto, na cifra de venda (best-sellers) e no lucro em dinheiro, sendo a sanção do plebiscito, neste caso, inseparavelmente um veredito do mercado” (BOURDIEU, 1996, p. 105). Mais que isso, o autor completa ao descrever que:

“Mas assim como o campo político e o campo econômico, e muito mais que o campo científico, artístico ou literário ou mesmo jurídico, o campo jornalístico está permanentemente sujeito a prova dos vereditos do mercado, através da sanção, direta da clientela ou, indireta, do índice de audiência (ainda que a ajuda do Estado possa assegurar certa independência com relação as pressões imediatas do mercado). E os jornalistas são sem dúvida tanto mais propensos a adotar o ‘critério do índice de audiência’ na produção (‘fazer simples’, ‘fazer curto’ etc.) ou na avaliação dos produtos e mesmo dos produtores (‘passa bem na televisão’, ‘vende bem’, etc.) quando ocupem uma posição mais elevada (diretores de emissora, redatores – chefes, etc.) em um órgão mais diretamente dependente do mercado (uma emissora de televisão comercial por oposição a uma emissora cultural etc.), sendo os jornalistas mais jovens e menos estabelecidos mais propensos, ao contrário, a opor os princípios e os valores da “profissão” às exigências, mais realistas ou mais cínicas de seus “veteranos” (BOURDIEU, 1997, p. 106).

Como Ramos e Paiva (2007) descrevem em “Mídia e Violência”, com o passar do tempo, o perfil do jornalista no Brasil que atua na cobertura de temas como segurança pública e criminalidade, mudou. E mudou para melhor. A partir da década de 1980, a violência urbana, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, aumentou e tornou-se mais complexa. Seguindo esta nova realidade, os jornalistas também mudaram os seus discursos, e passaram a adotar em menor proporção meios sensacionalistas e apelativos. Não se faz, na maioria dos casos, discursos que quebram direitos ou que recomendam a polícia adotar determinadas

ações para eliminar os criminosos. Reformulou-se a linguagem utilizada, deixaram de usar fotos explícitas da violência e propôs-se um discurso mais “sóbrio” e menos apelativo.

Desta maneira, Ramos e Paiva (2007) descrevem dados de duas pesquisas feitas pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC): a primeira em 2004 que analisou nove jornais de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais e a segunda em 2006, analisou oito jornais no Rio de Janeiro. A pesquisa confirmou que os jornais, de fato, têm deixado de abordar em seus discursos recursos sensacionalistas e apelativos. Na pesquisa que verificava os três estados, constatou-se que somente em 0,4% dos textos incentivava a restrição de direitos dos bandidos.

Para explicitar as mudanças ocorridas no interior dos jornais, as autoras defendem a tese que os jornalistas também mudaram ao longo do tempo e acompanharam as mudanças relativas às reportagens jornalísticas. No entanto, ainda que tenham ocorrido estas mudanças, ao que se refere à cobertura de temas sobre segurança pública e criminalidade, ainda é preciso melhorar a qualidade do que se produz a respeito dos temas. Existe uma dualidade no interior das redações: é bem verdade que a imprensa acaba levando os governantes a priorizar as áreas nobres da cidade quando relata crimes que envolvem a classe média. Por outro lado, o jornalismo contribui para que as autoridades públicas respondam sobre acontecimentos emblemáticos que envolvam as camadas mais pobres da população. Assim, a relação entre mídia e o poder público tem uma relação conturbada. De acordo com Beato (2007) em “Mídia e Violência”, a imprensa encontra de modo geral nos temas da violência e criminalidade grande interesse dos leitores. No entanto, a mídia constitui parte do problema de criminalidade e violência. O lado negativo da cobertura de ações de segurança pública e o descrédito que circula sobre o sistema de justiça, constituem este fato.

A imprensa depende em alto grau de informações policiais para a cobertura de casos de violência, segurança pública e criminalidade. Ramos e Paiva (2007), descrevem que pesquisas realizadas pelo CESeC em 2004 e 2006 mostram que a polícia é a principal fonte nas reportagens. Em 2004, foram analisadas 2.594 reportagens em 9 jornais em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, e constatou-se que em 32,5% delas, a polícia era fonte principal de informações. Na pesquisa de 2006, O CESeC descreve que em oito jornais no Rio de Janeiro 26,9% dos textos baseavam-se em informações policiais. O fato de a polícia ser majoritariamente a fonte de reportagens, que está em grande parte das vezes ligada ao batalhão da PM ou de uma delegacia da Polícia Civil, leva a uma questão importante: a dependência destas informações diminui a possibilidade da imprensa de criticar as ações da polícia, sendo “inúmeros os exemplos de ações policiais equivocadas – muitas vezes feitas na

pressa de oferecer uma satisfação à opinião pública – que encontram destaques nas páginas dos jornais” (RAMOS & PAIVA, 2007, p. 38). O CEsC identificou que mais de 60% das reportagens citam apenas uma fonte, e mesmo quando citam mais de uma raramente compara-se os pontos de vista diferentes. A dificuldade em encontrar informantes que são julgados pelos repórteres como qualificados e independentes do sistema de segurança, são os motivos pela falta de diversidade das fontes.

A relação estabelecida entre os jornalistas e a polícia é um tanto quanto controversa. O interesse de ambas as partes permeia a troca de informações. Se por um lado os jornalistas precisam estar atualizados das novidades e informações, por outro as autoridades do sistema de segurança aproveitam o espaço da mídia para manter os casos que investigam em destaque, valorizando o seu trabalho, e assim, ao longo do tempo podem conseguir candidaturas a cargos públicos, tais como: chefes de polícia, secretários de segurança e outros títulos de prestígio. A convivência entre ambos, muitas vezes, gera relação de amizade o que pode resultar subordinação de notícias a interesses “não jornalísticos” e o uso da amizade para obter informações.

Segundo Ramos & Paiva (2007), a maioria dos jornalistas concordam que a maneira estigmatizante que a imprensa utiliza em suas coberturas jornalísticas contribui para caracterizar as favelas como territórios exclusivos da violência. Apesar de reconhecerem que se faça necessário novos canais e meios de diálogo com a comunidade a fim de reverter esta situação, os jornalistas dizem encontrar sérias dificuldades, como recepção negativa por parte dos moradores e até mesmo hostilização dos mesmos – fruto, talvez, da histórica falta de sensibilidade dos repórteres quando cobrem casos nas favelas e periferias. É descrito pelas autoras que são raros os jornalistas que se interessam por pautas das favelas, mas não se pode dizer que a escolha da pauta é apenas deles: sabemos que ela perpassa a linha editorial do jornal, que privilegia na maioria dos casos, acontecimentos que ocorrem nos bairros mais ricos da cidade. As autoras ilustram esta perspectiva quando expõem a fala de um diretor da sucursal Rio de um jornal de grande circulação:

“O pessoal na redação até brinca e diz assim: ‘olha, matéria grande em favela longe, só acima de 12 mortos’. É meio cruel, mas é isso mesmo. Agora, se for na Rocinha [localizada na Zona Sul do Rio], o jornal dá a maior importância do mundo. É alto de página em todos os jornais, isso é ponto pacífico” (RAMOS & PAIVA, 2007, p. 79).

De acordo com Ramos & Paiva (2007), existem jornalistas que acreditam que para diminuir a violência é necessário que haja políticas para a redução da desigualdade social, a

criação de empregos, o incentivo a educação e etc. No entanto, a partir do momento em que os editoriais, quando cobrem assuntos relacionados às favelas e periferias, referem-se quase exclusivamente a conflitos e ocorrências policiais, deixam parecer que “defendem” soluções armadas e de conflito para a questão da segurança na cidade. “Muitas reportagens discutem implícita ou explicitamente soluções para isolar e neutralizar as favelas, e não para integrá-las de forma mais harmônica às grandes cidades” (RAMOS & PAIVA, 2007. p.82).

Para Silva (2010), o tema da violência passa a ser noticiado com maior ênfase a partir do momento em que a violência urbana passa a afetar, não só determinados grupos, mas a toda sociedade. O fato dos fenômenos da violência ganharem mais repercussão e visibilidade, não quer dizer somente um aumento quantitativo de notícias veiculadas, mas também novas maneiras de noticiar os fatos. A mídia atua como representante do interesse público, de maneira que define prioridade de notícias, permitindo criar e recriar a realidade que pretende descrever. O autor salienta que a omissão dos órgãos públicos e da sociedade de modo geral, proporciona ao jornalismo o caráter de “definidor da realidade” - expor os problemas sociais permite que os jornalistas sejam vistos como “representantes do interesse público e, portanto, assumam a centralidade no tratamento de questões fundamentais para a cidade, como as que concernem, por exemplo, à criminalidade urbana e a segurança pública” (SILVA, 2010. p. 151). Isso significa dizer que o jornalismo tem um papel político importante, definindo o que é ou não um fato socialmente relevante, de modo que determinados temas ganhem espaço, visibilidade e estejam nas primeiras páginas, enquanto outros ficam no esquecimento ou ganhem espaços menores e menos importante no jornal.

2.1. Análise de dados:

2.1.1. Chegada da polícia e implementação das UPPs

A partir das análises e discussões das reportagens jornalísticas, é possível identificar que ambos os jornais concebem a Unidade de Polícia Pacificadora como uma investida do poder público em resposta ao tráfico de drogas na cidade. Conforme aponta Silva (2010), a partir da década de 1980, quando o Rio de Janeiro passa a ser rota de venda de drogas para o comércio internacional, e que por consequência torna generalizado o conhecimento de áreas na cidade conhecidas como “boca de fumo”, a associação entre o crescimento da criminalidade, violência e tráfico de drogas aumenta. Neste sentido, a violência urbana representa uma “anti-civilidade” e carrega consigo elementos negativos do medo, insegurança, e etc. Sob esta perspectiva, o autor observa que os efeitos da violência são

percebidos como consequência da ausência do Estado, caracterizado pela ineficiência de justiça e autoridade. O que significa dizer que:

“O fenômeno violento é explicado com base no pressuposto de falência geral do Estado ou de seu absentéismo, o que, conforme o raciocínio apresentado, se revela dada a sua incapacidade de reagir ao comportamento desviante, e ao mesmo tempo, garantir o exercício das liberdades fundamentais, fazer justiça e velar pelo desenrolar pacífico da vida social” (SILVA, 2010. P. 125).

O problema da violência, então, é visto como efeito de uma “crise institucional” que gera demandas por segurança pública. Este discurso, que põe o tráfico de drogas como a grande causa da violência urbana, nos dois jornais analisados, afirma a Unidade de Polícia Pacificadora como o projeto de segurança pública eficiente para garantir paz e segurança, tanto às favelas quanto às áreas do entorno. Os discursos que abordam a chegada das UPPs as comunidades e o incentivo da expansão do programa a outras áreas descrevem-no como um “benefício” para milhares de moradores das comunidades e do entorno. Os textos sustentam a ideia de que a unidade deixariam as favelas livres do domínio do tráfico, como descrito na reportagem do Jornal O Dia:

“Um clima de expectativa paira sobre o Morro da Mangueira e os nove bairros vizinhos, às vésperas da ocupação da comunidade para a instalação da 18ª Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Nas primeiras horas de amanhã, 400 homens das forças de segurança estadual e federal vão iniciar a libertação da favela do domínio do tráfico. Ontem, como uma prévia da ação, o Batalhão de Choque fez um cerco ao morro, enquanto um helicóptero da polícia realizava mapeamento da área. Apesar da tensão antes da entrada da polícia, moradores já sonham com melhorias, principalmente em relação à segurança.”¹⁰

Ou ainda, afirmam que seria possível instalar o projeto até mesmo nas áreas mais complicadas da cidade, como enfatiza O Globo ao descrever que:

“Um dos mais antigos e conflituosos redutos do tráfico do Rio será ocupado pela polícia a partir de amanhã: durante a inauguração ontem da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Morro da Providência, no Centro. O governador Sérgio Cabral anunciou que o Morro do Borel, na Tijuca, será a próxima favela a receber o bem-sucedido modelo de policiamento (...).

¹⁰ Jornal: O Dia. Edição: 18 de junho de 2011. “UPP Mangueira traz esperança verde e rosa. Ocupação da favela, amanhã, alimenta sonhos de paz no morro e em nove bairros”.

Segundo Cabral, a ocupação do Borel vai dar início a um processo de resgate da qualidade de vida dos moradores da área.”¹¹.

Sobre o cenário de implementação de o aparato militar, o jornal O Globo dá importância aos benefícios que a cidade poderia ganhar com as Unidades de Polícia Pacificadora, mas voltando sua fala, mais especificamente, para o ganho gerado nas áreas nobres da cidade e do corredor turístico. O jornal permeia seus discursos sobre a valorização de imóveis “do asfalto”, como em Copacabana, Botafogo, entre outros bairros, favorecidos pelo “fim da violência de grupos armados”¹², e pretende desmitificar que seria difícil retomar grandes áreas controladas pelo tráfico na cidade.

“O mito de que seria praticamente impossível retomar grandes áreas controladas por bandidos no Rio foi por terra há duas semanas. Apesar do simbolismo da operação, muitos ainda se perguntam: é possível beneficiar com Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) todos os moradores de comunidades do Rio, onde mais de um milhão de cariocas vivem, muitos deles reféns das regras de traficantes e milicianos? Num horizonte de curto e médio prazo, a ocupação é mais do que factível. É uma decisão de governo que custaria pouco, comparando-se com os benefícios que ela pode gerar”.¹³

O discurso acerca da chegada da Unidade de Polícia Pacificadora às comunidades, é descrito como ato de “pacificação” com o intuito de “retomada do território”, principalmente quando se refere a implementação das unidades em favelas com histórico mais problemático como a Rocinha e o Alemão. A ideia de retomar o território faz o leitor menos crítico acreditar que a UPP tornaria possível a expulsão instantânea do tráfico do local, e permitir que a comunidade pudesse, finalmente, viver em liberdade e paz - representadas pelas bandeiras do Brasil hasteadas nos territórios conquistados. A “ocupação”, frequentemente descrita nas reportagens, parece querer falar de um território que habita apenas o tráfico de drogas, sem se importar com a população que vive na localidade e que vivenciaria todo o episódio de “guerra ao tráfico”.

O jornal O Dia, também parte do mesmo princípio e enfatiza que as Unidades de Polícia Pacificadora marcam a “retomada pelo poder público” de áreas dominadas pelo tráfico, de maneira que o projeto é direcionado para enfrentar o maior desafio de segurança

¹¹ Jornal: O Globo. Edição: 27 de abril de 2010. “O desafio de chegar à Tijuca: Ao inaugurar na Providência a sétima UPP, Cabral anuncia ocupação amanhã do Borel”.

¹² Jornal: O Globo. Edição: 13 de março de 2010. “Benefícios muito além dos morros: UPP agrada também a moradores do asfalto e valoriza imóveis”.

¹³ Jornal: O Globo. Edição: 13 de dezembro de 2010. “Uma pacificação possível: Cálculo mostra ser viável beneficiar com UPPs moradores de todas as favelas do Rio”.

pública do Estado. Os discursos avançam no sentido de enfatizar a expectativa dos moradores das favelas em receber o projeto, com podem ser visto no trecho destacado da reportagem abaixo:

“O rosto da comerciante Ana Lúcia Nunes, de 40 anos, expressava o sentimento comum ontem aos mais de 2.800 moradores do Cerro-Corá: a emoção de acordar numa comunidade livre do domínio do tráfico, após décadas de opressão. Em trinta minutos, a favela do Cosme Velho e outras duas vizinhas foram ocupadas por quatrocentos e vinte homens das forças de elite da PM, que não dispararam nenhum tiro.”¹⁴

E além de sonhar com a alavancada do comércio local, já que muitos deles seriam regularizados a partir da chegada das unidades, a entrada dos serviços básicos também ganha espaço nas reportagens dos jornais. A “paz” proporcionada pelas unidades favoreceria a entrada dos serviços nas favelas. Segundo o jornal O Dia menciona:

“Depois da paz, saúde. Comunidades pacificadas começam a receber a ajuda dos ‘Médicos Solidários’, ONG que é desmembramento do ‘Médicos sem Fronteiras’ (...). Embora não seja exclusivo para as UPPs, a coordenadora do SorriGente, Eliane Valim, explica que o trabalho é facilitado em regiões pacificadas. ‘Já atuamos em locais sem UPPs. Elas nos trazem, fatores que auxiliam nas atividades’”.

O “alarde” que se faz na mídia ao descrever a “invasão de serviços”, abre a ideia de avanço econômico e social, e, sobretudo, a ampliação da cidadania. No entanto, não foram encontradas reportagens que descrevessem a regularização de serviços públicos como a coleta de lixo, por exemplo. Observado isto, é importante ressaltar que, ainda que o jornal queira dizer que a UPP é a chegada do Estado à favela, dando a entender que havia ausência do Estado antes do projeto. Contudo torna-se importante destacar que o Estado estava presente nas comunidades. Mesmo que de forma fragilizada e oferecendo alguns poucos serviços. E as “ausências” do poder público sugerido nas reportagens também se revelam em formas de ausências negociadas ou mesmo intencionais.

A narrativa é muito forte ao enfatizar que a cúpula de Segurança Pública prevê a diminuição dos índices de criminalidade nos bairros que passaram a contar com as unidades, e por vezes expõe as falas do então governador do Estado, Sérgio Cabral, quando em inaugurações da UPP, discursava sobre a proposta de avanço na pacificação com o intuito de garantir uma cidade de paz e crescimento econômico. Duas palavras “mágicas”, no contexto do Rio de Janeiro, estão presentes majoritariamente nas reportagens: segurança e crescimento

¹⁴ Jornal: O Dia. Edição: 30 de abril de 2013. “Proteção do céu e da terra: Com o Cristo Redentor como testemunha, PM ocupa favelas do Cosme Velho sem disparar um único tiro”.

econômico – ambas aliadas a imagem que configurava a UPP naquele contexto de implementação do projeto, independente do ano em que foi instalada. E não cessa por aí: na grande maioria das reportagens, existe o anúncio de Sérgio Cabral, ou de outro representante do governo, sobre o avanço para outras áreas do Rio e outras cidades da Região Metropolitana após consolidar o cinturão de segurança¹⁵ de áreas estratégicas como Zona Sul e no entorno do Maracanã, palco da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. O Dia rotula a imagem da UPP com a retomada e manutenção das comunidades sem violência, enfatizando a chegada da tropa “sem disparar nenhum tiro”, e não questiona a contradição do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) ou Batalhão de Polícia de Choque (BPChoque), muitas vezes usando armamento bélico como blindados e fuzis, estarem a frente da operação. Pelo contrário, descreve-se um cenário de instantânea aceitação da polícia nas favelas, pretendendo afirmar a integração dos militares e moradores, como em uma reportagem que abusa do sentimentalismo para descrever que uma menina abraça e beija um policial que acaba de chegar ao morro com a UPP:

“Uma menina de 10 anos sobe a laje de uma casa no Morro dos Macacos, em Vila Isabel, abraça e dá um beijo no rosto de um policial do Batalhão de Operações Especiais (Bope). Ele sorri e retribui o carinho. A cena, vista ontem de manhã por quem acompanhava a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na comunidade – a 13ª em favelas do Rio – ilustra e serve de exemplo para o modelo de integração de polícia e moradores que o governo do estado sonha para os complexos do Alemão e da Penha. Emocionada, Beatriz justificou o gesto. ‘Os policiais nos protegem. São nossos heróis, que não deixam mais ter tiros por aqui’. (...) Muito aplaudidos, Cabral e Beltrame reafirmaram a importância da ‘luta pela reconquista de territórios’ dominados por traficantes e milicianos. ‘Temos muitas ações sociais para levar aos moradores, mas qualquer uma delas passa primeiro pelo restabelecimento da ordem e da paz’”¹⁶.

O jornal O Dia, em grande parte das suas reportagens que falam sobre a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora, expressa em números a relação de moradores beneficiados, no intuito de mostrar o alcance que o programa pode ter, como por exemplo, na manchete que chama atenção do leitor com a amplitude da população favorecida com os ganhos que as unidades podem gerar. “UPP Mangueiras vai mudar a vida de 1 milhão de pessoas”, e disserta que

¹⁵ Jornal: O Dia. Edição: 31 de maio de 2011. “Governo anuncia ação para instalar UPP na Mangueira: Secretaria de Segurança vai requisitar quatro blindados da Marinha para a ocupação”.

¹⁶ Jornal: O Dia. Edição: 1 de dezembro de 2010. “Pacificação no Macacos é exemplo para o futuro: Autoridades inauguram a 13ª UPP do Rio em comunidade que foi símbolo do terror”.

“A ocupação policial do Complexo de Manguinhos e da Favela do Jacarezinho, programada para acontecer amanhã, vai beneficiar mais de um milhão de pessoas. A tomada da área pelas forças de segurança refletirá na segurança de quem mora e circula em 28 bairros da região, que tem dois batalhões (...). As favelas da Varginha e Mandela também serão alvos das ações de amanhã. Com a presença de policiais na região, a cúpula da Segurança Pública prevê a diminuição nos índices de criminalidade da área, um deles é o roubo de carros. A área é cortada por três vias importantes: as avenidas Dom Helder Câmara, dos Democráticos e Leopoldo Bulhões, onde bandidos costumam aterrorizar motoristas promovendo arrastões, blitz falsas e ‘bondes’ para transportar armas e drogas.”¹⁷.

2.1.2. Aspectos positivos da implementação e sentimento de segurança pós-implementação.

Os discursos em ambos os jornais, também enfatizam os elementos positivos que chegariam com a implementação das UPPs, e principalmente dão destaque as notícias sobre o sentimento de segurança da população.

Implementar as UPPs em todas as favelas da cidade, de acordo com o jornal O Globo, seria um enorme benefício para toda a população da cidade. O mercado imobiliário, tanto dentro das comunidades quanto fora, estariam em constante ascensão. Empresas privadas também estariam investindo dentro das favelas. O turismo ganharia com a pacificação, ou seja, o “choque de ordem” teria ajudado a melhorar o sentimento de segurança e a promover investimentos nas localidades. A paz que O Globo celebra, vê na Unidade de Polícia Pacificadora a maneira de devolver a segurança a cidade e mudar completamente à realidade das favelas, afirmando que as pacificações têm reflexo positivo na economia do Rio de Janeiro.

“É uma decisão do governo que custaria pouco, comparando-se com os benefícios que ela pode gerar (...). Na avaliação do secretário municipal de Desenvolvimento, Felipe Góes, as UPPs estão tendo reflexo não apenas na sensação de segurança da cidade, como no ambiente de negócios. Ele diz que os preços dos imóveis dentro das favelas e no entorno estão em ascensão. Além disso, em apenas três comunidades com UPPs visitadas pela secretaria (Cidade de Deus, Borel e Previdência), houve mais de mil comerciantes locais interessados em legalizar seu negócio. Bancos e empresas de varejo começam também a se instalar nas favelas pacificadas.”¹⁸,

¹⁷ Jornal: O Dia. Edição: 13 de outubro de 2012. “UPP Manguinhos vai mudar a vida de 1 milhão de pessoas: Ocupação de favelas amanhã deverá beneficiar moradores de 28 bairros da região”.

¹⁸ Jornal: O Globo. Edição: 13 de dezembro de 2010. “Uma pacificação possível: Cálculo mostra ser viável beneficiar com UPPs moradores de todas as favelas do Rio”.

O jornal parece querer afirmar e reafirmar os benefícios que o projeto pode trazer: promover segurança – leia-se segurança no asfalto para os megaeventos¹⁹, mudar a realidade da favela²⁰ mas sem questionar que a dominação seria substituída do tráfico pela polícia, promover a paz²¹, virtude esta, “garantida” pela UPP. Também descreve sobre a alavancada da economia²² sem mencionar que as grandes empresas seriam as que mais se beneficiariam com a imagem da cidade segura. Menciona com bastante regularidade “ocupações” sem confronto direto, ou seja, “sem disparar nenhum tiro”²³. Aliás, as análises dos discursos do O Globo, parecem deixar claro que a imagem de cidade segura e de paz, refere-se àquela que não tem tiroteios nem conflitos armado entre polícia e traficantes, entre as facções rivais das favelas, ou a exposição de bandidos armados. E a principal preocupação do jornal, parece ser em dizer que o controle do tráfico reflete na segurança do asfalto, de maneira que as unidades completam o “cinturão de segurança”²⁴. Os discursos do O Globo, durante o período estudado, se alternam em exaltar a “ocupação” e, denunciar desvios policiais ou problemas que a Unidades de Polícia Pacificadora enfrentou. Como já descrito, o sentimento de segurança tem grande destaque nas reportagens jornalísticas, que enfatiza os bairros da Zona Sul da cidade em detrimento da própria comunidade que recebeu o programa:

“Só o tempo e as estatísticas de criminalidade dirão se é algo efêmero, mas, pelo menos por enquanto, uma relativa sensação de tranquilidade paira no ar para quem vive nas proximidades das novas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), principalmente as de Copacabana, Botafogo, Tijuca e Gamboa. Antes regiões de conflitos constantes, as comunidades beneficiadas pelas pacificadoras agora parecem não assustar os vizinhos do asfalto”²⁵.”

A proposta das Unidades de Polícia Pacificadora de reduzir drasticamente a violência do Rio de Janeiro fez o ex-governador Sérgio Cabral se reeleger²⁶, e abriu o caminho para o

¹⁹ Jornal: O Globo. Edição: 27 de abril de 2010. “O desafio de chegar à Tijuca: Ao inaugurar na Providência a sétima UPP, Cabral anuncia ocupação amanhã do Borel”.

²⁰ Jornal: O Globo. Edição: 28 de abril de 2010. “Uma UPP em cinco frentes: Bope ocupa hoje Borel e outras quatro favelas; Cabral promete levar paz a toda a Tijuca este ano”.

²¹ Jornal: O Globo. Edição: 9 de janeiro de 2011. “UPPs muito além da capital: Fuga de traficante para fora do município levará projeto a cidades da Região Metropolitana.”

²² Jornal: O Globo. Edição: 26 de junho de 2011. “Contando os dias para a UPP: moradores, comerciantes e até bandidos já se preparam para a pacificação de favelas”.

²³ Jornal: O Globo. Edição: 28 de março de 2012. “Pacificação monitorada: PM controla via satélite movimentação de policiais que ocupam Alemão para instalar UPPs”.

²⁴ Jornal: O Globo. Edição: 04 de junho de 2013. “Cinturão de segurança é fechado na Zona Sul com mais uma UPP: Unidades do Cerro-Corá, no Cosme Velho, é estratégia para visita do Papa”.

²⁵ Jornal: O Globo. Edição: 4 de julho de 2010. “UPPs levam sensação de segurança ao asfalto: Moradores de regiões beneficiadas comemoram redução de assaltos e fim dos tiroteios e da visão de traficantes armados”.

²⁶ Jornal: O Globo. Edição: 17 de outubro de 2010. “Boa de segurança e de urna: UPP leva Cabral a ter o dobro do número de votos em áreas pacificadas em comparação com 2006”.

atual governador Luiz Fernando Pezão já que a UPP foi o “carro-chefe” de sua campanha. Nada disso seria possível, se não encontrasse respaldo da mídia, que enfatizou a imagem da UPP como rápida resposta à violência da cidade. Reportagens que expõe que a redução dos homicídios e roubos na cidade, que revela que o aumento da segurança e ressalta que “essa mudança não está refletida somente nos números oficiais, mas também na sensação dos cariocas”²⁷, além de declarações do Secretário de Segurança, José Mariano Beltrame dizendo que as UPPs salvam vidas e que as estatísticas de crimes nas favelas que já contavam com a UPP caíram, são constantes no noticiário do O Globo. O trecho de uma reportagem do jornal, fica claro como o jornal enfatiza as estatísticas de redução do crime como forma de justificar a permanência do projeto nas áreas já pacificadas e de incentivar novas implementações.

“As áreas próximas as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) terão, a partir de agora, seus índices de criminalidades medidos separadamente pelo Instituto de Segurança Pública (ISP). Os dados divulgados ontem pelo secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, mostra que as estatísticas de crimes nestas regiões de UPP caíram: no primeiro semestre de 2011, de 13 favelas com UPPs pesquisadas, em 11 não houve registro de homicídios. Em duas, foram registradas mortes: Cidade de Deus, com três; e Morro dos Macacos, com um. Outro índice que teve queda foi o de roubos: em seis, esses baixou de 612 registros para 178, de acordo com a pesquisa. Neste contexto de crimes, como os roubos a transeuntes também diminuíram: foram 103 em 2011, contra 289 em 2010. Segundo o secretário de Segurança, a melhora dos índices de criminalidade nas comunidades pacificadas são uma prova de que o projeto está dando certo: ‘Estamos divulgando esta pesquisa que mostra que estamos salvando vidas’ - comemorou Beltrame”.²⁸

Quando se refere aos benefícios que UPP leva à favela, os discursos se fazem em relação à comunidade que antes era “banida da sociedade por forças do tráfico”²⁹ e agora celebra momentos de paz proporcionados pela unidade. Ou também, discorrem sobre demais benefícios como a liberdade política³⁰ que o aparato militar desenvolveu nas favelas: o voto em comunidades pacificadas passaram a ser mais bem distribuídos se comparado àquelas que não contavam com a UPP, e expressam a comunidade mais feliz, longe do domínio do tráfico.

²⁷ Jornal: O Globo. Edição: 30 de junho de 2011. “Sensação de segurança aumenta entre cariocas: Segundo pesquisa de percepção do Rio Como Vamos, esse é o sentimento de mais da metade dos entrevistados”.

²⁸ Jornal: O Globo. Edição: 15 de setembro de 2011. “ISP: áreas de UPPs têm redução de crimes: Nos seis meses analisados, em 11 das 13 favelas pacificadas pesquisadas não houve registro de homicídios”.

²⁹ Jornal: O Globo. Edição: 19 de janeiro de 2012. “Vidigal e Chácara do Céu ganham a sua UPP: Subcomandante já morou na área e decidiu entrar para a PM após ver sua família chorar com a violência do tráfico”.

³⁰ Jornal: O Globo. Edição: 11 de novembro de 2012. “Liberdade política é reforçada com UPPs: Votação em áreas pacificadas é mais bem distribuída do que nas controladas pelo tráfico ou pela milícia”.

As notícias do jornal O Dia avançam o discurso sobre a expectativa de ter serviços básicos funcionando bem e a tranquilidade de viver em um território que já não seja mais dominado pelo tráfico³¹. E assim como o jornal O Globo, expõe que os benefícios da pacificação são significativos, mostrando que a queda dos índices de roubo à residência, à veículos e pedestres nas ruas da Zona Sul além da valorização dos imóveis nestes bairros. A tendência do noticiário se dá em expor mais os lucros gerados pelas UPPs, basicamente, nos bairros do asfalto. Além de Copacabana, Botafogo também sentiu os benefícios.

“Em Botafogo, onde fica a UPP do Santa Marta, houve queda de 71,4% nos roubos a residências, 46,1% nos de veículos e 15% de rua (a pedestre, de celular e em coletivo), na comparação entre fevereiro deste ano e o mesmo mês de 2009. A redução dos delitos já contribui para a valorização de imóveis. A população de Jacarepaguá, que conta com a UPP da Cidade de Deus, também comemorou a queda dos roubos de rua (31,7%) e dos homicídios (20%)”.³²

Em linhas gerais, o jornal descreve dados que chamam a atenção ao comparar índices de criminalidade e enfatizar que as presenças das Unidades de Polícia Pacificadora estão diretamente relacionadas à queda dos crimes³³. E mais que isso, promove uma série de reportagens denunciando o fato de comunidades que não contavam com a UPP, até o momento em que tinha sido escrito a notícia, sofriam as margens da sociedade e viviam subjugadas pelo poder paralelo ou da milícia. “São regiões onde trabalhadores tentam criar seus filhos em meio a barricadas construídas com troncos de árvore e concreto nas ruas. Onde as Cracolândias e suas mazelas se proliferam”³⁴, ou ainda sugerem a migração dos bandidos para outros municípios da cidade como Niterói e a Baixada Fluminense que não contavam com o projeto.

“Cinco anos e 233 favelas pacificadas depois, somente a cidade do Rio de Janeiro ainda tem 530 comunidades à espera de dias mais tranquilos (...). Enquanto as UPPs não chegam a essas áreas, seus moradores, já

³¹ Jornal: O Dia. Edição: 20 de setembro de 2010. “Baile de debutante na UPP: Moradora da comunidade pacificada do Chapéu da Mangueira festeja 15 anos e realiza sonho de ter cadetes como príncipes da valsa”.

³² Jornal: O Dia. Edição: 21 de abril de 2010. “Bairros com UPP tiveram queda na criminalidade. Além de Copacabana, Jacarepaguá e Botafogo também apresentaram redução significativa na maioria dos índices de crimes violentos. Mercado imobiliário nessas regiões foi valorizado”.

³³ Jornal: O Dia. Edição: 20 de julho de 2012. “Pesquisa aponta que UPPs provocaram redução do número de assassinatos”.

³⁴ Jornal: O Dia. Edição: 28 de março de 2011. “Longe do sonho da UPP, moradores viram reféns. O Dia mostra o cotidiano de medo das favelas da Coreia, Serrinha, Parada de Lucas e Vila Aliança, onde a pacificação está distante e a tirania dos traficantes resiste”.

acostumados à violência, vivem os efeitos contrários ao da pacificação: aumento da criminalidade e migração de bandidos de áreas já atendidas”.³⁵

2.1.3. Crimes ocorridos contra as unidades ou que envolvam os policiais e problemas que assolam comunidades contempladas pelo projeto.

De modo geral, sobre as reportagens que fazem referência aos problemas que afetam o projeto militar, descrevem geralmente o envolvimento dos policiais com o tráfico, ataques de moradores ou dos bandidos contra a sede das Unidades de Polícias Pacificadora, ou ainda, denúncias de abuso de poder e sumiços, como foi o caso do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza.

Ainda que sejam abordados os problemas que aconteceram nas UPPs, cabe-nos ficar atentos além do discurso do jornal, mas também a própria estrutura discursiva do texto que se fez presente em algumas reportagens. Em uma reportagem do jornal O Globo, que faz referência a imagens passadas em um noticiário na televisão e que falava sobre um “feirão” para a venda de drogas:

“O principal programa de segurança pública do estado para resgatar a paz nas favelas do Rio, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) conseguiram acabar com a exposição de armas nos morros, mas não com o comércio de drogas. O flagrante de uma feira para venda de maconha e cocaína, em plena luz do dia, na Cidade de Deus, segunda comunidade a ganhar uma UPP no estado, confirma isso”.³⁶

Mas ao fim da notícia, o discurso do secretário de Segurança parece “confortar” o fato, ao dizer que os traficantes não aparecem armados nas ruas da comunidade: “a missão básica [da UPP] sempre foi desarmar os traficantes e levar paz aos moradores. O vídeo parece que não mostra gente armada”, disse José Mariano Beltrame na reportagem do jornal O Globo intitulado “UPP não acaba com tráfico na Cidade de Deus: Imagens mostram bandidos desarmados vendendo livremente na favela, a segunda a ser pacificada”. O formato do texto em que primeiro descreve a denúncia, e por fim ocorre a resposta de alguém com respaldo sobre o assunto, parece enfraquecer o discurso, no caso, a denúncia de que o tráfico ainda existe na Cidade de Deus. Também foi percebido que durante relatos de problemas que ocorrem nas unidades, O Globo parece endurecer o seu discurso, ainda que de modo sutil,

³⁵ Jornal: O Dia. Edição: 18 de novembro de 2013. “Comunidades Sem-UPP sofrem alta da violência. Elas vivem o efeito colateral da pacificação, com migração do crime de áreas pacificadas”.

³⁶ Jornal: O Globo. Edição: 2 de julho de 2010. “UPP não acaba com tráfico na Cidade de Deus: Imagens mostram bandidos desarmados vendendo livremente na favela, a segunda a ser pacificada”.

para enfatizar a necessidade de permanência do projeto. Para exemplificar, uma reportagem descreve a morte de um policial militar ao abordar um suspeito em um beco da Rocinha: ele foi o primeiro policial morto em comunidade pacificada. A notícia segue dizendo que “há dez anos na PM – cinco no Batalhão de Choque - o cabo tinha uma ficha exemplar, sem anotações de falhas”³⁷. Dessa vez a estrutura jornalística é usada para fortalecer a compaixão do leitor pela morte do policial com relatos de bom funcionário - e encerra com a opinião do antropólogo Paulo Storani, ex- capitão do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), dizendo que “o momento agora é de não recuar para não se perder espaço para os criminosos. É preciso se aproximar das comunidades e fortalecer as lideranças” (Op. Cit). Fica escrito entre linhas, que apesar dos conflitos a expansão e permanência do projeto devem continuar.

Também é importante destacar que o jornal expõe opiniões de especialistas em segurança pública e áreas afins para compor suas notícias, mas que o espaço dados à eles é bastante limitado, permitindo que apenas breves comentários de poucas linhas sejam encontradas nos noticiários. Para exemplificar, em uma reportagem que abordava ataques cometidos contra a UPP na Cidade de Deus após um baile funk, Alba Zaluar observa que os casos de conflito contra a polícia expressa o histórico de desconfiança que a população das favelas tem da PM, que por vezes cometia ações de abusos.

“A polícia só pode ser polícia comunitária quando ela obtém não só a confiança, mas também a participação dos moradores na construção da segurança. É claro que não é possível obter apoio de todo mundo porque não existe o consenso absoluto. Mas é preciso buscar essa aproximação e o apoio dos moradores – diz a antropóloga da UERJ, Alba Zaluar.”³⁸

Sobre as denúncias de crimes e as notícias de problemas que acarretam às UPPs, o jornal O Dia parece construir um discurso diferente do O Globo. Enquanto o segundo discursa, em sua grande maioria, sobre problemas ocorridos contra as unidades, O Dia dá mais ênfase as denúncias e escândalos que envolvem os policiais das unidades. Policiais presos com armas adulteradas³⁹, ações criminosas envolvendo policiais que recebiam propinas do tráfico para facilitar o comércio de drogas⁴⁰, unidade alvo de ataque após prender homens

³⁷ Jornal: O Globo. Edição: 5 de abril de 2012. “A pacificação sobre a 1ª baixa: Cabo do Batalhão de choque é morto ao abordar suspeito numa viela da Rocinha”.

³⁸ Jornal: O Globo. Edição: 5 de setembro de 2011. “Novo conflito em área pacificada mostra que UPPs tem desafios: grupo de funkeiros atira pedras na base da polícia; no Alemão, inquérito investigará se militares se excederam”.

³⁹ Jornal: O Dia. Edição: 29 de setembro de 2010. “PMs suspeitos de roubar carros: lotados na UPP do Andaraí, dois soldados são presos com armas adulteradas. Vítima de assalto reconhece um deles”.

⁴⁰ Jornal: O Dia. Edição: 29 de setembro de 2011. “Área de UPP era território comandado pelo tráfico. Escuta mostra que bando mudava até escala de PMs na Coroa, Fallet e Fogueteiro”.

acusados de tráfico⁴¹, violento confronto entre criminosos e policiais da UPP⁴² que ganhou reforço do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e do 1º BPM (Estácio), são exemplos de notícias que aparecem com regularidade. Policiais Militares indiciados por esquema de propinas pagas por traficantes – “mensalão” - que fez o comandante e o subcomandante perderem a gestão da unidade, ganhou grande notoriedade no editorial.

“Vinte e um PMs que eram lotados na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Morro do Fallet, em Santa Teresa, foram indiciados no inquérito da corporação para apurar o recebimento de propinas pagas por traficantes. Em setembro, **O DIA** noticiou com exclusividade que o esquema de corrupção — conhecido como mensalão da UPP — pagava de R\$ 400 a R\$ 2 mil aos militares envolvidos, totalizando R\$ 53 mil por mês. O indiciamento foi a primeira punição aos militares, que respondem a procedimento administrativo e podem até ser investigados criminalmente. Os indícios de envolvimento levaram a corporação a retirar da gestão o comandante e o subcomandante da unidade na época, capitão Elton Costa e tenente Rafael Medeiros. Os outros militares foram substituídos por policiais recém-formados”.⁴³

Conflitos com moradores e o despreparo dos policiais para intervir em situações cotidianas e de convivência⁴⁴, também são reportagens presentes quando se fala em problemas relacionados às Unidade de Polícia Pacificadora. As reportagens mostram que a imagem da UPPs já não é mais a mesma, ao descrever, por exemplo, que moradores da Vila Cruzeiro, no Complexo da Penha, na Zona Norte, tiveram muitas horas de medo e desespero quando quatro policiais da UPP ficaram feridos em ataques de traficantes. O jornal menciona que “outras ocorrências em áreas com UPP, voltaram a colocar o projeto da Secretaria de Segurança na berlinda”⁴⁵ e ainda relata demais conflitos que envolveram policiais das unidades e bandidos de outras favelas. Também descreve que abusos cometidos por policiais de áreas “pacificadas”, gerou queixas por parte dos moradores, que resultou em “policiais das 32 Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) foram determinados a fazer cursos de capacitação

⁴¹ Jornal: O Dia. Edição: 5 de novembro de 2011. “PM acha droga na casa de onde partiu ataque à UPP: Imóvel, que fica em ponto estratégico no Morro do Fallet, com boa visibilidade e uma distancia de cerca de 500 metros da unidade policial, estava vazio”.

⁴² Jornal: O Dia. Edição: 27 de junho de 2011. “Dia de buscas no Morro da Coroa: Policiamento é reforçado onde soldado foi atingido por granada”.

⁴³ Jornal: O Dia. Edição: 28 de abril de 2012. “Mensalão da UPP: 21 policiais são indiciados. Segundo denúncias, PMs recebiam R\$:53 mil por mês em propinas pagas por traficantes”.

⁴⁴ Jornal: O Dia. Edição: 14 de agosto de 2012. “Confronto em área de UPP: Moradores do Morro São João enfrentam policiais que queriam acabar com o pagode”.

⁴⁵ Jornal: O Dia. Edição: 23 de fevereiro de 2013. “Bando ataca UPP na Penha: Tiroteios na Vila Cruzeiro são os mais recentes casos de violência em áreas pacificadas”.

contra abusos de autoridade”⁴⁶, determinados, segundo a reportagem, pelo próprio comandante das UPPs, Coronel Paulo Henrique de Moraes. Ou ainda, notícias que mostram o caráter repressivo em relação às favelas e seus moradores, como por exemplo, em função da Jornada Mundial da Juventude, que ocorreu em 2013, a operação chamada de “cerco legal” foi montada para controlar áreas em que os participantes do evento iriam passar e mais que isso, a notícia em nenhum momento faz críticas à operação, que visava segregar a comunidade e garantir a segurança nas áreas turísticas.

“O Complexo da Maré, as 26 comunidades com UPP e as fronteiras do estado estarão cercados pelo contingente. Policiais ficarão baseados em viaturas em pontos específicos e circulando dia e noite no entorno das comunidades. As comunidades ocupadas por UPP, principalmente perto dos pontos turísticos, terão reforço dos próprios soldados das unidades”⁴⁷.

De acordo com uma reportagem no O Dia, foi divulgado um “freio” nas implementações devido à imagem desgastada das unidades, mas que de acordo com o exposto pelo jornal, não passava de uma estratégia política. Em um momento de baixa, diminuir as especulações sobre o programa e voltar a expor a imagem de “salvadora”, como geralmente é exposta pela mídia durante as implementações, seria uma maneira interessante de reavivar a imagem das UPPs.

“O projeto de Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP) vai ficar congelado por sete ou oito meses para uma análise estratégica. As informações são do jornal ‘Folha de São Paulo. Questionada sobre o assunto, a Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro não desmentiu a notícia e limitou-se a informar que o cronograma está mantido com a instalação de 40 UPPs até o final de 2014. No momento, já são 34 implantadas (...). O desgaste da política pública com episódios das violência – foram quatro mortes de policiais em serviços desde a inauguração do programa, além dos casos trágicos, como a morte do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza, torturado por militares da UPP da Rocinha – é apontado nos bastidores como um freio para repensar o projeto. Além disso, o aumento de violência em alguns bairros levou à decisão. No meio político, o ‘standy by’ é visto como uma estratégia. Como a UPP é um trunfo para a campanha à sucessão do governador Sérgio Cabral, a espera do programa seria providencial. Pacificar uma comunidade mais próximo da eleição teria um peso importante para o vice-governador Luiz Fernando Pezão, candidato do governo para 2014.”⁴⁸

⁴⁶ Jornal: O Dia. Edição: 6 de maio de 2013. “Contra abuso de autoridade: Policiais das UPPs terão treinamento para lidar melhor com moradores de áreas pacificadas”.

⁴⁷ Jornal: O Dia. Edição: 10 de junho de 2013. “Polícia mobiliza efetivo para cerco a locais críticos: Até o fim de julho, da Copa das Confederações à Jornada mundial da Juventude, comunidades mais violentas e divisas com outros estados estarão sob forte vigilância”.

⁴⁸ Jornal: O Dia. Edição: 11 de novembro de 2013. “Projeto das UPPs pisa no freio até o próximo ano: Plano que mudou o perfil no Rio é criticado na Baixada, Niterói e bairros não contemplados”.

Como visto através das análises desenvolvidas na presente pesquisa, nos últimos anos, as UPPs tem sofrido com episódios de violência. A crise financeira e a falência do Estado do Rio de Janeiro compromete a continuidade da política de segurança. O empresário Eike Batista, através da OGX, empresa ligada a ele, que também sofreu com a crise financeira, cortou os grandes investimentos que fazia para a implementação das UPPs e da compra de equipamentos para as unidades. A falência do Estado e suspensão da parceria de Eike colocam em cheque o planejamento de novas unidades.

2.1.4. O Caso Amarildo de Souza

Com as análises foi observado que, a partir do ano de 2012, as reportagens que abordavam problemas relacionados às Unidades de Polícia Pacificadora tornam-se mais frequentes nos jornais. Neste mesmo ano, o coordenador geral das UPPs era do coronel Paulo Henrique de Moraes, “ex-caveira” do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope). Foram desenvolvidos pelo coronel os Grupos Táticos de Policiamento das UPPs, que se caracterizavam por alto cunho repressivo, gerando o aumento de queixas de abusos, violência e desaparecimentos. Resultante destes fatores, o caso mais “famoso” de arbitragem policial, que nada tem de pacificadoras, foi o do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza.

Em 2013, ano em que Amarildo foi assassinado pela polícia na Rocinha, as notícias que falavam sobre os problemas ocorridos nas comunidades, mostram que as unidades já enfrentavam problemas. O caso Amarildo foi de grande destaque em toda a mídia escrita e televisiva quanto nas redes sociais, e ficou conhecido pelo questionamento “Onde está Amarildo?” em referência ao desaparecimento do seu corpo.

Com relação a este caso, o jornal O Globo em uma reportagem⁴⁹ sobre o assassinato que ocorreu no dia 14 de julho de 2013, descreve a reconstituição do crime e diz que a sobrinha do ajudante de pedreiro acusava a polícia de tê-lo matado. A notícia diz que a Divisão de Homicídios trabalhou com duas hipóteses: a de que Amarildo foi morto pela PM e a de que os assassinos seriam traficantes, e acrescenta que o major que estaria deixando o comando da UPP da Rocinha, deixou uma carta de despedida aos colegas e disse que nunca dialogou com os traficantes, ou que tenha cometido ilegalidades ou ainda que tenha recebido propina, e afirmou que se dedicou para que os moradores da comunidade tivessem paz no seu dia a dia. Outra reportagem detalhada sobre as últimas horas de vida de Amarildo, e agora já

⁴⁹ Jornal: O Globo. Edição: 3 de setembro de 2013. “Reconstituição do caso Amarildo dura 16 horas: Encenação é uma das mais longas da história da Polícia Civil. Família do pedreiro não pôde acompanhar o trabalho”.

revelando que o crime teria sido praticado pela Polícia Militar da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha, descreve o quadro do crime de forma minuciosa mostrando o “complô” entre os policiais que teriam praticado a ação para que ficasse tudo encoberto.

“O medo de morrer levou um policial militar da UPP da Rocinha a romper o silêncio que cercou de sombras, por cerca de três meses, os momentos de horror que marcaram a agonia e a morte do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza. Ao longo desse tempo, até revelar em detalhes o que aconteceu 40 minutos em que a vítima foi torturada dentro do contêiner, ele foi perseguido por colegas de farda (...). O PM, cuja identidade é preservada, resolveu revelar à polícia que a sede da unidade havia sido transformada em um local de tortura, tão violenta quanto a do tráfico que dominou por tantos anos a comunidade (...). Ainda de acordo com a denúncia, logo após a morte do morador da Rocinha, foi montada uma farsa para atribuir o crime ao tráfico. O desaparecimento do ajudante de pedreiro, no entanto, ganhou as redes sociais, onde foi criado e ganhou força um movimento que correu o mundo com a pergunta: Cadê Amarildo?”⁵⁰

Outra reportagem⁵¹ escrita quase três meses após o desaparecimento de Amarildo de Souza, é exposto que “Amarildo morreu por métodos violentos – e alheios a qualquer técnica de interrogatório – para extrair a confissão de uma suspeita”, e afirma, após esta declaração que os policiais queriam saber se Amarildo era churrasqueiro de traficantes e se fazia pequenos serviços para eles. Também é mencionado que uma denúncia anônima dizia que ele poderia ter informações sobre onde ficava o paiol do tráfico. No fim da reportagem, o jornal declara que a ministra de direitos Humanos, Maria do Rosário, elogiou a polícia por apurar o caso, e que indiciar os policiais acusados do crime, mostra o amadurecimento da instituição, visto que se o Estado é acusado de violar os direitos humanos, ele não ficará impune de ser responsabilizado. Neste sentido, a maneira como a notícia é escrita – primeiro a denúncia, depois a suspeita de envolvimento com o tráfico, e por fim a punição do Estado como forma de “amadurecimento” da instituição, dá a sensação ao leitor que Amarildo foi morto pela polícia por ter relações direta com o crime, e isso justificaria sua morte. Ou, ainda que se compreenda que houve excesso de poder e violência desenfreada - pois para um interrogatório Amarildo deveria ser levado à delegacia e não a sede da UPP e muito menos torturado e morto - o fato de que os policiais e os dois oficiais envolvidos no caso foram julgados e retirados do comando da unidade, parece encerrar por ali os problemas cometidos pela polícia

⁵⁰ Jornal: O Globo. Edição: 23 de outubro de 2013. “Assassinato revelado em detalhes: MP faz nova denúncia contra acusados de matar pedreiro e incrimina 25 PMs no total”.

⁵¹ Jornal: O Globo. Edição: 03 de outubro de 2013. “Torturado até a morte: dez PMs são incriminados por sumiço de morador da Rocinha. Penas podem chegar a 30 anos”.

arbitrária. A imagem da polícia parece não ser totalmente manchada, tão pouco a imagem do projeto de modo geral. As notícias ao descreverem detalhadamente a arbitrariedade produzida pela polícia apenas o caso de maior repercussão, o de Amarildo, parece limitar o problema de excesso de violência cometido pela polícia apenas a Rocinha. As notícias não criticam a abordagem policial violenta que eventualmente ocorreram em outras unidades ao longo dos anos, o despreparo da equipe e nem se referem à UPP como uma nova forma de dominação nas favelas, que não substitui o tráfico, mas que permanece tão constante quanto.

Em resposta ao caso tão polêmico do ajudante de pedreiro, O Globo preferiu valorizar os discursos de entrada de serviços básicos e reordenamento urbano das favelas como meios para garantir a cidadania. Foram encontradas reportagens “pós-Amarildo” descrevendo o mosaico urbano da Rocinha de becos e vielas estreitas. O jornal descreve os desafios encontrados pelos policiais, que atuam na UPP da comunidade e que “enfrentam uma guerra” com as duas maiores facções de traficantes do Rio. De acordo com o jornal, com esta topografia a Rocinha é o maior desafio da política de pacificação da Secretaria de Segurança Pública.

“Onde a PM enfrenta a maior crise de imagem desde a implementação do programa há cinco anos: 25 policiais, incluindo o comandante e o subcomandante da UPP da Rocinha, são acusados de torturar até a morte o ajudante de pedreiro Amarildo de Souza. Para autoridades e especialistas em segurança e urbanismo, a paz só será alcançada a partir do ordenamento urbano. Todos concordam que é preciso abrir espaço para a chegada de todos os serviços públicos. A questão é como fazer isso.”⁵²

A problemática descrita pelo jornal é que sem o ordenamento urbano na comunidade o policiamento continuará difícil, e é necessário que outros serviços públicos acompanhem os avanços da UPP para que o patrulhamento possa ser garantido. É importante ressaltar que esta notícia parece querer dizer que a imagem da UPP foi desgastada apenas na Rocinha com o “caso Amarildo” e que o desordenamento urbano da favela e a falta de serviços públicos, dificultam o patrulhamento. Não foram encontradas discussões a cerca da nítida necessidade sobre a formação do policial, bem como meios para garantir que não haja abusos. Também não foram encontrados nas reportagens analisadas, discursos de que o caso Amarildo tenha sido ruim para todo o programa de pacificação e para a credibilidade da política de segurança do Rio de Janeiro. Pelo contrário, em várias reportagens que relatava problemas que envolvia

⁵² Jornal: O Globo. Edição: 12 de dezembro de 2013. “Os becos sem saída das UPPs: Na Rocinha topografia dificulta policiamento. Para especialistas é preciso alargar ruas, mas presença do Estado é crucial”.

alguma outra unidade, ao final dela era possível encontrar falas do então governador do Estado, Sérgio Cabral, dizendo que se tratava de um “caso isolado” ou que a “política de pacificação iria continuar”.

A partir das análises do jornal O Dia, foi possível observar que os discursos que envolviam o caso Amarildo denunciavam o caráter bélico dos policiais envolvidos no ocorrido, a falta de preparo, a arbitragem da polícia e, sobretudo que não foi um caso isolado – havia o conhecimento e aprovação do comandante e subcomandante da unidade. “Dois oficiais, um sargento e sete soldados acusados de envolvimento no desaparecimento e morte do pedreiro Amarildo de Souza foram indiciados ontem pela Divisão de Homicídio (DH) pelos crimes de tortura seguida de morte e ocultação de cadáver. Entre eles, o major Edson Santos, ex-comandante da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), da Rocinha”⁵³. A notícia descreve que Amarildo foi morto após ser “capturado pelos PMs”.

Há reportagens que relatam o caráter militarizado da polícia que estava presente na unidade da Rocinha na noite do crime.

“O terror com hora marcada, praticado por homens bem treinados. Ao assumir em setembro do ano passado a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na Rocinha, o major Edson Santos levou uma novidade a tiracolo: 20 PMs que passaram por cursos de guerra e selva do Batalhão de Operações Especiais (Bope) para combater o tráfico de drogas em ações constantes e noturnas (...) Foi justamente pela determinação de rigidez, que a sua tropa especial passou a agir sempre à noite, e com acusações de seguidas agressões a moradores e usuários de drogas. A cada interpelação era um interrogatório, e nem sempre com psicologia moderna. Tanto que associação de moradores, polícia civil e Ministério Público passaram a registrar um aumento nas denúncias de agressões, que aconteciam com maior frequência com a equipe da noite”.⁵⁴

Após o caso Amarildo, as notícias do O Dia se dividem entre continuar informando o leitor sobre o fato, denúncias de ataques ocorridos em sedes das UPPs ou contra os policiais, e ainda sobre a “pacificação” em novas áreas. Foi possível observar que algumas notícias que relatavam problemas, ao final enfatizavam que mesmo sofrendo represálias, a unidade não iria retroceder.

“Criado em 2008, o programa das Unidades de Polícia Pacificadoras sofreu um baque na noite de sábado, com a morte do soldado Melquisedeque

⁵³ Jornal: O Dia. Edição: 01 de outubro de 2013. “Amarildo: dez PMs indiciados. Policiais da UPP vão responder por crime de tortura e morte seguida de ocultação de cadáver”.

⁵⁴ Jornal: O Dia. Edição: 02 de setembro de 2013. “Amarildo: tropa de elite fez operação no dia do sumiço. PMs da UPP da Rocinha treinados no Bope tinham como missão buscar armas”.

Basílio dos Santos, 29 anos, lotado na UPP Parque Proletário, na Vila Cruzeiro, Penha, após ataque de traficantes. Desde setembro de 2011, quando aconteceu a primeira morte de um policial em áreas do programa, até ontem, foram 11 PMs de UPPs mortos em serviço. O coordenador das Unidades de Polícia Pacificadoras, coronel Frederico Caldas, descartou uma ação orquestrada contra o programa.

‘Não tem volta. As UPPs vieram para ficar’, disse o oficial, que afirmou ter recebido denúncias de moradores sobre movimentação estranha na Penha, e que por isso manteve os policiais em alerta.’⁵⁵.

As notícias de violência que ocorrem nos morros, como a de Amarildo e de muitos outros que não ganham espaço no noticiário da mídia, mostra a situação de medo e violência a qual os moradores das favelas estão submetidos cotidianamente mesmo com a presença das Unidades de Polícia Pacificadoras, que na verdade, não pacificam o território, mas os dominam. Isso fica nítido quando surgem nas notícias, queixas de abuso de poder, pelos ataques cometidos a sede das unidades, pela morte dos policiais, pelas notícias de corrupção dentro da polícia que envolve até mesmo os comandantes da corporação, pelo confrontos ocasionados ao controle cultural – como a proibição do funk em muitas favelas – controle do espaço, entre outras.

Portanto, as notícias expressas nos jornais sobre o caso Amarildo mostra que a Unidade de Polícia Pacificadora age nas favelas sobretudo no controle do território, e descrevem a “paz” como o maior direito dos moradores, mas sem enfatizar que a polícia também leva ao acirramento de muitas problemáticas. Os casos de violência como o de Amarildo, denunciados pelos jornais, mostram as contradições graves que cercam o projeto de segurança pública do Estado e que muitos problemas devem ser superados pra que de fato, os moradores possam ter a dignidade de viver esta paz tão mencionada pela mídia. A população quer e precisa mais que a simples presença da polícia nos morros.

Sendo assim, as análises de todo o material selecionado para esta pesquisa, mostram que, foi importante enquanto notícias, aquelas que discursavam sobre efetivar a “invasão” (foi encontrada uma reportagem⁵⁶ que utilizou este termo para descrever o processo de pacificação) e “ocupações” das favelas como forma de garantir o controle do tráfico proporcionando a chegada da paz. A chegada das UPPs proporcionaram a entrada de ONGs, investimentos de empresas privadas e ações sociais que levaram cidadania as comunidades. A

⁵⁵ Jornal: O Dia. Edição: 03 de novembro de 2013. “Policial morto na Penha é o 11º desde a criação de UPPs. PM estava na patrulha ao ser atingido por tiro de fuzil”.

⁵⁶ Como exemplo de reportagem, destacamos: Jornal: O Dia. Edição: 1 de dezembro de 2010. “Polícia deixará o Alemão e vai preparar invasão da Mangueira: Acordo entre estado e governo federal prevê que dois mil militares do Exército passem a patrulhar complexo de favelas ocupadas a partir da semana que vem”.

UPP levou a certa sensação de tranquilidade dentro das comunidades “pacificadas” e também, nos bairros vizinhos. As comunidades não assustavam mais os vizinhos do asfalto. Também foi destacado reportagens que mostravam a ameaça a violência policial como no caso Amarildo, denúncias de esquemas de corrupção policial e ataques contras as unidades e os policiais. Destacou-se também, notícias que mencionam a gradativa retomada do território “pacificado” pelo tráfico.

As palavras que mais se destacaram nas reportagens, em ambos os jornais, foram: Benefícios, ocupação, pacificação, paz, medo, operação, violência, tráfico, segurança, sensação de segurança, PM, comunidades, polícia, UPP, favelas, Bope, Choque (BPChoque), secretaria de Segurança, Beltrame (em referência ao secretário de segurança José Mariano Beltrame), Cabral (em referência ao, então governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral).

3. A IMAGEM COMO EXPRESSÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS IMAGENS JORNALÍSTICAS DAS UPPS

Nos jornais, a fotografia é tão importante quando o texto jornalístico, pois se trata de uma fonte de informação poderosíssima. Uma foto pode ganhar bastante notoriedade e destaque nas reportagens, e em algumas situações, a fotografia fala mais do que a própria notícia.

Becker (2009) discute as diversas possibilidades de representação social, e observa a dimensão analítica que o campo da sociologia visual, através da fotografia, oferece às ciências sociais. De acordo com o autor, a fotografia ganha significado no modo como as pessoas a compreendem e na maneira que as usam. Isso significa dizer, que elas podem assumir significados distintos ao serem inseridas em contextos diferentes. O que o fotojornalismo, a sociologia visual e a fotografia documental expressam diariamente no “mundo do trabalho fotográfico”, são resultados de construções sociais.

De acordo com Becker (2009), o significado do fotojornalismo, que é o trabalho feito pelos jornalistas quando produzem fotos a serem publicadas nos jornais, mudou “de simples ilustração de notícias para uma concepção da fotografia como maneira coordenada e semi-independente de transmitir informação” (BECKER, 2009, p.186). Como o jornal diário mudou para enfrentar novos desafios, em virtude da competição com a televisão, o rádio e mais tarde a internet, as imagens e fotografias produzidas também mudaram, já que:

“Hoje os fotojornalistas são cultos e tem formação universitária; sabem escrever, não sendo mais simplesmente ilustradores das matérias que os repórteres redigem”. Tem uma ideologia coerente, baseada no conceito de imagem que conta uma história. Apesar disso, o fotojornalismo contemporâneo é, como suas versões anteriores, cercado pela disponibilidade de espaço e pelos preconceitos, pontos cegos e enredos preconcebidos dos superiores editoriais dos fotógrafos. E, mais importante ainda, os leitores não esperam fazer trabalho algum para decifrar ambiguidades e complexidades nas fotos que aparecem em seu jornal diário ou em sua revista noticiosa. Essas fotografias, portanto, devem poder ser lidas e interpretadas de modo instantâneo (BECKER, 2009, p.187).

Neste sentido, a importância de discutir as imagens veiculadas pelos jornais, é justificada pelo fato de que as fotos refletem a compreensão dos fenômenos sociais. E mais do que isso, as imagens podem potencializar as representações sociais de um determinado grupo social, por exemplo. Como reitera Becker (2009), o uso de imagens no campo científico e acadêmico, muitas vezes foi visto como algo não científico e aos poucos, foi-se dando a

devida importância ao uso das fotografias e proporcionando espaços a elas no campo da sociologia acadêmica:

“A sociologia visual é quase totalmente produto da sociologia profissional, uma disciplina acadêmica prima pobre da antropologia visual, que tem uma relação mais calorosa com a sua disciplina mãe; na tradição antropológica, que exigia dos investigadores que fossem a lugares distantes a fim de colher crânios, textos linguísticos e materiais arqueológicos, fazer fotos era apenas mais uma obrigação do trabalho de campo. Como as imagens não eram convencionais na sociologia desde os primórdios, quando ela estava mais ligada à reforma social, a maioria dos sociólogos não aceitava essa obrigação; veem poucos usos legítimos para materiais visuais além de ‘auxiliares didáticos’” (BECKER, 2009, p. 189).

Neste sentido, é de grande valia observar e discutir as imagens veiculadas nas reportagens sobre UPP, dos jornais O Globo e O Dia, pois acreditamos na importância e o poder que a imagem tem para compor significados e ajudar a dar “veracidade” e credibilidade ao texto jornalístico.

Também é importante pensarmos que as fotos publicadas pelos jornais não são imparciais. A força documental e visual da imagem nas reportagens é inegável. O discurso político do jornal perpassa desde o primeiro momento: quando o fotógrafo delimita o que deve, e como deve ser fotografada a cena – levando em consideração a composição do “cenário” e o olhar do fotógrafo delimitando o enquadramento, ou seja, o que o jornal pretende falar através da fotografia. E em um segundo momento, na editoria do jornal quando acontece a escolha das fotos que vão estampar a reportagem, os “cortes” das imagens, e a composição final da matéria com imagens, legendas e texto. A imagem, portanto, pretende dar apoio ao texto, ilustrando que foi redigido e se relacionando com ele. Caso contrário, a imagem não faria falta ao jornalismo.

3.1.Representações de imagens dos jornais:

Observamos através das imagens publicadas nos jornais, que elas enfatizam a representação de favelas como espaço de violência, crime e medo quando, muitas vezes, prefere expor a imagem da polícia fortemente armada para dar início às implementações dos projetos, ou quando o Bope e/ou a BpChoque são convocados a reforçar, por diversos motivos, a patrulha nas comunidades.

Fotos de policiais altamente militarizados e com armas apontadas para a favela, tanques, blindados conhecidos como “caveirão”, cães farejadores e demais armamentos

bélicos, ilustram algumas das reportagens sobre as “invasões” as comunidades. Estas fotos configuram a ideia de enfrentamento. É a representação de “guerra ao tráfico”, de controle dos territórios - estereotipados pelo senso comum – do crime e da violência. É a representação da presença do Estado nas favelas, e, sobretudo, o reforço da ideia, do senso comum, de que o combate ao crime deve ocorrer através do policiamento.

A imagem do policial vestido de coturno, farda e fortemente armado, é muito presente nas reportagens sobre implementações das UPPs e, também, quando os jornais descrevem notícias sobre problemas ocorridos em comunidades que já contavam com o projeto e recebiam reforços policiais. A dualidade da guerra e paz é presente nas imagens jornalísticas. O policial pronto para o conflito e combate, representado pelas fotografias, se contrapõe a ideia de “pacificação” e segurança dos discursos jornalísticos.

Imagens do jornal O Globo:

Foto 1:



PMS REFORÇAM o patrulhamento no Morro do Fogueteiro, um dos três cobertos pela UPP de Santa Teresa

Foto 1- Jornal: O Globo. Edição: 13 de setembro de 2011. “UPP de Santa Teresa já tem 30 novos PMs: Comandante recém-chegado diz que objetivo é reprimir ação de criminosos e reconquistar confiança de moradores”.

Foto 2:



Noites de tensão. O Morro do Chapéu Mangueira, no Leme: briga de traficantes tem assustado moradores da área



Confronto. Um policial se protege atrás de um poste durante o tiroteio que fechou a rua Itapiru, no Rio Comprido

Foto 2 - Jornal: O Globo. Edição: 28 de fevereiro de 2013. “Tiros levam medo de volta a favelas com UPP no Leme. Remanescentes de duas facções disputam território. No rio Comprido, tráfico enfrenta PM”.

Foto 3:



UM CARRO do Batalhão de Choque no acesso ao Morro do Fogueteiro: sábado passado, um policial foi ferido ao cruzar com dez bandidos armados no local.

Foto 3 - Foto: Jornal: O Globo. Edição: 12 de setembro de 2011. “Intervenção na UPP de Santa Teresa: Batalhão de Choque e Bope vão ficar por tempo indeterminado em três favelas do bairro. Comandante e PMs de unidade são afastados”.

Foto 4



POLICIAIS DA UPP no Complexo do Alemão: Rio tem 25 unidades, que atendem a 150 comunidades

Foto 4 – Jornal: O Globo. Edição: 6 de julho de 2012. “No Rio candidatos miram eleitor evangélico e áreas das UPPs: Durante a campanha que começa hoje, foco também será na Zona Oeste”.

Imagens do jornal O Dia:

Foto 5



Foto 5 - Jornal: O Dia. Edição: 27 de junho de 2011. “Dia de busca no Morro da Coroa: Policiamento é reforçado onde soldado foi atingido por granada”.

Foto 6



Foto 6 - Jornal: O Dia. Edição: 25 de julho de 2012. “Fuzis de policiais falharam durante tiroteio no Alemão: Armas usadas para combater tráfico na Pedra do Sapo foram doadas pela Marinha em 2008”.

Foto 7

Foto 7 - Jornal: O Dia. Edição: 30 de abril de 2013. “Proteção do céu e da terra: Com o Cristo Redentor como testemunha, PM ocupa favelas do Cosme Velho sem disparar um único tiro”.

Algumas reportagens que tinham como propósito expor benefícios gerados nas favelas, através da implementação das UPPs, tinham fotos que poderiam representar a tranquilidade e paz que chegaram com a unidade, e a possibilidade de que projetos sociais pudessem vigorar. O senso comum propaga rótulos e estereótipos que a juventude - em especial a pobre, negra e de bairros pobres e periféricos – são potencialmente criminosos e complacentes com o crime. Os discursos que envolvem estes estigmas acreditam que a ociosidade desta camada da população é uma “porta de entrada” para a vida criminosa, e por isso, defende que projetos culturais e esportivos tenham espaço nestes territórios. Como bem descreve Soares (2008):

“Com efeito, as ideias de cumplicidade com os criminosos são em boa parte sustentadas, reproduzidas e objetivadas pelas próprias políticas sociais e/ou ações filantrópicas destinadas aos moradores de favelas em geral e, especificamente, aos seus segmentos mais jovens. À sua orientação claramente focalizada e compensatória é adicionada uma filosofia justificadora que penaliza a clientela sempre pensada como potencialmente

criminosa. Os programas passam a ser formulados e implementados em um viés repressivo/preventivo, como uma espécie de ampliação dos instrumentos de controle social, visando a afastar as categorias sociais ‘vulneráveis’ ou ‘de risco’ das ‘tentações’ da carreira criminal” (SOARES, 2008, p. 50).

Mostrar a população do asfalto que crianças e jovens dos morros ocupam seu tempo com projetos sociais, pode gerar certa tranquilidade para a sociedade civil, e, sobretudo, desenvolver apoio as UPPs.

Imagem do jornal O Dia:

Foto 8



Foto 8 - Jornal: O Dia. Edição: 5 de maio de 2013. “Em vez de tiros, disciplina: Com nove autos de resistência até ser mestre de jiu-jitsu, cabo diz que UPP mudou sua vida”.

Outras imagens também possibilitam análises interessantes. Sobre a chegada da polícia nas comunidades e retomada dos territórios, imagens de policiais no alto do morro hasteando bandeiras do Brasil, ganham espaço nas reportagens. Estas são fotos que dizem muito sobre a proposta política das UPPs reforçadas através das imagens dos jornais. Hastear bandeiras no alto do morro “pacificado” é a expressão do controle territorial pelo Estado. Ou seja, é um ritual simbólico da retomada e de “liberdade” do território.

Sobre discursos de boa integração da polícia e comunidade, as imagens também ajudam a passar a ideia de que o projeto é bem aceito pela população da favela. Sabemos dos benefícios que as UPPs levaram às comunidades, mas fotos que demonstram a boa convivência entre a polícia e a população local fazem as pessoas que não vivem nas favelas e não conhece bem a realidade local, acreditarem que a aceitação da polícia naqueles espaços ocorreu de forma instantânea. Mas na realidade, houve certa desconfiança da presença policial, como já mencionado em outros momentos desta pesquisa, visto o seu histórico de ações violentas. Estas fotos podem indicar para o leitor, mais um motivo para a permanência e expansão do projeto.

Imagem do jornal O Dia:

Foto 9:



Foto 9- Jornal: O Dia. Edição: 15 de outubro de 2010. “RJ: Um ano após ataque, UPP chega a Morro dos Macacos sem disparar nenhum tiro”.

Foto 10:



Foto 10 - Jornal: O Dia. Edição: 1 de dezembro de 2010. “Pacificação no Macacos é exemplo para o futuro: Autoridades inauguram a 13ª UPP do Rio em comunidade que foi símbolo do terror”.

Foto 11:



Foto 11 - Jornal: O Dia. Edição: 15 de outubro de 2012. “Pac dominado: Conjunto habitacional de Manguinhos não foi incluído na retomada da região. Governo vai investigar ação de bandidos em pelo menos 90 imóveis”.

Imagem do Jornal O Globo:

Foto 12:



BOPE HASTEIA bandeiras no Alemão, que ganhará mais duas UPPS

Foto 12- Jornal: O Globo. Edição: 27 de abril de 2012. “Alemão: PM ocupa morros para instalar mais UPPs. Para evitar que bandidos se refugiem em Niterói, polícia faz operação em favela da cidade e em outras 12 comunidades”.

Como os discursos dos jornais muitas vezes se repetem, e com as imagens não ocorre diferente. Segundo Porto (2002), a mídia torna-se um meio de “estruturação de sociabilidade violentas” quando enfatiza o fenômeno violento em suas reportagens. A expressão da violência passa a ser, portanto, um canal para afirmar “identidades socialmente negadas, explosão de raivas, frustrações, dentre tantas outras possibilidades, com implicações diretas nas formas de representação social do fenômeno” (PORTO, 2002, p. 160). E mais que isso, a autora acrescenta que a maneira como a mídia mostra pessoas expostas à violência, acaba por transformar esta violência em “algo irreal”, causado pela repetição/ clichê, banalizando o fenômeno.

Observamos através dos discursos dos jornais que para eles o ideal e sucesso de UPP são aquela que promove segurança e paz nas comunidades e nos bairros do entorno. Revistar moradores de comunidades é uma tarefa banal para a polícia. E são em momentos como esse

que ocorrem os abusos de poder e violência da policial contra os moradores das comunidades. As revistas podem ser vistas pela sociedade como uma forma eficiente da polícia controlar a população – que como já foi descrito neste trabalho, são vistos pelo senso comum como coniventes com o crime.

Imagens do jornal O Dia:

Foto 13:



Foto 13 - Jornal: O Dia. Edição: 6 de maio de 2013. “Contra abuso de autoridade: Policiais das UPPs terão treinamento para lidar melhor com moradores de áreas pacificadas”.

Foto 14:



Foto 14 - Jornal: O Dia. Edição: 21 de setembro de 2012. “UPP monitora Rocinha através de sistema GPS: Central é montada em base para acompanhar a posição da tropa, facilitar seu deslocamento para ocorrências na comunidade e levantar ficha criminal de suspeitos”.

Buscamos ilustrar as imagens mais emblemáticas que estamparam as reportagens de ambos os jornais. Compreendemos ser difícil conseguir dar conta das diversas fotografias feitas pelo O Globo e O Dia, visto a quantidade de reportagens usadas para construir esta pesquisa. Escolhemos deixar junto da foto as legendas originais, por entender que elas ajudam a compreender a fotografia e a mensurar a importância que os jornais deram a elas. Algumas não apresentavam legendas.

4. VIOLÊNCIA, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MEDO NO RIO DE JANEIRO.

Nas últimas décadas, em consequência a uma crescente intensificação coletiva de sentimento de insegurança pessoal, a população tem dado especial atenção aos problemas relativos à ordem pública e dado notoriedade à dificuldade que as agências de controle e repressão ao crime encontram para promover a administração de justiça.

A política de segurança atual é fruto da forte influência do período da ditadura militar no Brasil, que instaurou o discurso de uma política punitiva de combate ao crime organizado, que extermina os pobres e negros. Segundo Zaluar (2004), o crime organizado pode ameaçar a segurança e a economia dos países, e é o maior obstáculo dos governos para garantir a segurança e estabilidade nacional.

De acordo com Silva (2010), muitas pesquisas, ainda que haja dificuldade em mensurar o fenômeno, abordam o crescimento da quantidade de crimes violentos ocorridos no Brasil nos últimos anos. Em função deste fenômeno, vem-se produzindo discussões e propostas sobre políticas de segurança, com o propósito de “recuperar” a ordem pública que é constantemente vista como ameaça, que são aqueles que geram a violência urbana e geram o “caos urbano”.

O processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro que gerou a segregação espacial das populações favoreceu que o tráfico se concentrasse nas favelas e periferias da cidade, chamados de “territórios da pobreza”, afetando profundamente a imagem pública destes territórios. As favelas são o “lugar central” das ações do crime violento, causados pela intensidade de violência e repressão do tráfico. As “bocas de fumo”, por exemplo, encontram facilidade para se estabelecer nestes locais devido ao fato dos sistemas políticos-institucionais, que propõe a garantia do controle e da proteção social, não terem forças o suficiente nestes espaços se comparados aos demais locais da cidade. Porém, é importante lembrar que os serviços públicos deficientes, a submissão política, o excesso de trabalhos informais, e etc., não quer dizer que exista ausência do Estado e de sua administração nas favelas. Deste modo, Machado da Silva (2010) reitera que: “Ao menos no Rio de Janeiro, os ‘portadores’ da ‘sociabilidade violenta’ são, tipicamente (mas não exclusivamente), os bandos de traficantes responsáveis pelo funcionamento das ‘bocas’ tendencialmente localizadas nos ‘territórios da pobreza’” (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 286).

Neste sentido, as relações interpessoais são convertidas em medo, insegurança e desconfiança. As rotinas são fragmentadas e estimulam o isolamento e o afastamento de maneira que seja possível evitar o “outro”.

“As classes perigosas’ reaparecem, assim, encarnadas no ‘vizinho diferente’, com o perigo e a desconfiança envolvidos na relação com o Outro sendo definidos no imediatismo da ameaça à integridade física e patrimonial de cada um, que são pressupostos da continuidade regular das atividades rotineiras” (MACHADO DA SILVA, 2010. P. 287).

O regime militar vivido no Brasil e sua forte ideologia de segurança nacional fortaleceu a ideia pública de controle social. Algumas transformações ocorreram, e uma delas foi a militarização da polícia, que mudou o eixo de sua atuação repressiva, que antes atuava em atividades de rotina para combater o crime comum, para combater questões classificadas como de segurança do Estado. Estas mudanças ocorridas há décadas atrás são o que Machado da Silva (2010) considera como a base para o atual problema de segurança pública: a mudança do controle rotineiro para a que concerne à segurança do Estado, e a militarização e o fortalecimento dos aparelhos policiais.⁵⁷

Em resumo, a década de 1980 favoreceu o debate em torno do controle do crime violento, que por consequência caracterizava-se pelo controle das camadas mais pobres da sociedade. Atualmente, para manter-se a ordem pública é travada uma guerra contra as atividades que perturbam o prosseguimento rotineiro da vida social (considerando apenas as dinâmicas das atividades cotidianas dos bairros centrais e das atividades produtivas ao capital), caracterizado como culpa dos “favelados”, pois é o tipo ideal da alteridade que deve ser afastado dos demais. Sendo assim, cresce o apoio por duras ações de repressão praticados pela polícia.

As demandas de segurança e ordem tem se enquadrado cada vez mais à garantia de preservação das rotinas a partir do afastamento do “outro”. Para o presente trabalho, destacamos a política de segurança pública instaurada no governo de Sergio Cabral (2007 a 2014), com o propósito de “combate aos criminosos”. Neste sentido, as favelas são vistas pelo senso comum como o reduto dos criminosos que rompem com as rotinas da vida na cidade. Sendo assim, uma das ações das políticas de segurança pública, segundo Machado da Silva (2010), é definir o lugar das favelas na configuração da cidade, pois se trata de um problema habitacional e urbanístico.

⁵⁷ Sobre os processos históricos e definições da polícia militar como garantidora da “doutrina da segurança nacional” ver os trabalhos de MUNIZ, Jaqueline (1999 e 2001).

Neste sentido, o senso comum constrói uma relação de causa entre marginalidade e crime. Para Peralva (2000), ainda que as ciências sociais não aceite a relação de causa entre pobreza e violência, sempre houve dificuldade em quebrar esta representação social, criticando aspectos e configurações da sociedade que estimulam e reforçam cotidianamente este imaginário na sociedade: a geografia das mortes violentas que se concentra nas periferias pobres em detrimento dos bairros ricos, a geografia das intervenções policiais e a geografia das populações carcerárias. Estes fatos sugerem uma aproximação incontestável, no entanto equivocada, entre pobreza e criminalidade.

Com o intuito de expressar o outro lado da moeda, Coelho (2005) pretende criticar o imaginário de criminalização da marginalidade⁵⁸. Baseado nos dados da cidade carioca na década de 70, grande parte dos presidiários tinham baixo rendimento de escolaridade – 80% dos presos tinham apenas o ensino primário concluído, e 51% dos presos eram compostos por artesãos e trabalhadores não especializados. Com estes números, fica evidente de que os dados influenciam a crença de que a maioria dos criminosos é marginal. Sem respostas para compreender a criminalidade, estas questões acabam por desenvolver uma subcultura marginal, de modo que:

“Ao tentar dar conta da criminalidade, especificamente, estas formulações tenham de postular como uma das consequências da operação do sistema urbano e a elaboração de uma subcultura geradora da criminalidade. É assim que essas teorias terminam por não serem teorias sobre a criminalidade urbana, mas teorias sobre a criminalidade do marginal urbano via postulação de uma subcultura marginal. Não é a pobreza em si que gera a criminalidade (pois, afinal de contas, as áreas rurais são mais pobres), mas a densidade da

⁵⁸ Coelho (2005) menciona que, em geral, a definição de marginalidade é a população que está desempregada, com subemprego ou na pobreza. Segundo o autor, este esquema de causalidade não é válido, uma vez que os conceitos utilizados nas coletas e interpretações de dados, são extremamente problemáticos. O autor menciona que apesar de que nos grandes centros urbanos os níveis de renda e o desemprego sejam mais elevados, a pobreza esta mais concentrada nestes espaços e as desigualdades de renda também são maiores, pois o mercado de trabalho torna-se mais reduzido para os pobres. As áreas rurais (ou menos urbanizadas), em geral, se associam a crimes contra a pessoa, enquanto as áreas urbanas, caracterizam-se por desenvolver maiores taxas de crimes contra patrimônios. Ao analisar outro indicador, como o numero de prisões por cem mil habitantes da população total, confirma-se que a criminalidade tende a acontecer nos centros urbanos. Neste sentido, a distribuição geográfica da população na cidade de acordo com o seu status sócio econômico, mostra-nos que na América Latina as zonas centrais da cidade são típicos locais de residência de pessoas mais ricas, enquanto as mais pobres, concentram-se nas periferias. O autor chama atenção para o caso da cidade do Rio de Janeiro, visto que a zona sul, por exemplo, abriga as favelas com a maior parte da população com menos de um salário mínimo, enquanto o bairro do Méier tem grande parte da população com nível de renda relativamente alto. Assim, no Rio de Janeiro, as regiões mais populosas contribuem com o maior numero de delinquentes, e as zonas periféricas que acabam contribuindo proporcionalmente para a massa presidiária.

pobreza ao permitir a elaboração da subcultura marginal” (COELHO, 2005, p. 152).

Neste sentido, os estudos de ecologia urbana, segundo Coelho (2005) foram importantes para mapear as áreas que a criminalidade e marginalidade estavam, supostamente próximas.

“Este vício consistia que as próprias análises ecológicas eram (e ainda são) tendenciosas, por se apoiarem em estatísticas oficiais: os crimes conhecidos da polícia (queixas registradas, denúncias ou ocorrências comunicadas aos órgãos policiais) e prisões efetuadas. E ambas tem reduzido grau de validade. Sabe-se que as estatísticas oficiais refletem a propensão diferenciada das diversas camadas sociais em registrar queixas relativas a certos crimes, ou comunicar ocorrências criminosas. Assaltos sexuais, por exemplo, raramente são levados ao conhecimento da polícia, sobretudo quando a vítima e/ou agressor são de classe média ou alta. O mesmo ocorre com sedução, raramente vista como crime nas classes de status socioeconômico mais alto. Nestes segmentos sociais, também ocorrências como furtos, roubo e agressão física grave são tratados privativamente, sem envolvimento policial. Sendo estas ocorrências definidas legalmente como crimes, presume-se daí que as estatísticas oficiais subestimam por ampla margem a criminalidade nas classes média e alta” (Op.Cit, 2005, 153).

A subcultura da marginalidade, então, acaba por definir culturalmente o que é crime, e, sobretudo, quem é criminoso, estigmatizando cada vez mais a população mais pobre. Segundo Misse (2006), o crime ocorre em qualquer classe social, no entanto, existem classificações específicas do que é considerado crime. Assim como as punições, as classificações estão relacionadas à classe social do agente. Para o autor, o fato das penitenciárias no Brasil terem a população carcerária de 90% a 95% considerados como pobres, não quer dizer que a maioria dos criminosos sejam pobres, nem que a pobreza é a causa da criminalidade. O que ocorre é que os aparelhos de combate ao crime punem mais certos tipos de agentes e de ações que outros, e que em grande parte, os crimes cometidos são de reação moral e social – crimes violentos de coação física. O que nos importa mostrar é que, a ideia de causalidade da bandidagem no Brasil é proveniente da ideia que a maioria dos agentes são de camadas pobres, porém, em contradição a esta teoria, a maior parte dos pobres não optam pela vida criminal.

Zaluar (2004) também acredita ser um problema associar crime e marginalidade. Segundo ela, em Anhanguera município pobre de São Paulo, a taxa de homicídio em 2000 era menor que em muitas áreas ricas, e muitas cidades com altos índices de desigualdade e pobreza apresentam baixas taxas de criminalidade. No entanto, é importante ressaltarmos que os homicídios decorrentes do crime organizado sofrem com a impunidade provocada pela

convivência ou desinteresse policial, contribuindo para o aumento da morte de homens jovens e negros.

“Quanto à impunidade no caso de homicídios, possível indicio de que o crime organizado intimida as testemunhas e corrompe policiais, apenas 4,6% dos boletins de ocorrência (BO), em São Paulo registram a autoria e o motivo do crime. Para a elucidação do homicídio, é evidente que esses dois elementos são fundamentais” (ZALUAR 2004, p. 350).

Misse (2006), quando aborda as teses equivocadas sobre a violência urbana no Brasil, mostra que a pobreza não é a causa da criminalidade, de modo que:

“Se a pobreza causasse o crime, a maioria dos pobres seria criminosa, e não é; 2) a maioria esmagadora dos presos é de pobres, pretos e desocupados porque a polícia segue um ‘roteiro típico’ que já associa de antemão a pobreza (ou a marginalidade e também os negros e os desocupados) com a criminalidade; 3) os próprios pobres declaram nas pesquisas de que não se identificam com nenhuma carreira criminal, pois são ‘trabalhadores honestos’. Além disso, a ‘tese’ não explica porque a maioria dos criminosos pobres é masculina e jovem” (MISSE, 2006, p. 33).

Wieviorka (1997), destaca que cada período histórico apresenta um “repertório” específico da violência, e em meados do século passado houve uma mudança no novo paradigma da violência resultado do mundo contemporâneo. Os novos significados definem que, se antes na história, as lutas eram travadas especialmente pelo movimento operário contra a sua exploração, agora são travadas pela exclusão social, e aversão cultural e racial, configurando a violência mais moderna: a violência social. Assim, a violência não é somente uma reunião de práticas objetivas, mas também de representações.

O conflito, portanto, insere-se em uma representação decrescente de violência urbana fazendo-nos crer em apenas um tipo único de violência, uma violência de modo geral. Sendo assim, acreditar em um mal absoluto, remete a ideia de “guerra civil” e de “ausência de Estado”, este último culpado pela criminalidade social. Seguindo esta linha de interpretação, Misse (1999) declara não existir apenas uma violência, mas sim violências no plural com seus múltiplos significados.

“Não existe violência, mas violências, múltiplas, plurais, em diferentes graus de visibilidade, de abstração e de definição de suas alteridades. A violência é, em primeiro lugar, uma ideia, a tessitura de representações de uma idealidade negativa, que se define por contraposição, a outra identidade, positiva, de paz civil, de paz social ou de consenso, de justiça, de direito, de segurança, de integração e harmonia social” (Op.Cit. p.43).

Trata-se evidentemente, de ampliar e generalizar o significado de violência, para incluí-lo em demais esferas abstratas, como “quando se fala (e não metaforicamente) da violência das estruturas sociais, da violência do sistema, da violência das classes dominantes, da violência institucional do Estado, e assim por diante” (MISSE, 1999. P 45). E ainda, de afirmar que a múltipla representação de violência proporciona uma visão crítica de todas as formas e representações de violência. “Os nomes da violência, os rostos da violência, as formas da violência, o sentido da violência, as interpretações da violência, as descrições da violência, todas as violências não se deixam enclausurar numa representação uniforme, unívoca, inambígua” (Op. Cit. p, 46).

Porto (2002) acredita que o que se considera como violência varia de acordo com a natureza da sociedade, de modo que ela configura-se como um fenômeno plural, ou seja, não se pode falar em violência no singular “já que estamos confrontados com manifestações plurais de violência, cujas raízes e efeitos, igualmente múltiplos, apontam a existência de tipos diferenciados de violência” (PORTO, 2002, p. 153).

Deste modo, quando não estamos atrelados a operar com apenas um conceito de violência, utilizamos como ponto de referência uma “negatividade social” (MISSE, 1999) que inclui diversos tipos de ações e agentes sociais inseridos no “mundo do crime”. O que é incluído ou excluído deste mundo do crime é definido através do imaginário social sobre a categoria de bandido e dos atores sociais classificados como desviantes, ou ainda, daqueles que são classificados como sujeição criminal. São estas classificações que levam a tradicional, porém errônea, ligação entre pobreza urbana e a falta de mobilidade social à sujeição criminal.

Oliveira (2008) menciona que geralmente quando se fala em violência, fala-se do uso ilegítimo da força, de maneira que se “esquece” a agressão moral. O insulto moral é um aspecto importante do conflito, e por ser “imaterial” não é considerado uma agressão que merecesse reparo. O insulto moral caracteriza-se pela agressão a direitos e implica em negação ou desvalorização da identidade do outro.

“O insulto aparece então como uma agressão à dignidade da vítima, ou como a negação de uma obrigação moral, que ao menos em certos casos, significa um desrespeito a direitos que requerem respaldo institucional.” (OLIVEIRA, 2008. p. 137).

E acrescenta que:

“Na mesma direção, (...) a importância da dimensão moral dos direitos, mas sugere também que talvez não seja adequado falar em violência quando não houver agressão de ordem moral, dando sentido ao aparente paradoxo de que a “violência física”, sem um componente simbólico/ moral, seria apenas uma abstração, invertendo, de fato, a equação entre os pares material/simbólico, de um lado, e objetivo/ subjetivo, de outro.” (Op. Cit.).

Outro eixo interessante a ser pensado é a honra, que segundo Peristiany (1965) não é apenas mostrar aprovação ou reprovação de valores, mas estão inseridos também nas instituições e, sobretudo, nos juízos de valor de uma sociedade. A honra de uma pessoa perpassa pelos seus próprios julgamentos e os da sociedade. A honra é uma forma de conduta que requer determinada forma de tratamento, ou seja, para que alguém seja honrado, é necessário que a sociedade aceite a avaliação que faz de si para obter a reputação desejada.

“Honra que se sente é a honra que se reivindica e honra reivindicada transforma-se em honra recebida. Mas as coisas não são tão claras numa sociedade complexa em que é difícil obter um consenso geral uniforme. O valor de um indivíduo não é o mesmo para diferentes grupos e as autoridades podem, por sua vez, ter opinião sobre ele” (PERISTTANY, 1965, p. 14).

E ainda, a capacidade de designar a honra a outro homem depende da posição social dos dois sujeitos. A honra além de tudo é também, um atributo coletivo.

“Os grupos possuem uma honra coletiva de que os seus membros participam, a conduta desonrosa de um reflete-se na honra de todos, a honra do grupo é partilhada pelos membros individuais. Sou quem sou, implica, com quem acompanho” (Op. Cit., 1965. p. 25).

Ou seja, uma só pessoa representa todo o grupo a sua volta, e reflete a imagem da honra coletiva. Neste sentido, as favelas e comunidades periféricas sofrem com o estigma de ser o berço da violência e dos bandidos. E estas populações sofrem com a “desonra” e a sua desvalorização enquanto sujeito.

Portanto, Machado da Silva (2010) declara que uma das explicações que a sociedade propõe sobre o crime organizado é a crise moral e de autoridade da polícia e de instituições de repressão, como a incapacidade de cumprir suas atribuições acusadas pelas impunidades, corrupção, etc., de modo que a reestruturação da ordem pública depende do fortalecimento do Estado (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 118). Deste modo, a política de enfrentamento e combate ao inimigo, perpassa pela a posição hierárquica da polícia e pela desvalorização de determinados grupos sociais enquanto indivíduos e pela “guerra contra o inimigo” seguindo um “roteiro típico” de combate e enfrentamento.

Observado tudo isso, vê-se que o fantasma da causalidade entre pobreza e crime, é constituído pela crença de que todos os conflitos podem ser resolvidos pelo Estado. As classes dominantes acreditam que a privação de bens pode levar ao crime, e em consequência disso, cria-se um clima de horror na cidade e de aversão à pobreza. Os crimes cometidos pelos pobres, tem maior visibilidade social, maior reação moral e maior interesse público. Quando se fala em dialogar sobre temas como violência, crime e corrupção, nos aproximamos do discurso imediatista de políticas públicas, e sobretudo de um consenso intelectual, que pode levar-nos a cometer o erro de reproduzirmos discursos ao invés de proporcionar uma compreensão reflexiva. Os conceitos de violência urbana, criminalidade violenta, corrupção policial entre outros, estão tão carregados de estereótipos e representações que, praticamente, não conseguimos separar a ideologia criada em volta do objeto e o seu conceito propriamente dito.

Partindo deste pressuposto, Porto (2002) analisa que as representações sociais são fruto de experiência individual, que ocorrem de acordo com a inserção do indivíduo na sociedade, e podem expressar visões de mundo e orientar condutas. Neste sentido, a mídia torna-se um meio de “estruturação de sociabilidades violentas” quando enfatiza o fenômeno violento em suas reportagens, já que a violência passa a ser, portanto, um canal para afirmar e reafirmar constantemente identidades socialmente negadas, podendo implicar na forma da representação social da violência. Os meios de comunicação contribuem para o imaginário popular, e conseqüentemente, para construir o que representa o fenômeno da violência.

“A violência passa a ser consumida num movimento dinâmico em que o consumo participa também do processo de sua produção, ainda que como representação. Também como representação multiplicam-se as categorias de percepção da violência. Neste sentido, é unânime a representação segundo a qual os meios funcionam como um tipo de tribunal do júri, antecipando ou dando o tom, em termos da condenação e absolvição de um suspeito.” (PORTO, 2002, p.163).

Como os sistemas de informação são organizados empresarialmente, ou seja, dependem da demanda do mercado, e a violência, neste sentido, é uma “mercadoria” que vende bem, o modo como a mídia mostra as pessoas expostas à violência acaba por transformar esta violência em algo “irreal”, causado pela repetição, trivializando o fenômeno. Neste sentido, os meios de comunicação contribuem para o imaginário popular, e ao fazer isso, constituem o que representa o fenômeno violência.

De acordo com Almeida (2009), os estudos sobre representações sociais permitem analisar e compreender os fenômenos sociais. Neste sentido, a inserção social dos sujeitos determina suas representações e isso torna imprescindível relacionar,

“explicações de ordem individual com explicações de ordem societal, evidenciando que os processos de que os indivíduos dispõem para funcionar em sociedade são orientados por dinâmicas sociais (interacionais, posicionais ou valores e de crenças gerais”. (ALMEIDA, 2009, p.719).

A abordagem societal para explicar as representações sociais, enfatiza as crenças, processos de avaliações e normas sociais, e pressupõe que ideologias culturais podem dar significado aos comportamentos dos indivíduos e criam diferenciações sociais. Portanto, o resultado das representações é fruto das relações entre grupos, e os estereótipos aparecem com maior ênfase quando “membros de uma categoria social se encontram com membros de outra categoria”. (ALMEIDA, 2009, p.726)

Para exemplificar, podemos perceber como a mídia, veicula reportagens jornalísticas que enfatizam estereótipos e as representações sociais. Após a implementação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Morro da Providência, a reportagem do jornal O Dia expõe que crianças e jovens da favela praticam aulas de caratê ministradas por um cabo da Polícia Militar que atua naquela UPP. O senso comum acredita que práticas esportivas e culturais, são imprescindíveis nas comunidades, pois tem a capacidade de afastar as crianças e os jovens do crime – a ociosidade seria a porta de entrada para ações criminosas - já que são vistas como potencialmente perigosas, além do esporte e delegar responsabilidade e melhorias comportamentais.

“Onze alunos de caratê da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Morro da Providência, no Centro, foram recebidos ontem na comunidade como verdadeiros atletas olímpicos (...). As aulas na sede da UPP começaram a pouco mais de um ano. No início, muitos moradores viam a iniciativa com desconfiança e tentaram evitar que os filhos participassem. Hoje a procura é tanta, que o professor, cabo da PM Hernani Barbosa, 34 anos, não tem mais como aceitar mais alunos. Já são 150 crianças no tatame. ‘a expectativa era trazer uma medalha, mas voltamos com 22’, vibrou o professor que também dá aulas para 25 pais. **‘Mas o melhor é perceber a mudança no comportamento delas, dentro e fora de casa. Estão mais responsáveis e mais amigos, como verdadeiros samurais, ajudando uns aos outros, quando antes era cada um por si.** Como só deixo frequentar as aulas quem está matriculado na escola, a dedicação aos estudos é maior. Eu acompanho as notas’ ressaltou. A mudança foi percebida principalmente pelas mães,

‘meu filho tinha parado de ir ao colégio, mas voltou quando viu que seria cortado do caratê.’⁵⁹ (grifo nosso).

De acordo com Machado da Silva (1993), a definição de violência urbana não se limita apenas a regularidade das ações violentas, mas também a formas de condutas padronizadas, que desenvolve uma “dimensão prático-normativo”. Quando se fala em representações da violência urbana, enfatiza-se uma esfera específica da sociedade que “representa” modelos e comportamentos que reforçam as representações sociais. A violência urbana é uma representação social “fortemente presente na organização da conduta social, construindo conexões de sentido e modelos prescritivos de comportamento” (MACHADO DA SILVA, 1993, p. 134), ou seja, referem-se a crimes relacionados à propriedade privada, as ameaças à integridade física, bem como a modelos de conduta. Neste sentido, descreve o autor:

“As atribuições de sentido que caracterizam a representação da violência urbana privilegiam e destacam uma esfera da vida social, em cujo âmbito se constrói modelos de comportamento necessário e legitimamente obrigatórios, (do ponto de vista prático-normativo, pelo menos). Tanto as justificativas subjetivas para a aceitação desses modelos quanto seu caráter imperativo, parece ter escassa relação com motivos e garantias externas relacionadas a outras esferas da vida social”. (MACHADO DA SILVA, 1993, p.133).

Observamos que os jornais, O Dia e O Globo, afirmam em suas reportagens as representações sociais que envolvem as favelas e seus moradores. Discursos que afirmam as favelas como espaço da violência e do crime, são encontrados com facilidade em suas reportagens. Historicamente relacionada à marginalidade, os estereótipos se confirmam quando o discurso enfatiza a ação militarizada de “guerra” ao tráfico e pretende afirmar que toda a dimensão social está organizado na esfera ilegal, o que autorizaria o Estado a agir de forma autoritária e truculenta nestes territórios.

“Dois dos principais redutos do tráfico no Rio, o Complexo de Manguinhos e a favela do Jacarezinho vão finalmente ser ocupadas pelas forças de segurança pública. A ação, programada para este fim de semana, abrirá caminho para a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). A retomada do território em Manguinhos e no Jacarezinho vai beneficiar mais de 70 mil pessoas, entre moradores e população que circula pela região. Dominada pela facção criminosa Comando Vermelho (CV) há décadas, **a área se tornou uma das mais perigosas do Rio, devido aos intensos confrontos armados. Um grande aparato será usado pelas equipes das**

⁵⁹ Jornal: O Dia. Edição: 25 de setembro de 2010. “Da Providência para o alto do pódio: Crianças e adolescentes que tem aulas de caratê na UPP do Centro ganham 22 medalhas em campeonato brasileiro, em Salvador”.

polícias Militar, Civil e Rodoviária Federal. A operação deverá contar com o apoio de veículos blindados da Marinha, além dos ‘caveirões’ das polícias e alguns helicópteros.” ⁶⁰ (grifo nosso).

Os discursos jornalísticos de “pacificar” e “retomar” o território das favelas ao se referir às UPPs, nos lembram dos discursos higienistas do início do século XX, do prefeito Francisco Pereira Passos⁶¹, no qual compreendia os territórios da pobreza, os cortiços, como espaços de “patologia social”. Em uma reportagem que o jornal O Globo escreveu referindo-se a uma grande reportagem sobre a Unidade de Polícia Pacificadora na favela Cidade de Deus, escrita na revista inglesa *The Economist*, leva o leitor a crer que a UPP teve condições de mudar totalmente a realidade da favela e “expulsar” gradativamente o que se refere à “patologia” presentes neste território.

“Com a chamada de capa, a revista inglesa ‘The Economist’, em sua versão on-line, dedicou uma grande reportagem à Cidade de Deus, internacionalmente conhecida por causa do filme, que **chama atenção para as mudanças profundas ocorridas na favela, uma das mais violentas da cidade, desde a instalação, no ano passado, de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP)**. O artigo diz que o Estado reassumiu o controle do território e expulsou o tráfico, acabando com a presença ostensiva de bandidos armados, muitos adolescentes, nas ruas. Segundo a revista, uma facção criminosa havia implantado um reinado de terror graças à ‘incompetência brutal da polícia e à omissão das autoridades’. (...) Para a revista, o Rio passa por uma espécie de renascimento, um ‘momento mágico’, por sinal, título do artigo. O eixo central é sempre a Cidade de Deus, com seus mais de 60 mil moradores. O novo cenário é atribuído a uma força formada por 318 policiais da UPP”. ⁶² (grifo nosso).

O medo, a violência e os estereótipos de precariedades configuram a imagem construída pelo senso comum de favela carioca. É baseado nestes conceitos que políticas de segurança concentram seus esforços para melhorar a qualidade de vida na cidade. E, é também, sobre estes fenômenos que os discursos dos jornais enfatizam as representações sociais que envolvem as favelas.

⁶⁰ Jornal: O Dia. Edição: 11 de outubro de 2012. “Começa a Pacificação em Manguinhos e Jacarezinho: favelas serão ocupadas para a instalação de UPPs no próximo fim de semana”

⁶¹ A cidade do Rio de Janeiro era conhecida como “Porto Sujo”. A falta de planejamento urbano e de infraestrutura sanitária adequada tornou a cidade foco de diversas doenças, e acreditava-se que os cortiços e as ruas estreitas, tornavam a cidade insalubre e ajudava a disseminação de doenças. Para tal, foram feitas reformas urbanísticas promovidas pelo prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906, que pretendia modernizar a cidade e tomou como uma dessas medidas, a demolição dos cortiços – espaços da pobreza vistos como patologia social.

⁶² Jornal: O Globo. Edição: 12 de junho de 2010. “‘The Economist’: UPP muda cenário da Cidade de Deus: Revista inglesa diz que os bandidos armados já não são vistos nas ruas das favelas”.

“Armas, explosivos, drogas, motos roubadas, farda, lunetas, máquinas caça-níqueis e carros foram apreendidos no primeiro dia de ocupação da Rocinha e do Vidigal. A maior parte do material estava em tonéis enterrados nas áreas de mata. Quatro pessoas foram presas e menor foi apreendido (...). O arsenal inclui 15 fuzis, 20 pistolas, três granadas, submetralhadora, duas espingardas, 20 rojões, cerca de 15 mil projéteis, 61 bombas artesanais, 102 carregadores para fuzil e outros 56 de outros calibres. Maconha em pasta e refinada foi apreendida até em bexigas. No alto da Rocinha, cães farejaram dois machados – um com a inscrição ‘Bonde Picota’- e facões. Eles seriam usados em execuções. Os fuzis tinham dizeres como ‘Bonde do Mestre’- outro apelido de Nem (...).” ⁶³ (grifo nosso).

Neste sentido, fica claro que as falas dos jornais que reafirmam os estereótipos que envolvem as comunidades, contribuem para o sentimento de insegurança da população carioca. Os discursos contribuem para criar uma aversão e “horror” quando se fala de violência, desenvolvendo representações e significações, como exemplificado por Soares (1996):

“Eis de que se trata, enfim, quando se fala em ‘violência’: um cardápio de crimes, um catálogo de delitos, bastante objetivos, vividos pela população, na esquina, em casa, no transporte, no trabalho, passíveis de serem computados, agregados e classificados; e simultaneamente, conjuntos múltiplos de imagens, símbolos, fantasias, relatos, mitos e emoções, refratários ao cômputo numérico, às agregações e, frequentemente, inclusive às codificações que os reduzem a estruturas comuns, a ordens inteligíveis, a sentidos bem definidos” (SOARES, 1996, p. 166).

Não se pode negar a relação que se faz entre favela e insegurança nos discursos dos jornais, afirmados através de todo o aparato mercadológico que envolve a mídia. Assim, a sociedade civil já definiu o lugar número um do “risco” e os culpados pela violência na cidade. Machado da Silva (2008) ao descrever a violência urbana⁶⁴ reconhece que existe, através dela, uma forma específica de sociabilidade – a sociabilidade violenta. Segundo o autor, “pode-se apresentar a característica mais essencial da sociabilidade violenta como transformação da força, de meio de obtenção de interesses, no próprio princípio de coordenação das ações” (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 41). E acrescenta:

“No que diz respeito à sociabilidade violenta, esquematicamente temos o seguinte. Como estrato dominante “portador” desta ordem social estão os próprios criminosos, enquanto o restante da população afetada ocupa uma posição dominada, subalterna. No entanto, entre estas duas posições polares,

⁶³ Jornal: O Dia. Edição: 14 de novembro de 2011. “Choque de paz: Armas, munição, motos e carro roubados e material hospitalar no caminho da pacificação”.

⁶⁴ Para se compreender o conceito de violência urbana descrito pelo autor, ver Machado da Silva (1993).

há uma imensa nebulosa de situações intermediárias que devem ser consideradas, mas, segundo creio, ainda não são bem compreendidas. Elas ligam-se, de um lado, ao fato de que é preciso ‘aprender a ser agente’: não se nasce ‘portador’ da sociabilidade violenta, de modo que seria preciso indagar as trajetórias (ou, dito de outra maneira, o acúmulo de experiências) que podem conduzir ao engajamento nesta forma de vida”. (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 43).

Neste sentido, Machado da Silva (2008) reitera que a sociabilidade violenta é uma característica social das cidades no Brasil, e afeta principalmente as áreas mais pobres, como as favelas. Os moradores destes espaços, são os que mais sofrem com a sociabilidade violenta por estarem mais submetidos a ela, que os demais moradores da cidade. Nas favelas, a sociabilidade violenta gera medo, ameaças, desconfiança e submissão, representados pelo que se conhece popularmente como “lei do silêncio”. Ou seja, os moradores vivenciam situações de perigo cotidianamente, que os leva ao sentimento de insegurança constante e medo, modificando suas formas de sociabilidade.

Portanto, o sentimento de insegurança, medo e violência, constitui a percepção social dos “favelados”, de maneira que se criminaliza o pobre, o segmenta, e, sobretudo, “financia” discursos de políticas públicas de segurança que fomenta o confronto com os traficantes, e que tenha a favela e os seus moradores o foco principal (MACHADO DA SILVA, 2008).

5. CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como objetivo perceber se os discursos dos jornais o Globo e O Dia constroem as Unidades de Polícia Pacificadora como projeto ideal de segurança pública, que visa aumentar o sentimento de segurança da população, bem como, promover segurança comunitária. Para tanto, foram analisadas um total de 104 reportagens de ambos os jornais entre os anos de 2010 e 2013. Os capítulos trataram de discutir, além do papel político dos jornais sobre a construção de favelas como espaços da violência, do crime e do medo, e mostrar como as reportagens expressam os estereótipos e representações sociais sobre as favelas, mas também sobre o que os pesquisadores da área de ciências sociais discursam sobre o tema.

Sendo assim, cabe ressaltar que observamos que ambos os jornais não discursam criticamente a respeito de o projeto militar ou das ações estabelecidas pelo governo para enfrentar os problemas ocasionados pela Unidade de Polícia Pacificadora. Os jornais se limitam a ser factuais, e descrevem com certa objetividade os acontecimentos. Isso foi visto até mesmo nas reportagens acerca do caso Amarildo, onde não foram encontrados discursos críticos com relação à atitude dos policiais. E para, além disso, os jornais concebem em seus discursos a UPP como um projeto para controlar a criminalidade do Rio de Janeiro, que segundo eles, a presença permanente da polícia nos morros desarticularia o tráfico de drogas presente na favela, e por consequência, enfraqueceria o poder paralelo. Não encontramos discursos que compreende a UPP como um projeto que reconhece os moradores como sujeitos de direitos, em especial, não estar submisso ao poder do tráfico. Discursam, também, para dizer que as unidades são uma força de ocupação, visto que elas não têm a capacidade de mudar a lógica estrutural das favelas. No momento em que a UPP entra na comunidade, aparece na mídia como a solução para a questão da violência. Este fato, é articulado pelos jornais para dizer que a segurança melhorou, mas como observamos através das análises das reportagens, a médio prazo, este discurso não se sustenta já que a UPP não consegue por fim ao crime organizado.

A pesar dos jornais relatarem os problemas que envolvem a UPP, eles pouco criticam, efetivamente, o projeto em seu discurso. Observou-se que após os relatos de problemas nas unidades, foram encontradas notícias sobre novas UPPs sendo implementadas, e nem assim, a mídia indicou discursos que pudessem instigar a sociedade e o próprio governo a repensar este modelo de segurança pública. Pelo contrário, retomaram-se as falas de valorização do

projeto. Visto isso, compreende-se que ambos os jornais concebem a Unidade de Polícia Pacificadora como um modelo de relativo sucesso para a política pública de segurança.

Assim, como questão central desta pesquisa que propõe perceber se a mídia, representada por ambos os jornais mencionados, concebem a Unidade de Polícia Pacificadora como um ideal de segurança pública, as análises nos mostram que, de fato, os jornais partem do princípio que a UPP é referência atual de poder, capaz de “gerenciar” a segurança e a vida na cidade – apenas de alguns, diga-se de passagem. Também foi observado que a mídia constrói reportagens acrílicas e um tanto influenciadoras, que podem caracterizar suas intenções - discursos que visam interesses econômicos e políticos, com o propósito de vender a imagem de resultados imediatos, confirmam a UPP como a melhor política pública do governo Sérgio Cabral como solução para a segurança.

Os discursos, de modo geral, homogeneizam a concepção de favela, e não se dão conta de que cada uma tem suas características próprias, o que requer demandas particulares e ações específicas voltadas para cada uma delas. O que pode dar certo em uma UPP, pode não dar em outra. Ou seja, os discursos são generalizantes com relação aos benefícios gerados nas comunidades. E mais que isso: muitas vezes não especificam a que tipo de benefícios se refere. Generalizar o que se compreende por favela, é limita-las e restringi-las aos estereótipos que envolvem os territórios da pobreza. A ideia de favela mencionada pelos jornais é reduzida apenas pelo que não se tem: infraestrutura adequada e ausência de ordem, muitas vezes estampadas por fotografias dos morros e da população em sua pior situação. Silva (2007) em “Mídia e Violência” argumenta que muitas problemáticas envolvem a cobertura de temas sobre segurança e violência e que os valores que orientam o olhar do jornalismo sobre as classes mais populares, precisam ser avaliados criticamente para que haja avanços na cobertura dos temas. A mídia contribui para a perpetuação e divulgação de estereótipo, quando em suas fotografias que estampam os jornais, retrata os setores populares nas suas piores condições: apresentam o pobre “mal vestido, despenteados, cercado por crianças sujas, com aspectos malcuidadas” (RAMOS & PAIVA, 2007, p. 95), sem se preocupar em apresenta-los em sua pior condição. Neste sentido, o conjunto do ambiente e dos sujeitos, aliados aos estereótipos de reprodutores do crime, faz o leitor concordar que colocar a polícia nos morros seria a melhor solução que se tem para prevenir a criminalidade e controlar moralmente a população, e mais do que isso, “pacificar” a cidade “vitrine” do país.

Portanto, a noção que a mídia criou para falar de sucesso em relação às UPPs, é a redução de tiros e confrontos armados tanto na “ocupação” dos morros quanto após a permanência da polícia, expresso com bastante frequência em ambos os jornais, através da

concepção de “paz”. E contraditoriamente, não procuram questionar as ocorrências policiais altamente militarizadas com a presença do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) e Batalhão de Polícia Choque (BPChoque) para levar cidadania ao morro e segurança a cidade. É interessante observar que ao enfatizar as notícias que utilizam o conflito armado e a ocorrência policial militarizada nas favelas, a mídia valoriza as soluções bélicas para o problema da segurança pública. Os discursos de “paz”, portanto, é uma “paz armada” que produz a morte de policiais e moradores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. LAMIM, Cristiane. **Segurança Pública e Violência: o Estado está cumprindo o seu papel?** / Renato Sérgio de Lima , Liana de Paula (organizadores). – 1. Ed., 1 impressão .- São Paulo: Contexto, 2008. “Medo, violência e insegurança”.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *A indústria cultural – o iluminismo como mistificação das massas*. In: Indústria cultural e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALBERNAZ, Elizabete; CARUSO, Haydee e PATRICIO, Luciane. Tensões e desafio de um policiamento comunitários em favelas do Rio de Janeiro. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v 21, n 2, p 39-52, jul/dez, 2007
- ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. **Abordagem societal das representações sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v.24,n.3,p.713-737, set./dez. 2009.
- BAKHTINIANA, **Sobre o acontecimento discursivo em Pêcheux**. SP, v. 1, n. 2, p. 165-182, 2º semestre de 2009.
- BATISTA, Vera Malaguti. Entrevista com Vera Malaguti Batista, divulgada no Blog Vozes da Rua, disponível em <<http://a-voz-das-ruas.blogspot.com.br/>>. Acesso em Dezembro de 2013.
- BECKER, Howard S. **Falando da Sociedade: Ensaio sobre as diferentes maneiras de representação social**. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.
- BLANCO, Antônio Carlos Carballo. **Grupamento de Policiamento em áreas Especiais: uma experiência-piloto**. Monografia de graduação, UERJ, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, ed. 1997
- CALDEIRA, Teresa Pires. **Cidade de Muros**. São Paulo: EDUSP e Editora 34. 2000.
- CELLARD, ANDRÉ. Análise Documental, in: **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: 2012.
- CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth (organizador). **Do Patrulhamento ao Policiamento comunitário**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.
- _____. **Remilitarização da segurança pública: a operação Rio**. In: Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. Instituto Carioca de Criminologia. Ano I, n. 1. (jan./jun. 1996) – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- CHAMPAGNE, PATRICK. **Formar a Opinião: o novo jogo político**.1996.
- COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.
- DAS, Veena. **El Estado Y sus Márgenes. Etnografías Comparadas**. Cadernos de Antropologia Social. N.27,UBA, 2008.
- DORNELLES, João Ricardo W. **Conflito e Segurança: Entre pombos e falcões**. Editora Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2003.
- FLEURY, Sônia. **Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta**. Sociologias vol.14 n. 30 Porto Alegre maio/ago. 2012.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 1970.
- GARLAND, David. **A Cultura do Controle: Crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Instituto Carioca de Criminologia, 2008. Editora Revan.
- GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas cariocas, acesso a direitos e políticas urbanas: práticas e discursos**. In.: Dispositivos Urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências/ Organizadoras: Patricia Birmam...[et. al.] - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Polícia e Direitos Humanos: Política de Segurança pública no Primeiro Governo Brizola [Rio de Janeiro: 1983-1986]** – Rio de Janeiro: Revan, abril de 2005.

JORNAL O DIA disponível em < <http://odia.ig.com.br>>. Acesso 2014.

JORNAL O GLOBO disponível em <<http://oglobo.oglobo.com/>>. Acesso em 2014.

LEITE, Márcia Pereira. **De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de “pacificação”**. In.: Dispositivos Urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências/ Organizadoras: Patricia Birmam...[et. al.] - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

_____. **Entre a ‘guerra’ e a ‘paz’: Unidades de Polícia Pacificadora e Gestão dos Territórios de Favelas no Rio de Janeiro**. In: Dossiê Unidades de Polícia Pacificadora – CEVIS. Revista Dilemas. Vol. 7 - n. 4 - OUT-NOV-DEZ – 2014.

_____. **Vida sob Cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. “Violência Urbana”, segurança pública e favelas – o caso do Rio de Janeiro atual. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, Maio/Agosto 2010.

_____. Afinal, qual é a das UPPs? www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br . Março de 2010.

_____. **As UPPs, as favelas e a sociabilidade no Rio de Janeiro atual**. In: **Margens da Violência: Subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro**. ABA, 2014.

_____. **SOCIABILIDADE VIOLENTA: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano**. Rev. Sociedade e Estado, Brasília, v.19, n. 1, p. 53 a 84, jan./jun. 2014.

_____. **Violência Urbana: Representações de uma Ordem Social**. In: Brasil Urbano; Cenários da Ordem e da Desordem. Elimar Pinheiro do Nascimento & Irllys Alencar F. Barreira (organizadores). Notrya, 1993.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio; LEITE, Márcia Pereira. **Continuidades e mudanças em favelas ‘pacificadas’: Apresentação ao dossiê Unidades de Polícia Pacificadora – Cevis**. In: Continuidades e Mudanças em Favelas ‘Pacificadas’: Dossiê Unidades de Polícia Pacificadora - Cevis. Revista Dilemas. Vol. 7 - n. 4 - OUT-NOV-DEZ – 2014.

MALAGUTI, Vera. Revista Carta Capital. “Uma guerra particular”, Entrevista com Vera Malagutti. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/uma-guerra-particular-8733.html>>. Acesso em jan. 2014.

MENEZES, Palloma Valle. **Os rumores da ‘pacificação’: a chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus**. In: Dossiê Unidades de Polícia Pacificadora – CEVIS. Revista Dilemas. Vol. 7 - n. 4 - OUT-NOV-DEZ – 2014.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: Estudos de sociologia do crime e da violência Urbana**. Coleção Conflitos, direitos e culturas. Ed. Lumen Juris. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Malandros, marginais e vagabundos & acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. RJ, 1999.

MUNIZ, Jaqueline. **A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional**. Security and Defense Studies Review. Vol. 1, Winter 2001.

- _____. **Ser Policial é, sobretudo, uma razão de ser. Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro. IUPERJ, tese de doutorado, 1999.
- ORLANDI, Eni P. **Michel Pêcheux e a Análise de Discurso.** Estudos da Língua(gem). Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Labeurb/IEL. 2011
- PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento.** Campinas, SP: Pontes, 1990.
- PORTO, Maria Stela Grossi. **Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea.** Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul/dez. 2012, p.152-171.
- _____. **Crenças, valores e representações sociais da violência.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez de 2006.
- RAMOS, Sílvia; MUSUMECI, Leonarda. **Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência: Novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil.** Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.
- ROCHA, Lia de Mattos. **O “repertório dos projetos sociais”: política, mercado e controle social nas favelas cariocas.** In.: Dispositivos Urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências/ Organizadoras: Patricia Birmam...[et. al.] - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- SILVA, Edilson Márcio Almeida da. **Imprensa e processo de produção da verdade: Representações midiáticas das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro/ 2011- Brasil.**
- _____. **Jornalismo e construção social da realidade: notas sobre os critérios de representação da violência na imprensa carioca.** In: Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em Serviço Social, n.13, 2005.
- _____. **Notícias da “violência urbana”: um estudo antropológico.** Niterói, Editora Universidade Federal Fluminense, 2010.
- SOARES, Luiz Eduardo. **“Criminalidade urbana e violência: o Rio de Janeiro no contexto internacional”.** O Inominável, nosso medo. In: Violência e política no Rio de Janeiro/ Luiz Eduardo Soares e colaboradores – Rio de Janeiro: Relume Dumará: ISER, 1996.
- SOUZA, Luís Antônio Francisco. **“Direitos Humanos e Violência. A geografia do crime e a insegurança na cidade de São Paulo e na Região Metropolitana de São Paulo.** NEV, USP, 2002.
- ZALUAR, ALBA. **Integração Perversa: pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ZALUAR, ALBA. **Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização.** Revista São Paulo em Perspectiva, 13(3) 1999.

ANEXOS

Anexo 1 – Exemplo de reportagem sobre UPP no jornal O Dia. Edição: 5 de outubro de 2010. “Exército de 4 mil homens para combater o tráfico: Contingente será encarregado de pacificar Alemão, Maré Rocinha e Manguinhos.”

26

TERÇA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 2010 | O DIA

ÚLTIMAS NOTÍCIAS EM:
www.odia.com.br/rio

>> Tomógrafo móvel está em Nilópolis hoje, P, 63



>> Receba as últimas notícias de O Dia no seu celular

Tudo as últimas notícias direto do plantão de redação. Divulga em texto ou com o aplicativo PUA para o celular. R\$ 2,00 por mensagem.



rio de janeiro

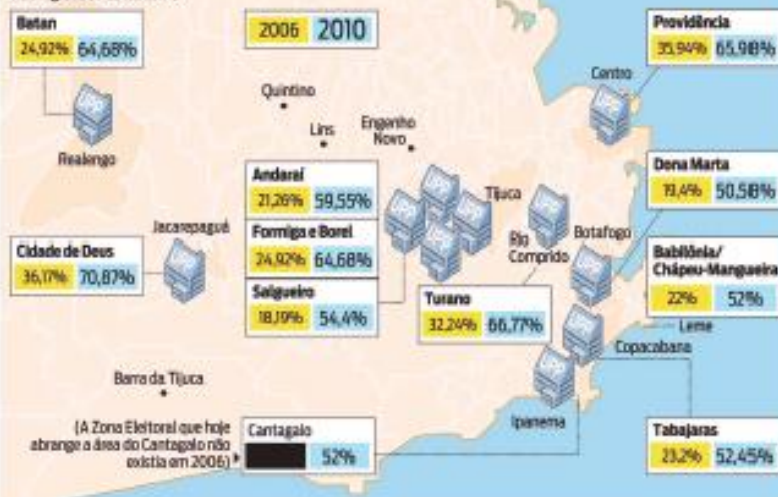
VERBA CURTA
verba@odiario.com.br

Uma tropa de 4 mil homens para enfrentar os maiores desafios da segurança pública de estado. Esse é o número de policiais militares que serão mobilizados para ocupar as áreas consideradas de maior risco da cidade: os complexos de Alemão, Maré, Manguinhos/Jacarecangue e Favela da Rocinha. Centenas de operações violentas e dominadas por criminosos com o maior poder bélico do estado, as comunidades receberão Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) até o fim de 2011, como anunciou o governador Sérgio Cabral. “Vamos retirar a presença do poder público. Acabou no Rio aquela história de marginal dominando territorialmente as comunidades”, prometeu.

De efetivo total previsto para as novas UPPs, 3 mil policiais serão designados somente para a unidade de Alemão. Os futuros soldados serão os cadetes entre 3.400 aprovados no último concurso para a Polícia Militar, realizado mês

Ocupação bem sucedida nas urnas

Desempenho eleitoral do governador Sérgio Cabral nas regiões onde há UPPs



Comunidades serão ocupadas até o fim de 2011, conforme anunciou o governador reeleito Sérgio Cabral

passado, que teve mais de 88 mil inscritos. Em entrevista a O DIA na semana do exame, Cabral anunciou que pretende ampliar para 7 mil o número de convocados em 2011.

Das quatro comunidades anunciadas, a única que já tem data prevista é a de Manguinhos e Jacarecangue: o processo de pacificação pode ocorrer a partir de maio, prazo para a inauguração da Cidade da Polícia, o complexo erguido ao lado da favela que vai abrigar 16 delegacias especializadas. A construção deve pôr fim à livre circulação de violadores e de traficantes armados, que alertaram moradores nas eleições dos Democratas e Dem Helder Câmara. “Há será o primeiro passo rumo à pacificação

Exército de 4 mil homens para combater o tráfico

Contingente será encarregado de pacificar Alemão, Maré, Rocinha e Manguinhos

diária comunidade”, garantiu o governador a O DIA.

Outra estratégia para levar paz às comunidades será aumentar o quadro do Batalhão de Operações Especiais. Responsável pela primeira etapa das ocupações, a unidade já conta com 400 policiais e deve dobrar a efetivo até 2011. Mas a ideia é que novos policiais sejam integrados ao batalhão já no ano que vem.

Na proposta do governo encaminhada à Alerj, a previsão é de que R\$ 13,1 bilhões do orçamento de 2011 seja destinada à criação de 10 novas UPPs. Algumas delas devem contemplar comunidades da Estrada Fluminense.

BATALHÃO

7 MIL

Número de aprovados no último concurso da PM que poderão ser convocados. A ideia do governador Cabral é ampliar o número de vagas inicialmente previsto para 3.400 novos policiais.

2 MIL

Estimativa de policiais para ocuparem a UPP de Complexo de Alemão. O governo também estuda aumentar o efetivo do BPE, que deve dobrar até 2011.

Poderio bélico é o desafio

» O desafio para ocupar o Complexo de Alemão é enfrentar uma das quadrilhas mais bem armadas e que reúne boa parte de bandos feragidos das 12 favelas já ocupadas pelas UPPs. Já entre 2007 e 2009, a polícia apreendeu 400 armas em ações na Alemão e no vizinho Complexo da Penha, mas o arsenal hoje pode ser maior.

As dificuldades também esbarram na Rocinha, principal entreposto

de drogas da Zona Sul e cujo quadrilha possui grande poderio bélico. Em agosto, traficantes espalharam pólvora por São Conrado e firearam 36 reféns no Hotel Intercontinental.

As urnas mostraram que o governador Sérgio Cabral obtém excelente desempenho nas zonas eleitorais próximas a UPPs. Em comparação com a eleição de 2006, houve expressivo crescimento na votação nessas regiões.

Anexo 2– Exemplo de reportagem sobre UPP no jornal O Dia. Edição: 29 de fevereiro de 2012. “ Na bagagem, peixe para presentear traficante: Ex- comandante da UPP São Carlos diz por torpedos que trouxe pirarucu da Amazônia para chefe do tráfico de quem receberia propina e sugere morte de tenente”.

rio de janeiro

EXCLUSIVO

RAMO DA MÉRITO
polícia/militar/politica@o2net.br

Por mais de 30 dias pela Polícia Federal, o capitão PM Adjaldo Luiz Piedade Pinheiro, ex-comandante da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do São Carlos, tinha relação tão próxima com o tráfico local que, após viajar com a família para o Norte do País, em outubro, trouxe na bagagem peixe tipo o da Amazônia para o traficante Sandro Luiz de Paula Amorim, curiosamente conhecido como Peixe. Piedade também é suspeito de tramar a morte de um tenente da Polícia Militar.

Essas informações constam em processo contra o capitão na Justiça Estadual. O presente ao traficante é mais um traço de como o comandante se misturava aos bandidos. Dias antes de o oficial ser exonerado do cargo, em outubro, Piedade trouxe mensagem de texto através de tele-



O capitão Piedade também é acusado de planejar a morte de um tenente da PM, de acordo com investigações remetidas à Justiça

NÚMEROS

R\$ 15 MIL

Valor da propina paga por semana pelo tráfico ao ex-líder comandante Piedade

19

mandados de prisão foram expedidos contra PMs traficantes do São Carlos

Na bagagem, peixe para presentear traficante

Ex-comandante da UPP São Carlos diz por torpedos que trouxe pirarucu da Amazônia para chefe do tráfico de quem receberia propina e sugere morte de tenente. Está preso

fone celular com um homem não identificado.

“Vamos ‘passar’ (matar) o tenente. Ele vai ficar igual a Eliza Samadão”, escreveu e horrores ao então comandante da UPP, no dia 26 de outubro, fazendo alusão à modelo e ex-amante do goleiro Bruno da Souza, assassinada e cujo corpo jamais apareceu.

As investigações não chegaram a apontar se o tenente feita assassinado, nem qual seria o nome correto dele. Mas, de acordo com as informações remetidas à Justiça, pelo menos um policial militar teria irritado o comandante. Identificado pelas investigações como Fimentel, o PM teria provocado a ira de Piedade por ter contado ao traficante que o capitão havia perdido o cargo na UPP.

“Aquele bicho de Fimentel falou pro amigo que eu

vou sair, aquele filho da (...). disse o comandante para um subordinado, sobre Fimentel, que também era da UPP.”

O termo ‘amigo’, segundo as investigações, era como Piedade se referia ao traficante.

Peixe e Piedade foram presos pela Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE) da Polícia Federal. O capitão, dias antes do Carnaval, teve mandado de prisão expedido pela 1ª Vara Criminal, em decorrência da operação Boca Aberta. Um total de 19 mandados de prisão foi expedido, sendo 11 deles cumpridos até agora. Entre os presos, está o ex-policial militar que foi latado no São Carlos, o soldado Alexandre Duarte César de Oliveira. Já Peixe foi preso em novembro, também pela DRE, quando tentava fugir da Rocinha, às vésperas da operação para tratar a UPP.

ABRADO DE ANIVERSÁRIO

Bacalhau da Amazônia após viagem à terra natal

■ O pirarucu, também conhecido como bacalhau da Amazônia, que o capitão Piedade comprou para o traficante Peixe foi trazido como presente de aniversário, como mostra mensagens do PM com o bandido.

“É aí, meu velho, parabéns por mais um ano de vida. O amigo tem um bom contributo aí! Trouxe lá da Amazônia, pirarucu, um peixe seco, se o amigo quiser, mande pra você experimentar”, diz o capitão ao traficante, através de mensagem de texto, após desembarcar no Rio, em 3 de novembro, dois dias após Peixe completar 35 anos.



Sandro Luiz de Paula Amorim (1); o PM Alexandre Duarte (2); e o soldado Alexandre César de Oliveira (3)

■ Igualmente amazônico, o pirarucu é um dos maiores peixes da Bacia Amazônica, podendo atingir até 3 metros de comprimento. A viagem do comandante à sua terra natal ocorreu entre a última semana de outubro e a primeira de novembro. Foi neste período que o capitão perdeu o cargo, por suspeitas de corrupção. Além de Peixe, o relacionamento

do capitão Piedade e do soldado Duarte com o tráfico local se dava através do traficante Iranildo Domingos, o Nildo, foragido.

De acordo com a denúncia, Nildo monitorava as ações da PM no local e repassava informações para Peixe. Era Nildo que costumava verificar se o acordo com o capitão era cumprido.

Áreas com UPPs ainda têm tráfico e homicídios

Cerca de 70% dos 23 assassinatos no último ano teriam sido cometidos por bandidos que continuam nas favelas

Diego Coutinho
veja o relatório completo

As imagens de jovens sendo alvejados têm se tornado habituais em algumas ruas das favelas de drogas em São Paulo. Mas há menos notícias sobre assassinatos no período de férias. A maioria dos casos envolveu dois homens. O segundo que sofreu foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs. Em áreas onde há menos tráfico, a situação é diferente. Há relatos de assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

De acordo com o delegado José Mariano Beltrame, chefe de polícia do tráfico em São Paulo, há relatos de assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

A cidade de Deus tem quatro assassinatos. No mês recente, um assassinato de 31 anos foi cometido em uma área com UPPs em São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

A cidade de Deus tem quatro assassinatos. No mês recente, um assassinato de 31 anos foi cometido em uma área com UPPs em São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

A cidade de Deus tem quatro assassinatos. No mês recente, um assassinato de 31 anos foi cometido em uma área com UPPs em São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

A cidade de Deus tem quatro assassinatos. No mês recente, um assassinato de 31 anos foi cometido em uma área com UPPs em São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

A cidade de Deus tem quatro assassinatos. No mês recente, um assassinato de 31 anos foi cometido em uma área com UPPs em São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

PM é baleado por bandidos em Santa Teresa

No Centro, policiais tiraram tiros contra traficantes da Previdência e prenderam dois suspeitos

Roberto de Aguiar
veja o relatório completo

Do PM da UPP de Santa Teresa, no Centro, policiais tiraram tiros contra traficantes da Previdência e prenderam dois suspeitos. O crime ocorreu na madrugada de ontem em uma área com UPPs em São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

Do PM da UPP de Santa Teresa, no Centro, policiais tiraram tiros contra traficantes da Previdência e prenderam dois suspeitos. O crime ocorreu na madrugada de ontem em uma área com UPPs em São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

Do PM da UPP de Santa Teresa, no Centro, policiais tiraram tiros contra traficantes da Previdência e prenderam dois suspeitos. O crime ocorreu na madrugada de ontem em uma área com UPPs em São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

Do PM da UPP de Santa Teresa, no Centro, policiais tiraram tiros contra traficantes da Previdência e prenderam dois suspeitos. O crime ocorreu na madrugada de ontem em uma área com UPPs em São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

Do PM da UPP de Santa Teresa, no Centro, policiais tiraram tiros contra traficantes da Previdência e prenderam dois suspeitos. O crime ocorreu na madrugada de ontem em uma área com UPPs em São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

FOTO: DEDALDO PEREIRA/REDAÇÃO O GLOBO

ENTREVISTA
José Mariano Beltrame

'Quería diminuir a angústia da população'

Dizendo que a cidade de Deus, no Centro, é a cidade de Deus, o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, mantém o diálogo em relação ao projeto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e diz que a meta de 40 unidades está sendo alcançada. Ele diz que o plano que ele revelou que ainda está em fase de teste. A UPP será instalada no Centro, além de outras unidades de Segurança Pública. O secretário afirmou que está angustiado para levar o projeto até o fim e "para a cidade inteira". Segundo ele, bandidos de áreas pacificadas chegaram para outras regiões da cidade e até para o Pinheiral. Por fim, contou que, como polícia, tem o dever de garantir a segurança da população e não se importa apenas com a segurança. Ele disse que vai trabalhar para melhorar a perspectiva de desenvolvimento.

Diego Coutinho
veja o relatório completo

O GLOBO: Onde será a próxima UPP?
JOSÉ MARIANO BELTRAME: O UPP de São Paulo será instalado em uma área com UPPs em São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

O GLOBO: Há áreas com UPPs?
BELTRAME: Há áreas com UPPs em São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

O GLOBO: O plano de pacificação de áreas com UPPs está sendo alcançado?
BELTRAME: O plano de pacificação de áreas com UPPs está sendo alcançado. Ele disse que vai trabalhar para melhorar a perspectiva de desenvolvimento.



DESPEDIDA DO SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA, JOSÉ MARIANO BELTRAME, APÓS SEUS DISCURSOS NA UPP DE SANTA TERESA

de São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

de São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

de São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

de São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

de São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

de São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

de São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

de São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

de São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

de São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

de São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.



• ISSUEN COM GRANDE
O UPP de São Paulo será instalado em uma área com UPPs em São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

• HALLER TONERIA
O UPP de São Paulo será instalado em uma área com UPPs em São Paulo. O crime foi cometido por dois homens, um dos quais foi vítima de UPPs, mas foi levado para um hospital em outro bairro, onde morreu. Há relatos de outros assassinatos em áreas com UPPs, mas foram poucos. Um assassinato ocorreu em uma área com UPPs em 11 meses. Cerca de 70% (16) dos casos investigados pelo Ministério Público (MP) relatam relacionamentos de tráfico.

Estado fará encontros trimestrais no Alemão
Objetivo é manter diálogo com moradores de

Anexo 4- Exemplo de reportagem sobre UPP no Jornal O Globo. Edição: 19 de janeiro de 2012. “Vidigal e Chácara do Céu ganham a sua UPP: subcomandante já morou na área e decidiu entrar para a PM após ver sua família chorar com a violência do tráfico”.

Vidigal e Chácara do Céu ganham a sua UPP

Subcomandante já morou na área e decidiu entrar para a PM após ver sua família chorar com a violência do tráfico

Sistema Unifac:
gestão de ensino

Após uma finalização realizada na localidade de Igaratama, por causa do conflito familiar de casaca e casaca, o governador Sérgio Cabral inaugurou nesta tarde a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Bairro de Vidigal. É a 19ª UPP criada pelo governo do estado. Localizada em um dos 283 bairros mais pobres do Centro de Planejamento e Desenvolvimento de Praia Vermelha, a UPP de Vidigal pertence ao distrito de Vidigal, com sede na Avenida Presidente João Cabral, a principal via do bairro. A UPP do Vidigal terá como subcomandante o tenente-coronel da Polícia Militar (PM) Fábio Faria, que já mora na área há mais de 15 anos. O plano para a região, no entanto, prevê a criação de outras duas UPPs na Chácara do Céu e outra na região do Vidigal e da Avenida Niemeyer.

O subcomandante da UPP do Vidigal já recebeu de perto a realidade do tráfico que domina a região. Em 2004, a filha morreu de câncer, aos 22 anos, vítima de Vidigal e



FIGUEIRAS MILARIS distribui itens a crianças dos dois comunidades durante a inauguração da UPP

via sua família chorou quando viu a filha morrer quando ela estava em tratamento. Ela precisou se deslocar ao hospital da mãe. Quando morreu, ela estava a caminho de mudar a cidade.

Faria tentou descobrir a causa da morte, mas não conseguiu. Foi então que ele descobriu que a filha tinha sido vítima de um acidente de trânsito. Isso aconteceu quando ele estava indo trabalhar para a PM. Voltar ao Vidigal é o mesmo que voltar para casa.

O subcomandante da UPP do Vidigal é o capitão Fábio Faria, que passou por cinco batalhões, como 3º DPB-03/04, 347 BPM (Quilombo) e 137 BPM (Duque de Caxias). Ele é

casado, pai de dois filhos e tem 34 anos.

Cabral lembra que, até o fim da primeira semana, a situação era um caos. A situação era de desespero. A situação era de desespero. A situação era de desespero.

— O subcomandante da UPP e da Polícia Militar o maior objetivo do tráfico é a criminalidade, com 2.200 pessoas. A situação dos UPPs de 11 e de 15 bairros acontecerá no próximo semestre — disse Cabral.

Na subcomandante do bairro, o capitão Fábio Faria já mora há mais de 15 anos. Ele é casado e tem dois filhos. Ele decidiu voltar para a PM após ver sua família chorar com a violência do tráfico.

— Foi difícil a primeira semana, porque a gente tem que fazer a palavra cruzada de um lado e do outro. Muitas pessoas não sabem o que é tráfico, mas é uma coisa simples. É o fato que tem consciência dos seus direitos e dos seus deveres — disse Faria, para quem a pacificação dos dois bairros do Rio é um processo sem volta. — Foi o que aconteceu e o que vai acontecer.

Jogador Adriano é inocentado em inquérito policial

Ministério Público ainda vai decidir se oferece denúncia

O jogador Cristiano Adriano foi inocentado em inquérito policial sobre um suposto caso de tráfico de drogas. O Ministério Público ainda vai decidir se oferece denúncia.

Filhos de militares são presos assaltando táxi

Bandidos, detidos na fôla, usaram arma do pai de um deles e já tinham atacado outro táxi no Aterro

Alfonso Moraes
foto: Reprodução/Agência

Dois irmãos de 14 anos foram presos em um táxi, na madrugada de ontem, no Rio de Janeiro, quando assaltaram um táxi. Um dos bandidos é filho de um sargento do Corpo de Bombeiros e o outro, de um sargento da Armada. Os dois estavam usando um revólver calibre 38, que pertence ao pai de um deles, de acordo com a polícia.



OS DOIS SÃO O FILHO DO SARGENTO DO CORPO DE BOMBEIROS E O FILHO DE UM SARGENTO DA ARMADA

Fábio Henrique Lopes Soares (filho de um sargento dos bombeiros) e o sargento da Polícia Militar (filho de um sargento da Armada) foram presos em um táxi no Aterro do Flamengo. Os dois estavam usando um revólver calibre 38, que pertence ao pai de um deles, de acordo com a polícia.

Os dois irmãos foram presos em um táxi no Aterro do Flamengo, no bairro de Botafogo. Os dois estavam usando um revólver calibre 38, que pertence ao pai de um deles, de acordo com a polícia.

SuperVia é multada em R\$ 100 mil por atrasos

Na sentença, juiz diz que população tem direito a serviço rápido; concessionária pode recorrer

EMBAIXATRIZ DIVA JABOR GRIGIO
A melhor companhia em qualquer ocasião para a Missão de P. Dia e em qualquer situação. 10:30 horas, no Espaço Vitoria D'Almeida, Rio de Janeiro.

RAMIRO SARAIVA GUERREIRO
1 ano de estudos
Sua família pede aos amigos uma oração por sua alma e antecipadamente agradece.

2543-4334 **CARLOS ALBERTO ZIGNAGO FIUZA**

Anexo 6 – Exemplo de reportagem sobre UPP no Jornal O Globo. Edição: 3 de novembro de 2011. “No ritmo da pacificação: Berço do samba, Mangueira ganha hoje a 18ª UPP, a maior do Rio, após passar mais de quatro meses ocupada pelo Bope”.

RIO

Substância
uma reportagem sobre

“Sabe quando se acorda quando há uma explosão de segurança, a segurança da cidade?”
Da mesma forma, a polícia tem a sua parte a desempenhar no combate ao crime organizado. Mas a Mangueira não é exceção. Desde a chegada da 18ª UPP, os moradores não param de fazer perguntas sobre a situação da segurança. Mas, para os moradores, a situação não mudou muito. A situação da segurança não mudou muito. A situação da segurança não mudou muito.

No ritmo da pacificação

Berço do samba, Mangueira ganha hoje a 18ª UPP, a maior do Rio, após passar mais de quatro meses ocupada pelo Bope



ORLANDO BRINCOFF no playground em frente a uma das casas da UPP de Mangueira, no bairro de Tuiuti, mais unidade de pacificação em benefício aos moradores.

Passada a primeira fase crítica, a Mangueira tem a 18ª UPP do Rio, chegando a 183 mil pessoas beneficiadas. Atualmente em cerca de 1,2 milhão beneficiadas indiretamente pelo programa de pacificação, de acordo com o Secretário de Segurança.

No caso da Mangueira, pelo menos 20 mil moradores serão beneficiados, incluindo além de 15 mil na Mangueira, os moradores de Maré, da Tijuca, da Pava, da Candelária, da Moura, da Barreira da Graça, da Tatuagem, da Maré, da Ilha do Fundão e da Ilha do Governador. A nova UPP — com 405 PAs, a maioria delas multifamiliares — inclui a criação de segurança no entorno de Maré, pela da Ilha do Governador de Maré de 2011, e que já tem outras duas UPPs: São João, Maré, São Carlos, Coqueiros, Tatuagem, Prateres, Jardim, Salgueiros, Ilha do Fundão e Pava. Agora, um desafio não é fácil: trazer de volta a vida normal para a guerra de facções na Vila.

Música será um trunfo da polícia

• Nas proximidades do local onde se encontra a UPP de Mangueira, a Praça da Candelária, haverá uma festa com shows de Tatiou, do Tatiou e do Samba (Quero), o ritmo mais de identificação. A apresentação de shows de samba, de 11 anos, também, será que começa a segurança local, mas não é o mesmo para quem tem uma vida normal. Mas, não tem mais uma realidade melhor.

— Já passou a parte de ocupação, mas ainda não acabou. Felizmente, não houve problemas. Agora, os desafios serão trazer uma população. É o mesmo que já está lá, mas não é o mesmo que já está lá.



“Na primeira noite de ocupação, não foram com medo. Felizmente, não houve problemas. Agora, os desafios serão trazer uma população. É o mesmo que já está lá, mas não é o mesmo que já está lá.

”

Uma citação de Manoel Otávio, secretário de Mangueira.

• Nas proximidades do local onde se encontra a UPP de Mangueira, a Praça da Candelária, haverá uma festa com shows de Tatiou, do Tatiou e do Samba (Quero), o ritmo mais de identificação. A apresentação de shows de samba, de 11 anos, também, será que começa a segurança local, mas não é o mesmo para quem tem uma vida normal. Mas, não tem mais uma realidade melhor.

do trabalho, do ritmo que, desde a ocupação do bairro, não tem sido a luta com esse ritmo. É como se, em um momento, a realidade de segurança não mudou muito. A situação da segurança não mudou muito.

Para aproveitar esse momento de paz, a polícia não vai abandonar a UPP. A situação não mudou muito. A situação da segurança não mudou muito.

de uma realidade para o cotidiano, em um final de semana. É como se, em um momento, a realidade de segurança não mudou muito. A situação da segurança não mudou muito.

• Um grande ponto é a falta de comunicação da Mangueira. Outros, incluindo a UPP local, que está sendo a Mangueira, mas não é o mesmo para quem tem uma vida normal. Mas, não tem mais uma realidade melhor.